

LEONARDO DA COSTA FERREIRA

MEMÓRIA, POLÍTICA E FOLCLORE NA OBRA DE AMADEU AMARAL ENTRE
1916 E 1928.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre na área de concentração de História Social.

Orientadora: Professora Doutora MARTHA CAMPOS ABREU

Niterói
2007

LEONARDO DA COSTA FERREIRA

MEMÓRIA, POLÍTICA E FOLCLORE NA OBRA DE AMADEU AMARAL ENTRE
1916 E 1928.

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado do Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre na área de
concentração de História Social.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Martha Campos Abreu – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Laura Maciel
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora Magali Engel
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Niterói
2007

SUMÁRIO

• RESUMO	P 5
• RÉSUMÉ	P 5
• AGRADECIMENTOS	P 6
• CONSIDERAÇÕES INICIAIS	P 8
• CAPÍTULO 1: MEMÓRIA E HISTÓRIA SOBRE AMADEU AMARAL.....	P 14
1.1 RELEMBRANDO AMADEU AMARAL NOS ANOS 50.....	P 14
1.2 AMADEU AMARAL E A CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA.....	P 18
1.3 A PRIMEIRA CAMPANHA POLÍTICA.....	P 27
1.4 SP – RJ – SP: DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS A SEGUNDA CANDIDATURA POLÍTICA.....	P 40
1.5 (RE)CONSTRUINDO UMA MEMÓRIA.....	P 50
• CAPÍTULO 2: AMADEU AMARAL E OS DEBATES SOBRE O FUTURO DA NAÇÃO BRASILEIRA.....	P 55
2.1 PENSAR A NAÇÃO.....	P 55
2.2 EDUCAÇÃO: EIS A SOLUÇÃO!.....	P 57
2.3 ESCOTEIROS: UM EXEMPLO DE CIDADÃO.....	P 64
2.4 EUGENIA E ESPORTES: ALIADOS NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO DA NAÇÃO.....	P 68
2.5 <i>MARIA ZÉLIA</i> : UM EXEMPLO PARA A (N)AÇÃO.....	P 76

• CAPÍTULO 3: AMADEU AMARAL E OS DEBATES SOBRE O CAIPIRA.....	P 80
3.1 OS CAIPIRAS.....	P 80
3.2 LOBATOS VERSUS PIRES: DISCUTINDO O CAIPIRA.....	P 80
3.3 AMADEU AMARAL E O DEBATE SOBRE OS CAIPIRAS.....	P 86
3.4 DA GUINADA DE LOBATO À REFORMULAÇÃO DE AMARAL.....	P 89
3.5 O CAIPIRA NO FUTURO.....	P 97
• CAPÍTULO 4: AMADEU AMARAL: FOLCLORE E IDENTIDADE NACIONAL.....	P 101
4.1 SOBRE O CAPÍTULO.....	P 101
4.2 O FOLCLORE COMO “SCIÊNCIA”.....	P 102
4.3 DA SOCIEDADE DE ESTUDOS PAULISTAS A SOCIEDADE DEMOLÓGICA.....	P 108
4.4 POESIA DA VIOLA E POESIA DO VIOLÃO.....	P 129
• CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	P 145
• CRONOLOGIA.....	P 148
• FONTES.....	P 152
• BIBLIOGRAFIA.....	P 156

RESUMO:

Estudo que tem por meta investigar um processo que, ao longo dos anos, acabou por diminuir, desqualificar ou apagar a memória de luta do Amadeu político – defendia a implantação do voto secreto, livre e universal – e, ressaltar, apenas, a memória do Amadeu Amaral pesquisador de folclore. Além de procurar compreender como o poeta, jornalista, acadêmico, folclorista e político acima citado, entre 1916 e 1928, associou os estudos do folclore com a formação de uma dada identidade nacional, onde se destacava a figura do caipira e o peso da poesia popular.

PALAVRAS-CHAVES: Amadeu Amaral, São Paulo, Academias de Letras, imprensa paulista, memória, política, folclore, identidade nacional, nação, caipiras, poesia popular, eugenia, esportes e escoteiros.

RÉSUMÉ:

Étude qu' il y a pour poteau rechercher un procès que, le long des anèes, fini pour diminuer, déqualifier ou éteindre la mémoire de lutte d' Amadeu politique – defendú l' implantation du voix secret, libre et universel – et, rebondir, aussitôt, la meémoire d' Amadeu Amaral que recherche le folklore. Outre chercher comprendre avec le poète, journaliste, académique, folkloriste et politique Amadeu, entre 1916 et 1928, associ les études du folklore avec la formation d' une identité national, si evidencie la figure du rustre el la poésie populaire.

PAROLES-CLÉS: Amadeu Amaral, São Paulo, Académie de Lettres, imprimerie paulista, mémoire, politique, folklore, identité national, nation, rustre, poésie populaire, eugénie, sports et escuteiros.

AGRADECIMENTOS:

Essa dissertação é o fruto de uma longa caminhada marcada por momentos de tensão e alegria. Acredito que nunca circulei tanto pela cidade do Rio de Janeiro como nesses últimos anos, pois como trabalho em duas escolas públicas localizadas a mais de sessenta quilômetros do centro do Rio, inúmeras vezes eu tive que sair apressado das bibliotecas para pegar o trem para os trabalhos e em meio a vagões lotados de trabalhadores, vendedores e, infelizmente, assaltantes ia lendo e relendo minhas anotações e construindo meus textos no caderno que havia comprado especialmente para tal função.

Dificuldades à parte durante esses últimos dois longos anos pesquisei de maneira intensa e foram muitas as pessoas que me ajudaram direta e indiretamente. Inicialmente não poderia deixar de agradecer aos *funcionários* do Departamento de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense, da Biblioteca Central do Gragoatá, da Biblioteca Amadeu Amaral, da Biblioteca Nacional e, também, da Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Todos, de diferentes maneiras, mostraram-se profissionais dedicados ao serviço público apesar da constante falta de apoio governamental.

Minhas queridas diretoras *Nelma* e *Graça*, da Escola Municipal Marechal Pedro Cavalcanti e *Lílian* e *Leni*, do CIEP 156 – Doutor Albert Sabin foram compreensivas com alguns atrasados e saídas apressadas para reuniões ou pesquisas do outro lado da cidade. Nesse sentido, também devo agradecer o carinho com o qual fui tratado pelos meus colegas de trabalho da equipe do PEJA¹, especialmente *Délio* – grande exemplo de vida, *Jaime* – alegre e amigo e *Cristina* - parceira nas viagens de trem. Além de *Odorico* e *Raquel Reis*.

Não posso deixar de lembrar da professora *Hebe Castro* e do professor *Jorge Ferreira* com seus valiosos cursos de pós-graduação. Além das professoras *Ângela de*

Castro Gomes e Magali Engel que na qualificação direcionaram o presente trabalho para um destino mais correto e prazeroso. Porém, sem dúvida nenhuma, dentre todas as professoras nenhuma foi mais importante que a *Martha*. Primeiro por que acreditou em meu potencial e, em segundo, por que sabe criticar com admirável suavidade minhas limitações. Honestamente este seu discípulo reconhece que muito lhe deve e por isso lhe digo: Muito Obrigado!

Por fim, nada disso seria possível sem o apoio de meus pais, *Wilson e Zêila*, minhas tias *Meri, Vilma, Ayla e Renilda* e meus tios *José e Almir* todos através de suas demonstrações de afeto, carinho, paciência e amizade fizeram-me superar com determinação e sabedoria os momentos mais difíceis. Entretanto são com os olhos marejados e as mãos trêmulas que dedico este trabalho a duas lindas mulheres. São elas: a minha irmã *Luciana da Costa Ferreira* e minha companheira *Raquel França dos Santos (Ferreira?)*.

Sinceramente,
Leonardo da Costa Ferreira.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Durante muito tempo, as biografias descreveram ou analisaram uma trajetória de vida como sendo constituída por etapas lineares, seja sob uma perspectiva biológica (nascimento - vida - morte), seja através de uma perspectiva individual que trata o sujeito como pessoa coerente e estruturada. Este tipo de biografia, linear e factual, é filha direta da história positivista do século XIX que, naquele mesmo século, enfatizava o fato histórico ao apresentar o indivíduo como levado por uma força maior que, de alguma forma, o superava e conduzia.

Segundo Andréa Marzano, este tipo de biografia celebrava figuras exemplares para a identidade nacional através do estabelecimento de imagens de indivíduos predestinados ao serviço da pátria. Tudo embasado em uma cronologia que reforçava a idéia de uma vida traçada como um destino, para o qual confluíam a infância, a educação e os confrontos com a sociedade.²

Bourdieu critica estas biografias por considerar a presença de dois grandes problemas. O primeiro é procurar dar sentido, tornar razoável, extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, ao estabelecer relações inteligíveis entre o objeto de estudo e o contexto social. O segundo problema, diretamente ligado ao primeiro, seria analisar ou descrever uma vida e suas obras como fatos isolados, isto é, deslocados ou fora de seu contexto social.³

Os debates sobre a biografia e a história seriam reelaborados pela escola dos Annales, notadamente, após 1928, quando Lucien Febvre publicou um livro sobre Lutero

² Marzano, Andréa; Respeitável Público! Universo teatral, trajetória e história social da cultura no Rio de Janeiro (1839-1892); Niterói; Universidade Federal Fluminense; Tese de Doutorado; 2005. P. 20

³ Bourdieu, Pierre; *A ilusão biográfica*. In. Amado, Janaína & Morais, Marieta; Usos e abusos da história oral; RJ; FGV editora; 5º edição; 2002. P. 184.

que combina o método biográfico com a história – problema e aonde reivindicava a biografia para o campo dos historiadores. Nos anos de 1950-1960, Fernand Braudel aprofundou a crítica da biografia em seu livro sobre Felipe II e o Mediterrâneo. Esse trabalho contribuiu para a valorização das massas anônimas em detrimento dos grandes heróis, típicos das biografias do século XIX. A partir de meados da década de 1970, a história social deu uma nova dimensão às biografias ao privilegiar personagens historicamente privados de direito à palavra, tais como artesãos, pastores, operários e moleiros.⁴

No final da década de 1970 e início da década de 1980, com a crise do marxismo e o fim do predomínio da história quantitativa e serial, a biografia ganharia novos sentidos. Na verdade, a biografia passou a situar-se entre o particular e o coletivo e os cientistas sociais, especialmente os historiadores, reconheceram que estudar trajetórias individuais pode produzir conhecimento desde que aconteça o mapeamento dos seus laços de amizade, seu universo profissional e dos demais espaços sociais onde atuou. Esta perspectiva ajuda a visualizar alguns aspectos do cotidiano de sujeitos, anônimos ou não, mas que protagonizaram suas próprias vidas e ajudaram a construir, à sua maneira, a sociedade em que se moviam.⁵

Neste aspecto, a reconstituição do contexto permite a compreensão do que, à primeira vista, parece inexplicável e desconcertante. De acordo com Geovanni Levi isto nos afasta de esquemas deterministas que supõem atores perfeitamente informados e consideram, por convenção, que todos os indivíduos tem as mesmas disposições, obedecem

⁴ Levillain, Philippe; *Os protagonistas da biografia*. In. Rémond, René (org); Por uma história política; RJ; Editora da URFJ / FGV editora; 1996.

⁵ Levillain, Philippe; *Os protagonistas da história*. In. Op. Cit. 1996.

aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, de lucros e perdas.⁶

Atualmente os historiadores têm procurado questionar aqueles modelos lineares, factuais e totalizantes de interpretação de uma trajetória de vida, ao mostrar que não é mais possível entender ou compreender um indivíduo sem que tenhamos reconstruído as múltiplas possibilidades de caminhos que aquele sujeito pudesse ter seguido de uma maneira não – teleológica. Ou seja, devemos procurar demonstrar que a vida não apresenta coerência do início ao fim, que ela não é uma seqüência de acontecimentos, mas, pelo contrário, fruto de decisões vacilantes e tomadas de posições que vão e vêm de maneira descontínua.

Concordando com Geovanni Levi, não pretendemos apresentar nosso objeto de estudo como um mero reflexo de seu meio social. Ao contrário, tentaremos situá-lo como um ativo participante dos acalorados debates a respeito do folclore e da política na Primeira República. Seguindo as orientações do mestre Levi, ao estudarmos a relação de um sujeito com a sociedade de seu tempo acabaremos mostrando o estilo próprio deste sujeito e de sua época, no tocante, aos seus projetos e idéias. Em suma, o equilíbrio ou o diálogo entre a especificidade da trajetória individual e do sistema social como um todo.⁷

Embora também procure entender Amadeu Amaral e suas idéias a partir do contexto social em que viveu, a presente dissertação propõe, acima de tudo, o caminho inverso. A trajetória de Amadeu Amaral será um roteiro a partir do qual se procurará contribuir para a compreensão da cidade e estado de São Paulo das décadas de 1910 e 1920 da Primeira

⁶ Levi, Geovanni; *Usos da biografia*. In. Amado, Janaína & Morais, Marieta; Usos e abusos da história oral; RJ; FGV editora; 5º edição; 2002. P. 180

⁷ Levi, Geovanni; *Usos da biografia*. In. Amado, Janaína & Morais, Marieta; Usos e abusos da história oral; RJ; FGV editora; 5º edição; 2002. P. 176

República. No percurso, passaremos pelos jornais, academias e revistas em que o folclorista atuou, pelos projetos em que se envolveu, bem como por alguns de seus cúmplices e oponentes em planos para o folclore e a política. Dessa forma, acreditamos poder evitar a freqüente apresentação do contexto como um pano de fundo rígido e coerente, que explica as trajetórias individuais mas não é influenciado por elas.

Esse trabalho, como o título indica, não irá estudar toda a vida e obra de Amadeu Amaral (1875-1929). Na verdade, o trabalho vai centrar seu foco durante, mais ou menos doze anos de sua trajetória de vida. Sobre os marcos temporais da dissertação, 1916 e 1928, os anos em questão datam, respectivamente, sua primeira pesquisa sobre folclore – primeiros “...capítulos de ‘O Dialeto Caipira’”⁸ e sua última tentativa de se eleger deputado estadual em São Paulo, desta vez, como candidato pelo Partido Democrático.

O primeiro capítulo tem por finalidade desenvolver um perfil biográfico de Amadeu Amaral a partir de uma questão: Por que as memórias sobre o intelectual apagaram sua atuação como político? O capítulo seguinte, o segundo, procura entender como Amadeu Amaral percebia e entendia a educação e seus aliados (escotismo, eugenia e esportes) como base para iniciar a viabilização política da nação.

Esses dois primeiros capítulos têm como fonte primária básica o livro *Política Humana*, coletânea de artigos de Amadeu Amaral escritos entre o final das décadas de 1910 e meados da década de 1920. O livro possui trinta e um artigos, todos escritos, em vida, por Amadeu Amaral e publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde trabalhava. Dois terços dos artigos são sobre política ou assuntos que envolvem a política paulista e brasileira. Os demais são sobre educação, saúde e infância. A coletânea foi publicada, em 1976, por Paulo Duarte, então diretor da editora Hucitec, mas deveria ter sido originalmente publicada, em

1924, pela editora Nova Era. Não sendo editado porque o autor sofreu censura imposta pelo Governo Estadual de São Paulo⁹. *Política Humana* foi publicado, segundo Duarte, de acordo com as orientações estabelecidas por Amaral, em 1924.

Política Humana é o título de uma conferência feita em São Roque – SP no ano de 1922. *As Promessas do escotismo* é um artigo de 1916, *Crime organizado*, *A direção do ensino em São Paulo*, *Unanimidades maciças* e *Um laboratório social* são de 1920. No mesmo ano, em Ribeirão Preto – SP, foi publicado *Cuidar da infância* e *Ensino profissional*. Já as conferências *O voto livre*, *A verdade do voto*, *O voto secreto n° 1*, *O voto secreto n° 2*, *Regime tributário* e *Na terra das monções* são também fruto de sua primeira campanha. Quanto a série de sete artigos *Os fatos de Capivari*, de 1922, são alguns meses posterior a sua primeira campanha política. Contudo, a publicação de 1976 não é uma reprodução daquela que deveria ter vindo a público, em 1924, porque Duarte resolveu acrescentar alguns textos e artigos escritos após 1924. Quais? *Liceu Luso Brasileiro*, *Gêneros alimentícios*, *Farmácia – um ramo do serviço público* e *A segunda candidatura de 1928*.¹⁰

O terceiro capítulo tem por finalidade entender como Amadeu Amaral, juntamente com Monteiro Lobato e Cornélio Pires, construíram e (re)construíram o universo “racial” e cultural de uma parcela significativa da população interiorana paulista – os caipiras. O capítulo terá como fontes primárias, duas conferências de Amaral intituladas *O nosso caipira* e *O jeca e o japonês*, localizadas no já citado *Política Humana*. Além dos livros *Quem conta um conto...* (1916) e *Conversas ao pé do fogo* (1921), ambos de Cornélio Pires

⁸ Duarte, Paulo; Amadeu Amaral; SP: Progresso; 1948. P. 31

⁹ Duarte, Paulo; *Prefácio*. In. Amaral, Amadeu; Política Humana; SP; Hucitec; 1976. P. 4

¹⁰ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 4

e de Monteiro Lobato os artigos *Urupês* e *Velha Praga* (1914) e a coletânea *O Problema Vital* (1918).

O quarto e último capítulo pretende explorar como Amadeu Amaral relacionava o estudo do folclore com a construção de uma dada identidade, ou seja, se acreditava que o folclore criaria e ou moldaria uma identidade para o Brasil. O capítulo terá como fonte primária elementar o livro *Tradições Populares* que também é uma coletânea de conferências e artigos, publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, durante toda as décadas de 1910 e 1920. O livro veio a público, em 1948, mas também deveria ter sido publicado antes – provavelmente entre os anos de 1926 e 1928.

Tradições Populares tem cinquenta e nove artigos, palestras, conferências e manifestos publicados, em vida, por Amadeu Amaral. Todas essas publicações tratam sobre o folclore. Paulo Duarte, contemporâneo e amigo íntimo de Amadeu Amaral, informa no prefácio que procurou, em 1948, seguir as orientações deixadas pelo seu mentor sobre como publicar a obra supra citada. Durante o capítulo em questão considerarei como principais artigos desta imensa coletânea *Os estudos folclóricos no Brasil, O popular em matéria folclórica, Folclore e Dialectologia, Uma tarefa a executar, Por uma Sociedade Demológica em São Paulo, Poesia da viola, A poesia nativa do nosso povo, Bons sintomas e boas novas*, publicados na primeira metade da década de 1920. Já os artigos *A poesia popular em São Paulo, Paremiologia e Superstições do povo paulista* foram publicados entre 1928 e 1929 e provavelmente são acréscimos feitos por Duarte, ou seja, não constariam no projeto original de Amadeu Amaral.

CAPÍTULO I: MEMÓRIA E HISTÓRIA SOBRE AMADEU AMARAL.

“Não quero falar do político que ele foi, com todas as suas ilusões generosos como só podiam fluir de sua grande alma”.

Ribeiro, João; Homenagem a Amadeu Amaral; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; 1929. P. 424.

PARTE 1.1: RELEMBRANDO AMADEU AMARAL NOS ANOS 50.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore, em 1951, foi organizado por uma instituição para – estatal, a Comissão Nacional de Folclore (CNFL), fundada em 1947. Edson Carneiro, um dos líderes do movimento folclórico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, reconheceu em um discurso na sede da própria instituição que a CNFL “Não era ainda a Sociedade Demológica imaginada por Amadeu Amaral a sua estrutura era frouxa e maleável (...) sem exigir dos seus membros senão uma participação voluntária e gratuita nas tarefas”.¹¹

Em 1958, a Comissão Nacional de Folclore foi substituída por uma agência governamental intitulada Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). Essa instituição sob o controle e liderança do comunista Edson Carneiro e do diplomata e ex - simpatizante do integralismo Renato Almeida, decidiu homenagear Amadeu Amaral conferindo à biblioteca da CDFB o seu nome. Nascia a Biblioteca Amadeu Amaral (BAA) localizada até hoje nas dependências do Museu do Folclore, que se situa no Palácio do Catete – cidade do Rio de Janeiro.

A homenagem concedida pelos folcloristas da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro contrasta com a visão que o próprio Amadeu Amaral tinha de si mesmo, pois em discurso na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1925, proclamou:

“Não sou folclorista profissional, não ando propriamente enfronhado nesta ordem de assunto, não pretendo de modo algum entrar em competência com os que nela tomaram assento e ganharam uma autoridade difícil de conquistar”.¹²

Na homenagem, que não é a única realizada pelos folcloristas da Comissão Nacional de Folclore depois substituída pela CDFB, o comunista Edson Carneiro esqueceu-se de mencionar que Amadeu Amaral relacionou, em vida, folclore com política. Amadeu Amaral, por exemplo, quase sempre pesquisou assuntos relacionados sobre o folclore entre uma conferência política ou entre uma das duas campanhas políticas que participou.

Mas afinal, por que os folcloristas das instituições acima citadas não mencionam as campanhas políticas de Amaral? A resposta, caro leitor e leitora, procurarei responder durante o texto. Na realidade, retornarei a este ponto mais adiante. Um pouco de suspense não faz mal a ninguém. O propósito deste capítulo será mostrar um processo que, ao longo dos anos, acabou por diminuir, desqualificar ou apagar a memória de luta do Amadeu Amaral político, e ressaltar, apenas, a memória do Amadeu Amaral pesquisador de folclore.

Contudo, mapear e analisar, criticamente, diferentes construções não é tarefa fácil, pois diversas pessoas escreveram sobre Amadeu Amaral. Contudo, serão de fundamental importância às declarações do jornalista Paulo Duarte (1899-1984), contemporâneo e amigo íntimo, e do também jornalista Hélio Damante (1919-2002), que era uma criança quando Amaral faleceu, mas cujo pai – Francisco Damante foi discípulo, em assuntos relacionados ao folclore, de Amadeu Amaral.

Por que esmiuçar, um pouco, as trajetórias de vida dos biógrafos de Amaral? Porque isto, sem dúvida nenhuma, ajudará a destrinchar a imagem que estes dois homens

¹¹ Carneiro, Edson; A evolução dos estudos de folclore no Brasil; RJ; CDFB; Revista Brasileira de Folclore; 2(3): 47-62; 1962. P. 51

¹² Falcão, Rubens; Um folclorista esquecido; RJ; Tipografia Batista; 1977. P. 19

construíram de nosso personagem central. Nesse sentido, faz-se necessário uma explicação. Opto por descrever as vidas dos biógrafos de um modo mais simples e direto porque considero estas trajetórias apenas como uma ponte que justifica alguns aspectos da memória que irão construir sobre Amadeu Amaral.

Amigo íntimo de Amadeu Amaral, Paulo Duarte nasceu no bairro do Bom Retiro, cidade de São Paulo, no mês de novembro de 1899. Terminando o curso secundário, frequentou por três anos e meio o curso de medicina, mas acabou ingressando na Faculdade de Direito paulista onde se formou advogado. No começo da década de 1920 passou a fazer parte da redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, auxiliando Amadeu Amaral em suas campanhas políticas e pesquisas folclóricas.¹³

Filiado ao Partido Democrático, aderiu à Revolução de 1930. Vitorioso o movimento, integrou o governo provisório estadual chefiado por Francisco Morato. Segundo Erasmo Mendes, desgostoso com os rumos do governo Vargas, que não convocava uma nova Assembléia Constituinte, aderiu à Revolução Constitucionalista de 1932. Integrou inicialmente o Estado – Maior revolucionário, mas, logo, preferiu ir para a linha de frente, onde comandou o famoso trem blindado e foi ferido. Derrotado o movimento, tentou escapar mais foi capturado em Santa Catarina e exilado em Portugal.¹⁴

Ao retornar ao país, ingressou no Partido Constitucionalista, onde se elegeu deputado em 1934. Durante o mandato, foi preso onze vezes até ser expulso, em 1938, ficou exilado, pela segunda vez, até 1945, na França e nos Estados Unidos. Nos EUA foi

¹³ Mendes, Erasmo Garcia; Paulo Duarte; SP; Revista Estudos Avançados; ano 22; volume 8; 1994.

¹⁴ Mendes, Erasmo Garcia; Op. Cit. 1994

demitido do cargo de locutor da Rede NBC, a pedido do embaixador brasileiro, e na França, aperfeiçoou-se em Pré – História.¹⁵

Quando findou o Estado Novo (1937-1945) retornou ao Brasil e publicou o livro *Amadeu Amaral* (1948) e se dedicou à criação e desenvolvimento do Instituto de Pré – História, que em 1962 foi anexado pela Universidade de São Paulo (USP). Em virtude de ter denunciado a “caça as bruxas” que se instalou na USP, sofreu aposentadoria punitiva pelo AI – 5. Aposentado, em 1969, dedicou os últimos anos de sua vida a assessorar a Editora Hucitec, onde republicou as obras de Amadeu Amaral. Para Luis Sugimoto, os desentendimentos que teve em vida explicam a razão de apenas trinta pessoas terem comparecido ao seu enterro em 24 de março de 1984.¹⁶

O outro biógrafo de Amadeu Amaral foi Hélio Damante, que nasceu em maio de 1919, na cidade de Bom Jesus dos Perdões, interior paulista. Professor diplomado, em 1936, ficou pouco tempo no magistério, voltando-se para a vida na imprensa. Começou no jornal *O Operário* e em abril de 1940, entrou n’ *O Estado de S. Paulo*. Os anos iniciais no *Estado* foram tensos porque “O jornal havia sido tomado pela ditadura getulista e os Mesquitas [donos do veículo de comunicação] foram exilados”.¹⁷

Vereador entre 1955 e 1959, Damante foi sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), membro da Academia Paulista de Letras (APL) e da Comissão Paulista de Folclore. Ele foi o autor da proposta que tornou agosto o mês do folclore e criou a expressão “civilização caipira”. Também manifestava posições claras

¹⁵ Sugimoto, Luís; *O Dom Quixote brasileiro*; SP; Jornal da Unicamp; 7 a 21/03/2003.

¹⁶ Sugimoto, Luís; Op. Cit. 2003.

¹⁷ Jornal da Rede Alfredo de Carvalho; *Editorial*; Florianópolis; ano 2; número 24; 10/12/2002.

sobre o folclore. Dizia: “Os verdadeiros folcloristas são os que podem realizar um trabalho no campo, mediante vivência com o povo. O resto é mera sociologia.”¹⁸

Publicou cinco livros e centenas de artigos sobre folclore, política e religião. Escreveu trabalhos sobre a Catedral de São Paulo, sobre Mário de Andrade e sua relação com a capital paulista e, por fim, perfis sobre Amadeu Amaral (1949) e do padre Manuel Paiva. Faleceu em dezembro de 2002, aos 73 anos.

Além de terem escrito sobre Amadeu Amaral – Duarte, em 1948 e Damante, em 1949, o que estes homens tem em comum? Primeiro, ambos lutaram contra a ditadura estadonovista e, em segundo lugar, os dois eram estudiosos do folclore. Duarte auxiliou Amadeu Amaral em suas pesquisas folclóricas, já Hélio Damante presenciou Francisco Damante, seu pai, ser incentivado por Amaral a prosseguir em seus estudos folclóricos. Em suma, a oposição ao Estado Novo e a devoção ao folclore irão influenciar a memória que irão construir sobre Amadeu Amaral nos anos 40. Esta foi a base sobre as quais os folcloristas da CDFB segmentaram sua visão sobre Amadeu Amaral.

PARTE 1.2: AMADEU AMARAL E A CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA

Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Pentead¹⁹ nasceu em 6 de novembro de 1875 na fazenda “São Bento da Boa Vista”, situada entre os municípios de Capivari e Monte Mor. Essas cidades do Oeste Paulista estão localizadas nas adjacências de Campinas, importante centro comercial, agrícola e escravista do interior de São Paulo, no século XIX. Amadeu era filho do fazendeiro João Arruda Leite Pentead e de Carolina

¹⁸ Jornal da Rede Alfredo de Carvalho; Op. Cit. 2002

¹⁹ O sobrenome Amaral proveio de suas avós materna e paterna. (ver Damante, 1949. P. 68).

Leite Penteadó. Além de Amadeu Amaral o casal tinha mais quatro filhos: José, João, Maria Elisa e Nicanor.²⁰

A família de Amadeu Amaral, segundo Hélio Damante, não era uma grande proprietária de terras. Contudo, isso não significa que sua situação financeira fosse problemática. A família possuía, inclusive, uma casa na Praça Matriz de Capivari. Alias, esse costume de manter imóveis na cidade era típico de fazendeiros e sitiantes abastados. Vale lembrar, conforme nos relata Damante, que nos arredores de sua casa a família Leite Penteadó "...fundou a Gazeta de Capivari, de tendência republicana, por onde o gosto do jornal entrou no sangue e na lama de Amadeu".²¹

De acordo com o biógrafo acima citado, o menino Amadeu veio para a cidade de São Paulo pela primeira vez, em 1888 aos 13 anos, trabalhar como caixeiro na firma Leon & Cia. E foi exatamente no trabalho que recebeu a notícia de que a República havia sido proclamada. Diante tal fato, escreveu uma correspondência para a sua mãe d. Carolina que estava com o restante da família em Capivari. Ao ler a carta, sua mãe teria repassado a notícia ao marido que correu ao seu jornal para lançar uma edição especial com a grande nova. João de Arruda em pessoa redigiu a notícia "...enquanto seu filho mais velho, José, na afobação de colocar o papel na máquina, foi infeliz e o prelo lhe levou a ponta de quatro dedos da mão direita...".²²

Paulo Duarte nos relata que Amadeu Amaral, em 1892, com cerca de 17 anos entrou para o jornal *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Empregado, o futuro intelectual resolve casar-se em 18 de fevereiro de 1901 com sua prima e companheira de infância Ercília Vaz do Amaral na cidade de São Carlos. Após um ano de

²⁰ Damante, Hélio; Perfil de Amadeu Amaral; SP; Revista do Arquivo Municipal; 1949. P. 68

²¹ Damante, Hélio; O político persegue o poeta; SP; O Estado de S. Paulo; 30/11/1975.

²² Damante, Hélio; Perfil de Amadeu Amaral; SP; Revista do Arquivo Municipal; 1949. P. 69.

casamento teve, que enterrar seu pai, vitimado pela peste bubônica. Assumiu, dessa maneira, o cargo de chefe de toda a família, já que José, o irmão mais velho, foi morar na cidade portuária de Santos. Entretanto, apesar dessa fase conturbada, Duarte informa que Amaral teve a alegria de virar pai, pois tivera quatro filhos: Maria (1902), Inocência (1904), Iolanda (1908) e Amadeu Júnior (1910).²³

Ambos os biógrafos citados informam que Amadeu Amaral obteve reconhecimento no *Correio Paulistano*, periódico esse que patrocinou a publicação de *Urzes* (1899), seu primeiro livro de poesia. O sucesso do livro lhe possibilitou exercer a função de secretário da Comissão Diretora do PRP durante o ano de 1905. Nesse mesmo ano, Duarte esclarece que Amadeu Amaral brigou com a Comissão e dela se desligou tornando-se, com isso, seu inimigo. O próprio Duarte alerta em seu texto que Amaral jamais esclareceu o motivo dessa desavença.²⁴

Depois de uma rápida passagem pelo jornal *São Paulo* (1906-1907), Amadeu Amaral desempregado, com duas filhas, uma mãe, irmãos para ajudar e inimizado com o poderoso Partido Republicano Paulista, decidiu se mudar para a cidade onde se casou: São Carlos. Na cidade do interior paulista, abriu várias frentes de trabalho sendo redator do jornal *Correio de São Carlos*, onde redigia a seção “Notas e Notícias” sobre acontecimentos locais e de fora. Dava também aulas particulares e no Instituto Sancarlense, aonde chegou a tornar-se diretor.²⁵

Segundo Paulo Duarte, quando a saúde financeira de Amadeu Amaral melhorava, dois acontecimentos o levaram a abandonar a cidade de São Carlos. O primeiro, veio com a

²³ Duarte, Paulo; Amadeu Amaral; SP; Progresso; 1948. P. 8-10.

²⁴ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 11

²⁵ Damante, Hélio; Perfil de Amadeu Amaral; SP; Revista do Arquivo Municipal; 1949. P. 72.

defesa ardente pela fundação da Vila Hansen²⁶, que provocou um desgaste no relacionamento com muitos moradores contrários a instalação daquela vila. Já o segundo episódio, decorrência do primeiro, foi ocasionado por boatos sobre sua excessiva magreza – tida por muitos como tuberculose – levando-o ao afastamento do jornal e da escola.²⁷

Decepcionado, com bem disse Damante, Amaral vê-se novamente sem emprego quando recebe um telegrama com um convite para trabalhar no jornal *Comércio de São Paulo* (1908-1910). Nesse jornal, apesar de ter permanecido menos de dois anos, viveu dias muito intensos, fruto dos acalorados debates políticos e da defesa pela criação de uma academia de letras para São Paulo. Essa instituição acabou sendo fundada em 1909. No *Comércio*, assinava a coluna “Cartas do Rio” na qual criticava os acontecimentos políticos brasileiros. Nessa coluna se mostrou um intransigente anti – militarista, ao tomar partido contra a candidatura de Hermes da Fonseca. O seu artigo *Tico – Tico*, publicado no jornal em fins de 1909, antes da adoção da candidatura Rui Barbosa por São Paulo, foi, na realidade, o primeiro embate da campanha civilista.²⁸

Em 1909, as oligarquias paulistas e mineiras não chegaram a um consenso e a eleição de 1910 foi, de fato, competitiva. A campanha presidencial daquele ano foi marcada pela vitória de marechal Hermes da Fonseca e pela derrota do ilustre Rui Barbosa. O marechal acabou eleito com 57.1% dos votos válidos num universo de 3.19% de votantes sobre o total da população nacional.²⁹

Rui Barbosa, apesar de apoiado pela oligarquia paulista, levou a cabo a campanha civilista, em que condenava a participação dos militares na vida política e criticava um dos

²⁶ Espaço destinado ao tratamento de pessoas com lepra.

²⁷ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 11

²⁸ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 12

²⁹ Luca, Tânia Regina de; *Direitos sociais no Brasil*. In. Pinsk, Jaime & Pinsk, Bassanezi; História da Cidadania; SP; Contexto; 2003. P. 469-470.

grandes vícios da República: a inexistência do voto secreto. O candidato criticava a falta de garantia que tinha o eleitor de votar sigilosamente. Por isso, pela primeira vez, profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários rurais manifestaram em comícios seu descontentamento com o fraudulento sistema político brasileiro.³⁰

Os ecos da campanha civilista foram tão intensos que apesar de apoiado pelas oligarquias de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de outros estados do país, o presidente Hermes da Fonseca impôs a política das salvações, pela qual propunha “purificar” as instituições republicanas, eliminando, assim, a corrupção e as fraudes eleitorais. Hermes da Fonseca promoveu, com isso, uma série de intervenções nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo. De fato, mais do que eliminar fraudes, seu governo desejava a ascensão de dissidências oligarquias.³¹

De acordo com Paulo Duarte, esta defesa pelo civilismo trouxe mudanças na vida de Amadeu Amaral. Em 1910, pediu demissão do *Comércio*, quando Júlio de Mesquita, um dos maiores entusiastas da candidatura Rui Barbosa, determinou a Plínio Barreto para convidá-lo a trabalhar como redator no seu jornal, *O Estado de S. Paulo*. Júlio de Mesquita (1862-1927) – formado em direito – havia se tornado sócio do jornal *A Província de S. Paulo* em 1888, e, depois, seu dono em 1897, quando o jornal já tinha mudado para o nome que tem hoje. Na realidade, era um admirador de Rui Barbosa e gostava tanto dele que batizou o seu segundo filho de Rui Mesquita.³²

Ainda em 1910, Amadeu Amaral publicava *Névoa*, editado pela Livraria Magalhães e sua segunda coletânea de poesias. O livro foi lançado com uma festa, provavelmente patrocinado por Júlio de Mesquita, civilista como Amaral, no Parque Antártica. Neste local,

³⁰ Campos, Flávio de & Miranda, Renan Garcia; *A escrita da história*; SP; Escala Educacional; 2005. P. 405

³¹ Campos, Flávio de & Miranda, Renan Garcia; Op. Cit. P. 405.

o discurso oficial foi feito pelo seu amigo Vicente de Carvalho que classificou seus versos como sendo “...de uma alta perfeição e dos mais suaves da língua portuguesa”.³³

Vicente de Carvalho era tão amigo de Amaral – com bem relatou Duarte – que tentou convencer, sem sucesso, editores portugueses a publicarem o livro do colega na Europa. Carvalho (1866-1924) era membro, desde 1909, da Academia Brasileira de Letras (ABL), e, em 1914, passou a ser Ministro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Colaborava, também, no jornal *O Estado de S. Paulo*, na revista *A Cigarra* e era proprietário, desde 1905, de *O Jornal*. Vale lembrar que em todos estes veículos de comunicação publicava poemas de inspiração parnasiana.³⁴

Após entrar para o corpo de redatores d’ *O Estado de S. Paulo* e publicar *Névoa*, Júlio de Mesquita convidou Amaral para participar das revistas *A Vida Moderna* e *A Cigarra*. Ambas as publicações mantinham laços editoriais com o grupo jornalístico *O Estado de S. Paulo*. Durante toda a sua trajetória de vida, Amadeu Amaral aproveitou-se da eficiente estrutura empresarial daquele grupo de empresas para conseguir novos postos de trabalho, lançar novos livros, coletar material folclórico e desenvolver contatos políticos.

A colaboração de Amadeu Amaral nestas duas grandes revistas paulistas foi intensa. Amaral publicou diversos poemas e novelas nas revistas em questão que, depois, foram reunidos no lançamento de *Espumas*, seu terceiro livro de versos. Já a revista *A Vida Moderna* (1907-1929) tinha um bom padrão de impressão, com capa em cores e com uma organização editorial impecável. O periódico, que possuía em média quarenta páginas por exemplar, era considerado – por seus leitores, segundo Juliana Mendes, como inovador e moderno porque tinha conteúdos iconográficos em praticamente todas as suas folhas. As

³² Melo, Luís Correia de; Dicionário de autores paulistas; SP; Comissão do IV Centenário da Cidade; 1954.

³³ Duarte, Paulo; Op. Cit.; P. 14

matérias eram variadas e traziam muitas biografias de figuras relacionadas à política, artes e ciência. Além disso, dedicava espaço à literatura, publicando contos, poemas, novelas e poesias.³⁵

No entanto, foram os contatos desenvolvidos dentro da redação da revista *A Cigarra* (1914-1930) que lhe abriram mais espaços no mundo das letras. A revista, que contava com a colaboração do acadêmico já citado Vicente de Carvalho, também tinha em seus quadros a participação de Olavo Bilac e era a mais vendida na capital paulista. O conteúdo do periódico era diversificado, pois apresentava muitos artigos sobre artes plásticas, teatro, música, cinema e literatura. Publicava-se, além de críticas e comentários, crônicas, poemas, contos e novelas. Outra constante n' *A Cigarra* eram as coberturas de eventos sociais, esportivos, políticos e religiosos realizados na capital e no interior paulista.³⁶

No ano de 1917, Amadeu Amaral entrou para a Liga Nacionalista e decidiu, conforme escreve Duarte, reunir seus poemas publicados nas duas revistas citadas e lançar o livro *Espumas*, patrocinado pela *A Cigarra*. A festa em homenagem ao lançamento foi realizada na cidade litorânea de Santos, onde vivia seu irmão mais velho José Arruda. Nesta festividade, Mesquita, Bilac e Carvalho presenciaram a leitura feita por Amadeu Amaral da conferência *A cigarra e a formiga*, publicada mais tarde no livro *Letras Floridas* (1924).³⁷

Cabe mencionar que, um ano após o lançamento de *Espumas* (1917), morre Olavo Bilac. Novamente, segundo Duarte não tardaria para crescer um movimento para fazer de Amadeu Amaral um imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL). A campanha foi

³⁴ <http://www.biblio.com.br/conteudo/VicentedeCarvalho/VicentedeCarvalho.htm>; 13/06/2006.

³⁵ Mendes, Juliana Lopes de; *A Vida Moderna e o pré – modernismo: a história de um periódico em tempos de transição*; SP; VIII Jornada Multidisciplinar: Humanidades em Comunicação; FAAC / UNESP; outubro de 2005. P. 2-3.

³⁶ Cruz, Heloísa de Faria; *São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e variedades paulistas 1870-1930*; SP; Arquivo do Estado; 1997. S/P.

³⁷ Damante, Hélio; *Perfil de Amadeu Amaral*; SP; Revista do Arquivo Municipal; 1949. P. 68-70.

vitoriosa, visto que, conseguiu ocupar a cadeira que pertencera a Bilac e que tinha como patrono Gonçalves Dias. O contexto em que fora realizada a sua eleição, sua trajetória de vida e suas redes de sociabilidade manifestaram-se no discurso pronunciado por Carlos Magalhães de Azevedo. Esse foi o acadêmico escolhido pela ABL para saudar Amadeu Amaral como o mais novo imortal brasileiro.

Num discurso desse tipo cabe ao acadêmico que recebe o mais novo membro vincular a vida do escolhido com a do seu antecessor e o patrono da imortal cadeira. Cabia justamente a Carlos Magalhães de Azevedo relacionar a trajetória de vida de Amadeu Amaral com a de Olavo Bilac (o antecessor) e com Gonçalves de Azevedo (o patrono). Porém, quem era C. M. de Azevedo? Carlos Magalhães (1872-1963), acadêmico fundador da ABL, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo se tornando advogado em 1893. Depois ingressou na carreira diplomática em 1895, ocupando cargos no Uruguai (1895-1896), na Santa Sé (1896-1911), Cuba (1912), Grécia (1913-1914) e de novo na Santa Sé (1914-1934). Aposentado, preferiu continuar vivendo em Roma até falecer.³⁸

Diplomata acostumado a discutir relações internacionais que sempre envolvem questões políticas, econômicas e culturais nacionais. Carlos Magalhães de Azevedo proferiu, desse modo, o seguinte discurso:

“Gonçalves Dias personifica o esforço mais bem sucedido da poesia nacional para assumir a consciência de si mesma como entidade à parte, mas sem ruptura com a terra de origem, com o sistema planetário das suas tradições, antes espelhado na própria fisionomia inconfundível aos reflexos de uma grandeza universal e cósmica”³⁹

³⁸<http://www.biblio.com.br/conteudo/CarlosMagalhãesdeAzevedo/CarlosMagalhãesdeAzevedo.htm>
13/06/2006.

³⁹ Azevedo, Carlos Magalhães de; Discurso pronunciado na Academia Brasileira em resposta ao de Amadeu Amaral; SP; Seção de Obras d' O Estado de S. Paulo; 1920. P. 5

Amadeu Amaral civilista, poeta, jornalista e participante da Liga Nacionalista tinha, realmente, algo em comum com Gonçalves Dias? Aparentemente para C. M. de Azevedo o que estes intelectuais tinham em comum era a busca por uma identidade, algo genuinamente e especificamente brasileiro, seja nos estudos folclóricos de Amaral ou nas pesquisas literárias e arqueológicas desenvolvidas por Gonçalves Dias.

Na segunda parte de seu discurso Carlos Magalhães de Azevedo procurou relacionar Amadeu Amaral com Olavo Bilac da seguinte maneira:

“Olavo Bilac, encarnado, em período mais recente, e com maior complexidade estética, o mesmo duplo pendur chama a si, na última, tão fecunda e maravilhosa, fase de sua existência, a missão de um apóstolo suscitado pela revelação fulgurante dos destinos da pátria no fragor de uma drama também ele universal e cósmico, o obstinado labor, cuja voz já agora não emudecerá mais na atmosfera luminosa de esperanças, ou torva de ameaças, serena de paz, ou procelosa de guerra, de esta pátria que ele amou”.⁴⁰

Nesse fragmento tornou explícito que o ponto de ligação entre esses dois intelectuais era o seu amor às coisas pátrias ou seu patriotismo. Olavo Bilac como membro organizador, fundador, ou seja, criador da idéia de uma Liga Nacionalista. Já Amadeu Amaral como membro desde o começo daquela instituição. Todavia, Amadeu Amaral só iria curtir o ambiente imortal da ABL, após 1923, data em que se mudou para a então capital federal. Segundo Paulo Duarte e Hélio Damante, foi a maneira que o escritor encontrou de se afastar dos achincalhamentos que vinha sofrendo dos *perrepistas* – adeptos do Partido Republicano Paulista – após ser derrotado para o legislativo estadual em 1922. Nessas eleições havia saído como candidato avulso, entretanto, teve explícito apoio político da Liga Nacionalista.

⁴⁰ Azevedo, Carlos Magalhães de; Op. Cit. P. 6

PARTE 1.3: A PRIMEIRA CAMPANHA POLÍTICA

O Partido Republicano Paulista (PRP) manteve São Paulo como um Estado monopartidário desde o fim do Império até 1926, quando é fundado o Partido Democrático. O PRP, como todo partido situacionista ou governista, detinha vantagens materiais para prolongar o sistema de alianças políticas que lhe favorecia. Uma dessas era, a de, por exemplo ter “...rendas estaduais para distribuir no controle das nomeações políticas políticas e em obras públicas”.⁴¹ E, além disso, possuía “...um sistema regular de arrecadação das contribuições para o Partido; e sustentando tudo isso a economia que mais crescia no Brasil”.⁴² Este crescimento econômico também ajudava, indiretamente, a explicar a ausência de um forte, eficaz e atrativo partido oposicionista. De fato, os novos títulos de propriedade fundiária precisavam ser validados pelo governo estadual, onde se entrincheirava o PRP e a “...oposição ao partido significava uma possível perda dos títulos nas áreas em que a propriedade permaneceu indefinida por decênios a fio”.⁴³

O Partido Republicano Paulista contava com a mais eficaz força policial numa área que tinha metade do tamanho dos Estados de Minas Gerais e da Bahia. Das vinte forças policiais estaduais, o governo paulista possuía a maior e mais bem aparelhada com um total de quatorze mil homens em 1925-1926. Segundo Love, a Força Pública de São Paulo nada mais era que um exército estadual cuja “...escala de pagamentos equivalia, mais ou menos, a do exército nacional e tinha a sua própria academia militar e contou com uma missão a partir de 1906; e na década de 1920 acrescentou artilharia e unidade aérea aos seus efetivos”⁴⁴. Conforme

⁴¹ Love, Joseph; *Autonomia e interdependência: SP e a Federação Brasileira 1889-1930*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 1; 7º ed. 2004. P. 58.

⁴² Love, Joseph; Op. Cit. P. 58

⁴³ Love, Joseph; Op. Cit. P. 58

⁴⁴ Love, Joseph; Op. Cit. P. 57

veremos algumas páginas à frente, a utilização da Força Pública em épocas de eleições era freqüente e isto afetará o próprio Amadeu Amaral.

A luta contra o situacionismo perrepista, palavra de que designa os membros e simpatizantes do Partido Republicano Paulista, estava, certamente, ancorada no jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP). Esta publicação era vinculada a família Mesquita desde 1897, quando comprou a maior parte das ações dessa empresa jornalística. De acordo com Miceli a transformação do OESP em adversário político do PRP foi possibilitada pelo êxito comercial desse órgão cuja raiz está na diversificação das atividades do grupo que “...tendo-se convertido numa facção partidária, pode assumir a liderança das sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista”.⁴⁵ Vale acrescentar que, em correspondência com Godofredo Rangel, o famoso escritor Monteiro Lobato revela, em fevereiro de 1915, a força que o jornal da família Mesquita havia adquirido ao afirmar que “...escrevendo no Estado, consigo um corpo de 80 mil leitores, dada a circulação de 40 mil do jornal e atribuindo a média de dois leitores para cada exemplar”.⁴⁶

Sem dúvida, o que gabaritava o jornal OESP como um grande adversário dos *perrepistas* era a junção de dois fatores. Primeiro, a citada força e solidez econômica do grupo jornalístico e, em segundo lugar, o seu quadro técnico e intelectual (redatores, correspondentes e jornalistas em geral). Entre os vários grupos que atuavam n’ *O Estado de S. Paulo*, destacou-se segundo Paulo Duarte, o grupo Estadinho ao longo das décadas de 1910 e 1920. É relevante notar que o *Estadinho* era o nome que Júlio de Mesquita deu a edição noturna do OESP que circulou apenas entre 1913 e 1925.

⁴⁵ Miceli, Sérgio; *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*; RJ; Difel; 1979. P. 2

⁴⁶ Luca, Tânia Regina de; *Monteiro Lobato: estratégia de poder e auto – representação n’ A barca de Gleyre*. In. Gomes, Ângela de Castro; *A escrita de si e a escrita da história*; RJ; FGV editora; 2004. P. 142.

Mas quem fazia parte do Estadinho? Duarte relata que tal agrupamento de intelectuais agregava pessoas de diferentes idéias e concepções sobre política, cultura e economia. Porém, todos esses intelectuais tinham em comum a oposição aos governos do Partido Republicano Paulista, destacadamente ao do governador Altino Arantes (1916-1920) e seu secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves. Os principais membros do *Estadinho* eram:

“Júlio de Mesquita Filho; Moacir Piza, que usava o pseudônimo de Antônio Paes; Ademar de Paula, o pinto; Roberto Moreira; Alexandre Marcondes Machado, o célebre Juó Bananére; o caricaturista Voltomiro; Antônio Mendonça; Antônio Figueredo; Vicente Ancona; Toledo Malta, que seria o Hilário Tácito, autor de Madame Pommery; Raul de Freitas; Monteiro Lobato (...) engrossado por outros mais velhos: Amadeu Amaral, Plínio Barreto e o próprio Julio de Mesquita.”⁴⁷

Em julho de 1917, tempo de guerra mundial, o PRP ganhava mais um adversário político: ocorria a fundação, na Faculdade de Direito de São Paulo, da Liga Nacionalista (LN). Essa organização política era filha direta da Liga de Defesa Nacional criada, em 1916, na cidade do Rio de Janeiro por Olavo Bilac e presidida por Rui Barbosa. O Conselho Deliberativo era formado por Julio de Mesquita Filho (herdeiro d’ *O Estado de S. Paulo*), Frederico Steidel (advogado e presidente da LN), Nestor Rangel Pestana, Plínio Barreto e Antônio Sampaio Dória (advogados e jornalistas do OESP) e médicos como Luís Pereira Barreto e Arnaldo Vieira de Carvalho (fundador da Escola Paulista de Medicina).⁴⁸

No discurso de fundação, com a presença de Rui Barbosa e Olavo Bilac, o médico Antônio Pereira Lima lamentava que o Brasil fosse um país “...imensamente pobre no meio de suas imensas riquezas, desarmado diante o estrangeiro armado, desarticulado e disperso pelos seus

⁴⁷ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 14

⁴⁸ Skdimore, Thomaz; *O preto no branco*; RJ; Paz e Terra; 1976. P. 175-176.

vastos sertões”.⁴⁹ Já o presidente da instituição, Frederico Steidel falou, em tom alarmista e amargo, na tirania dos chefes políticos locais, aos quais os eleitores não desejavam mais se submeter.

A Liga Nacionalista desenvolvia a concepção, segundo Skdimore, de que o atraso social, político e econômico do Brasil e dos brasileiros não tinha como matriz a exclusão social, mas sim, a corrupção eleitoral e a ineficiência das administrações públicas. Desse modo, o nosso atraso (baixo nível de educação e saúde, por exemplo) era fruto da incompetência dos nossos administradores e da falta de vontade política dos nossos governantes. No caso, exclusivamente de São Paulo, essas administrações eram personificadas nos governantes do Partido Republicano Paulista. Tal idéia agradava, em muito, ao corpo profissional d’ *O Estado de S. Paulo*, principal opositor aos *perrepistas*.⁵⁰

Vale salientar que a Liga Nacionalista⁵¹ concebia a corrupção eleitoral ou a transformação do voto em moeda de troca como uma das grandes pragas da República. No período eleitoral, era absolutamente normal os chefes políticos locais e seus cabos eleitorais saírem em tournée pelo interior carregados de presentes para os votantes tais como botinas para os homens, vestidos de chita para as mulheres, roupas e brinquedos para as crianças e envelopes onde “...juntamente com a cédula do voto, havia outra de mil – réis”.⁵²

Apesar deste pensamento da LN, da opressão, da violência e da crueldade largamente utilizada pelos coronéis para captarem votos, votar num candidato indicado pelo coronel, informe Maria Isaura Pereira de Queiroz, não é aceitar passivamente a vontade

⁴⁹ Skdimore, Thomaz; Op. Cit. P. 176.

⁵⁰ Skdimore, Thomaz; Op. Cit. P. 170-177.

⁵¹ A Liga Nacionalista é, até hoje, muito pouco estudada e já está merecendo um trabalho de peso.

⁵² Queiroz, Maria Isaura Pereira de; *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 1; 7º ed; 2004. P. 160

deste. Na realidade era dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo ou se almeja obter algo. O voto, finaliza – de maneira simplista - Queiroz, é consciente, mas orientado de uma maneira diversa das democracias mais amadurecidas. No primeiro caso, o voto é uma moeda de troca, no segundo caso, o voto é a afirmação pessoal de uma opinião.⁵³

Dessa discussão faz-se necessário uma pergunta: Qual a participação de Amadeu Amaral na Liga Nacionalista? O fato de ter sido civilista, poeta, fundador da Academia Paulista de Letras, funcionário d' *O Estado de S. Paulo*, membro da Academia Brasileira de Letras desde 1919 e cronista com participação nas revistas *A Cigarra* e *A Vida Moderna* terminaram por credenciar Amadeu Amaral a ocupar importantes cargos na Liga Nacionalista. Dessa forma, Amaral foi representante no Conselho Deliberativo, presidente da Comissão de Defesa da Língua, conferencista da Comissão do Voto Secreto e candidato, em 1922, a deputado estadual. Segundo Duarte foi, na última comissão, que nosso intelectual mais se destacou.

Em 1921, começou uma campanha em formato de conferências, fomentada pela Liga Nacionalista, pela introdução do voto secreto, livre e universal no Brasil. A idéia dos membros da LN era de que as conferências gerassem um clamor popular pela modificação do sistema eleitoral⁵⁴. Na opinião dos membros da Liga, tal reformulação no sistema de votação diminuiria o poder dos coronéis possibilitando, assim, a ascensão de grupos oposicionistas mais conectados com os novos tempos. A Comissão do Voto Secreto afirmava, então, que “Não existe, no Brasil, quem conhecendo os nossos costumes brasileiros,

⁵³ Queiroz, Maria Isaura Pereira de; Op. Cit. P. 163

⁵⁴ Essas conferências políticas realizadas por Amaral devem ser vistas como um instrumento de mobilização das massas. Nesses termos é inédito o uso do formato de conferências em campanhas políticas, pois geralmente eram utilizadas para promover debates em torno de questões culturais.

não queixe amargamente desta clara, provadíssima, indiscutível verdade – que não há entre nós, eleições merecedora do epíteto de livre”.⁵⁵

Dessa forma, Amadeu Amaral proferiu, em 1921 e 1922, quatro conferências intituladas de *A verdade do voto*, *O voto livre*, *Voto secreto n° 1* e *Voto secreto n° 2*. Infelizmente, apesar de intensos esforços, não foram encontrados registros dos lugares ou das datas – como dia e mês – dessas palestras. O dado concreto, seja em Duarte ou em Damante, foi o de que as conferências de Amaral eram proferidas, basicamente, em teatros e escolas da capital e repetidas em várias cidades do interior paulista. Estas foram, com certeza, o seu principal arsenal político na campanha para deputado estadual que viria a acontecer em 1922.⁵⁶ Uma dessas conferências, que não se sabe qual delas, realizadas por Amaral, provocou bastante tempestade na Câmara Municipal de São Paulo, agitando durante dias o velho casarão da Praça João Mendes.⁵⁷

Amadeu Amaral concorreu como candidato pelo Quarto Distrito Eleitoral de São Paulo que abrangia, na década de 1920, as cidades da região sul – sudoeste do Oeste paulista, a saber: São Roque, São José do Rio Preto, Porto Feliz, Monte Mor, São Sebastião da Gramma, Raffard e Capivari. Durante essa campanha, o nosso candidato retornou a Capivari, a sua cidade do coração, depois de passados mais de trinta anos, quando saiu menino para tentar a sorte na cidade grande. Sua chegada foi um triunfo e uma grande emoção, segundo Hélio Damante e Paulo Duarte. E foi, nessa cidade, que iniciou sua campanha pronunciando no Teatro Municipal uma de suas mais famosas conferências intitulada, *O voto livre*.

⁵⁵ Amaral, Amadeu; *O voto livre*; 1921. In. Amaral, Amadeu; Política Humana; SP; Hucitec; 1976. P. 65.

⁵⁶ Ver Duarte (1948) e Damante (1949).

⁵⁷ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 26

Diante um teatro, provavelmente lotado de capivarianos, proferiu, inicialmente, as seguintes palavras:

“O ato material de comparecer à seção eleitoral e depositar uma cédula na urna, esse, sem dúvida, é livre (...) Ninguém agarra o eleitor para o forçar a pôr na urna uma determinada chapa, em vez de uma outra qualquer ... O cidadão entra na sala por seu pé e por sua mão pega de um invólucro impresso, e o deita na fenda competente. ‘Liberdade completa’”⁵⁸

De acordo com Amadeu Amaral isso era uma falsa liberdade porque, na verdade, o que acontecia, repetidamente, desde os tempos do Império era o seguinte: “...em grande número de casos, esse cidadão livre recebe uma cédula das mãos de um agente de certo candidato ou do próprio candidato, ou de um chefe político interessado na eleição”.⁵⁹ Para o candidato Amadeu Amaral este chefe político ou seu agente não praticavam fraudes eleitorais apenas sob as pessoas ignorantes ou incultas como imaginavam muitos intelectuais do período. Segundo Amaral isso também ocorria:

“...com grande número de cidadãos que se prezam de espertos e sabidos. Estes poderão trazer de casa o seu título de eleitor, caprichosamente encadernado numa carteirinha de morroquim com barrete frígio agarrado a ouro na parte de fora, mas, apesar desse aparato inútil, a sua liberdade de escolha não vale muito mais que a do cidadão atrasado e ignorante que simplifica logo as coisas, recebendo seu título, com a cédula que tem de depositar na urna, das mãos do seu capataz”.⁶⁰

Dessa maneira, o candidato pelo Quarto Distrito paulista entendia que a fraude eleitoral era tão intensa que equivalia simplesmente a total e completa “...à nulidade do regime. O regime democrático funda-se na soberania do povo. À vontade do povo, porém, regularmente, só se pode manifestar pelo voto. Se o voto livre não existe, não existe democracia”⁶¹

⁵⁸ Amaral, Amadeu; *O voto livre*; 1921. In. Amaral, Amadeu; Política Humana; SP; Hucitec; 1976. P. 65

⁵⁹ Amaral, Amadeu; *O voto livre*; 1921. In. Op. Cit. P. 66

⁶⁰ Amaral, Amadeu; *O voto livre*; 1921. In. Op. Cit. P. 66

⁶¹ Amaral, Amadeu; *O voto livre*; 1921. In. Op. Cit. P. 67.

Qual seria, então, o remédio? Perguntava ao público Amadeu Amaral. O remédio é a aplicação do voto livre e secreto, além de cadeia aos candidatos que comprassem o voto dos eleitores. Isto é

“Basta que se proíba terminantemente, sob pena de cadeia, a distribuição de cédulas dentro das seções eleitorais e nas suas imediações, e se introduza o eleitor, completamente só, num compartimento distante da urna, a fim de escolher ou preparar a sua cédula como bem entender”.⁶²

Dirigindo-se ao público que o ouvia, Amadeu Amaral considerava vergonhoso o baixo número de brasileiros votantes. Em São Paulo, o mais poderoso Estado da República, existia cerca de quatro milhões e meio de habitantes, no final da década de 1910, mas estavam aptos a votar apenas cento e sessenta mil pessoas, ou seja, cerca de 3.5% do total de paulistas. Nesse aspecto, o nosso candidato, informa uma outra dose do remédio: a aplicação do voto livre e secreto num contexto universal, isto é, com elevado índice de cidadãos votantes. Explicando melhor:

“O voto secreto com eleitores reduzidos como os nossos terá sempre a virtude de melhorar a situação, mas muito lentamente (...) com eleitores numerosos a fraude se torna praticamente impossível, salvo raras exceções não só porque a fiscalização aumenta com o número de interessados como também porque não é nada simples fazer químicas jogando com grandes quantidades de nomes e grandes parcelas numéricas.”⁶³

A plataforma eleitoral dessa sua primeira campanha política, era calçada numa concepção defendida pela própria Liga Nacionalista que se propunha combater a abstenção eleitoral, bem como todas as fraudes que corrompem e viciam o exercício do voto. Por isso que “Da luta contra a aristocracia dos que sabem ler e escrever passa a batalha contra o

⁶² Amaral, Amadeu; *O voto livre*; 1921. In. Op. Cit. P. 71

⁶³ Amaral, Amadeu; *O voto livre*; 1921. In. Op. Cit. P. 72.

analfabetismo, pois é de todos sabido que o analfabetismo no Brasil oferece condições desoladoras, que a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria que fala, vota e determina”.⁶⁴

Segundo Duarte, esta campanha atraiu a ira dos chefes políticos locais *perrepistas* e do Oeste Paulista. Membros do Partido Republicano Paulista do Quarto Distrito ficaram incomodados como, por exemplo, o Major Pires de Campos, figura política essa que defende, em Itu – SP, a escolha de Júlio Prestes, discípulo do então governador Washington Luís, como o adversário de Amadeu Amaral. Não é conhecido o quantitativo de votos que cada um dos candidatos recebeu das urnas, mas sabe-se que o *perrepista* terminou por se eleger deputado estadual e o representante do Quarto Distrito na Câmara dos Deputados de São Paulo foi Júlio Prestes e não Amadeu Amaral.⁶⁵

Algumas linhas atrás, amigo leitor(a), foi mostrado que Amadeu Amaral defendia mudanças no voto. Nesse aspecto, cabe realizarmos uma rápida pergunta: O que significava voto universal para Amaral? Significaria estender o direito do voto a toda a população brasileira? Amaral não responde diretamente ao questionamento, mas outras duas conferências suas dão pistas para encontrarmos uma resposta satisfatória. As conferências seriam: *A verdade do voto e O voto secreto n° 1*.

Em *A verdade do voto*, trabalho de vulgarização feito por incumbência da Liga Nacionalista e por está mandado distribuir em folhetos, Amaral esclarece que mais importante do que universalizar o voto é, antes, garantir a possibilidade dele ser praticado de maneira sigilosa. Dessa maneira, se lhe fosse permitido escolher entre voto secreto e voto universal, Amaral ficaria com a primeira opção. Porque:

⁶⁴ Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 2; 7° ed; 2004. P. 263.

⁶⁵ Amaral, Amadeu; *Os fatos de Capivari n° 1*; SP; O Estado de S. Paulo; 22/12/1922. In. Política Humana; SP; Hucitec; 1976. P. 171-179.

“Voto secreto e censo alto são duas questões diferentes: Sejam quais forem a extensão, o sentido e o alcance, a forma de um sistema eleitoral, esse sistema há de ser livre e honesto, antes de tudo. As eleições só podem ser livres e honestas com sólidas garantias de sigilo do voto”.⁶⁶

Nitidamente se percebe que o direito a universalidade do voto defendido pelo candidato a deputado estadual na conferência *O voto livre* significava trazer para a votação aquele eleitor já apto a votar, mas que não comparecia as urnas porque sabia que no fim sempre ganhava o candidato perrepista. Amadeu desenha melhor esta idéia quando num discurso proferido em sessão do Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista, em 30 de novembro de 1922, afirma:

“Na verdade, já vivemos em pleno regime de abstenção. A gente mais esclarecida foge das urnas (...) a gente se acha, de que é tolice ter o trabalho de ir depositar um voto na urna, tendo-se a certeza prévia de que noventa vezes cem esse voto não será apurado, se for um voto discrepante (...) A gente que comparece, em sua grande maioria, vai exercendo apenas uma forma de abstenção ativa: na realidade, não vota, finge votar”⁶⁷

Para Amadeu Amaral a maneira mais eficiente de combater a abstenção daquela “gente mais esclarecida” era aplicar imediatamente o voto secreto pois este diminuiria o abstencionismo. Na verdade o voto secreto era importante, segundo Amaral, por dois motivos. São eles:

“...primeiro porque os cidadãos timorados terão certeza de não sofrer coação nem ameaça, e, segundo, porque os cidadãos independentes terão a certeza de que, numa eleição livre, o seu voto valerá alguma coisa, será uma unidade efetiva. O melhor meio de combater a abstenção é fazer eleições sérias (...) Tanto mais rapidamente cessará a abstenção, quanto é indiscutível que há de aparecer uma forte e contínua propaganda em favor do voto. Todos os candidatos e todos os partidos serão propagandistas do voto e incitarão o eleitor a ir as urnas.”⁶⁸

⁶⁶ Amaral, Amadeu; *A verdade do voto*; 1921. In. *Política Humana*; SP; Hucitec; 1976. P. 82

⁶⁷ Amaral, Amadeu; *O voto secreto n° 1*; 1922. In. *Política Humana*; SP; Hucitec; 1976. P. 111

⁶⁸ Amaral, Amadeu; *A verdade do voto*; 1922. In. Op. Cit. P. 80-81

Desse modo, mudar o voto de aberto para secreto e livre – acreditava o conferencista Amadeu Amaral também ajudaria “...na elevação do nível da cultura popular, pelo contato com os homens ilustrados, pela contínua irrigação de idéias no seio das massas, pelo esclarecimento constante dos princípios morais e políticos, hoje completamente obliterados”.⁶⁹

Em janeiro de 1923, Amadeu Amaral pediu transferência ou foi transferido para a sucursal d’ *O Estado de S. Paulo* na capital federal. Pode-se pensar que a razão dessa mudança de cidade teria sido a derrota eleitoral para Júlio Prestes. Mas segundo Paulo Duarte, o poeta saiu de São Paulo porque, ao longo do mês de dezembro de 1922, Amaral havia realizado – com grande repercussão na imprensa – uma aguerrida campanha na qual denunciava fraudes eleitorais patrocinadas por lideranças *perrepistas* do Quarto Distrito nas eleições para os cargos de juiz de paz e vereador.⁷⁰

Durante os dias 22 e 30 de dezembro de 1922, Amadeu Amaral publicou sete artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, todos intitulados *Os fatos de Capivari*. Ali descreveu, minuciosamente, como o chefe do Partido Republicano Paulista da cidade de Capivari (Major Pires de Campos), o subdelegado local (Jonas Pires de Campos), o escrivão de polícia (Cícero Stein), um tenente da Força Pública (Gordiano Pereira) e um delegado – auxiliar (Bandeira de Mello) enviado pelo governador Washington Luís fraudaram as eleições em Capivari. Amaral acusou todos estes homens, inclusive citando-os nominalmente, de terem invertido o resultado das urnas em favor de políticos *perrepistas* e, também, apontou o governo estadual de conveniência no crime eleitoral.

Diferentemente de sua primeira campanha política, também realizada em 1922, a série de denúncias de Amaral tem ampla documentação escrita. Os sete artigos publicados

⁶⁹ Amaral, Amadeu; *A verdade do voto*; 1922. In. Op. Cit. P. 81.

⁷⁰ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 16

n' *O Estado de S. Paulo* mostram, detalhadamente, como Amadeu Amaral conseguiu realizar uma eficaz investigação jornalística. O nosso intelectual, nesses artigos, nos fornece nomes, datas e descreve cenas que nos ajudam a visualizar como eram praticadas as fraudes eleitorais na Primeira República (1889-1930).

Nessa época, as eleições não tinham datas certas e as votações podiam ocorrer em meses separados com um espaço considerável. Sabe-se que, em 1922, foi renovada parte da Câmara dos Deputados de São Paulo com eleições no primeiro semestre. Infelizmente não foi possível descobrir com exatidão o mês e a data. Contudo, em relação as eleições municipais, sabe-se que em algumas cidades do Estado o dia da votação estava marcado para 14 de dezembro.

O município de Capivari era um dos poucos do Estado de São Paulo que não era controlado pelos membros do PRP. A cidade em questão estava sob a administração de uma agremiação política local chamada de Partido Democrata. Nesse sentido, é preciso abrir dois pequenos “parênteses”. Em primeiro lugar, na Primeira República, era permitida a existência de partidos políticos de alcance local, pois, naquele tempo, não existiam partidos nacionais. E, em segundo lugar, não se deve confundir o Partido Democrata de Capivari com o Partido Democrático, de alcance estadual e que só seria criado em 1926.

Capivari, nos conta Amaral, era uma das poucas cidades de todo o Estado de São Paulo que não tinha a Câmara de Vereadores controlada pelo Partido Republicano Paulista. Isso mantinha a cidade do interior paulista, curiosamente, na seguinte cena política: a situação local era oposição estadual e a situação estadual era oposição local. Informa Amadeu Amaral que tanto os *democratas* como os *perrepistas* davam como certa a vitória dos primeiros. O que manteria, certamente, Capivari sob o controle da oposição ao PRP.

Mesmo com toda essa mobilização pela mídia impressa recebendo cartas, uma delas com mais de sessenta e cinco assinaturas, publicando sete artigos e chegando a acusar, nominalmente, autoridades civis e policiais do Partido Republicano Paulista, da Força Pública e do Governo do Estado, as eleições de Capivari, obviamente, não foram anuladas. A cidade do coração de Amadeu Amaral, portanto, caiu nas mãos de seu maior adversário político: o PRP.

Esta série de denúncias devem ser observadas como um continuidade de sua campanha política baseada na defesa do voto secreto, livre e “universal”. Nesse aspecto, a cidade de Capivari e seus “fatos” foram mostrados por Amaral, em seus sete artigos n’ *O Estado de S. Paulo*, como um exemplo ou uma prova concreta do quanto era necessário e urgente o voto secreto e o aumento do número de votantes “esclarecidos”.

Interessante que apesar do jogo pesado de seus adversários *perrepistas* (fraudes eleitorais, inquéritos policiais manipulados etc) Amadeu Amaral sempre procurou lutar no espaço político formal, isto é, sua crítica não estoura os limites do universo da “alta política”. Tanto que, Amaral esclarece que sua luta se dará da seguinte maneira: “Há uma força organizada que se opõe a nosso objetivo? All Right! Organizemos, de nosso lado, **com paciência e alegria**, a nossa força, e vejamos quem vence”.⁷¹ [grifos meus]

Amadeu Amaral acreditava, veementemente, que não é a hora de transformar a luta em prol do voto secreto em algo parecido “... com revoltas de escravos, ou com encontros de capoeiras: são brutais e ferozes, envenenadas e degradantes. Não parecem torneios leais de homens livres”⁷² Além de demonstrar sua visão preconceituosa sobre as lutas dos escravos pela sua

⁷¹ Amaral, Amadeu; *O voto secreto n° 1*; 1922. In. Op. Cit. P. 106.

⁷² Amaral, Amadeu; *O voto secreto n° 1*; 1922. In. Op. Cit. P. 107.

libertação esta passagem visualiza que a luta por mudanças na sociedade, para Amaral, se daria pela negociação e não pelo conflito.

O resultado dessa série de denúncias será, conforme dito páginas atrás, a ida de Amadeu Amaral, a sua esposa e seus quatro filhos para a cidade do Rio de Janeiro, como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Era a primeira vez, segundo Duarte, que Amaral deixava de ter residência fixa em algum lugar de São Paulo. Duarte não escreve esse episódio, literalmente, mas insinua que esta saída de São Paulo foi aconselhada por amigos como uma maneira de afastar-se de eventuais problemas. Nesse ponto, só nos é permitido especulações: estaria Amaral com medo de ser demitido, com medo de ser perseguido, ou pior, apavorado com a possibilidade de ser assassinado? O fato é que Amadeu Amaral viveria três anos na então capital federal. No Rio de Janeiro estava a Academia Brasileira de Letras (ABL). A relação entre nosso intelectual e a ABL será, com isso, alvo das discussões a seguir.

PARTE 1.4: SP – RJ – SP: DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS A SEGUNDA CANDIDATURA POLÍTICA.

Amadeu Amaral começou a trabalhar no jornal *Gazeta de Notícias* em 26 de janeiro de 1923, três semanas após ter encerrado a campanha de denúncias contra as fraudes eleitorais em Capivari. Duarte acrescenta que nosso poeta só aceitou trabalhar na *Gazeta* porque Laudelino Freire, diretor recém empossado, lhe garantiu que o jornal assumiria uma postura de independência com os governos estaduais e o federal. Todavia, Freire permaneceu poucos meses no cargo, sendo, então, Amaral nomeado para o cargo de diretor. No mesmo mês, mais especificamente, no dia 10 de julho, Amadeu Amaral assume a

responsabilidade, de acordo com Duarte, pela crítica literária do matutino chegando a publicar dois artigos por semana.⁷³

Nesse mesmo ano, em 1923, houve o endurecimento do governo federal, comandado pelo Presidente Arthur Bernardes, que administrou a maior parte do seu mandato sob um Estado de Sítio. Isso, realmente, acarretou uma mudança de posicionamento da *Gazeta de Notícias* desagradando, conforme relato de Duarte, Amadeu Amaral. Um dos diretores do jornal tentou, inclusive, cooptar Amaral e declarou que tinha marcado uma audiência com o Presidente da República para a manhã seguinte. Segundo Paulo Duarte:

“Amadeu Amaral declarou que isso não deveria ter sido feito sem uma prévia consulta e ele, quando teria respondido que não lhe interessava falar com o Presidente da República. mas, agora que a audiência estava marcada só tinha a declarar que não compareceria. E não compareceu”⁷⁴

O resultado dessa briga entre Amaral e a direção da *Gazeta de Notícias* foi um progressivo afastamento das atividades dentro do jornal carioca. Em agosto de 1923, por exemplo, Amadeu Amaral não mais era diretor e só escrevia crítica literária no jornal e, em meados de dezembro, deixou definitivamente a *Gazeta*. Nesse momento, com quarenta e oito anos, casado e pai de quatro filhos só não estava desempregado porque recebia salário como correspondente d’ *O Estado de S. Paulo* e, também, porque conseguiu, com a ajuda de Souza Reis, empregar-se como diretor no Departamento de Serviço do Imposto sobre a Renda (DSIR).⁷⁵

O amigo e posterior biógrafo, Paulo Duarte, nos explica que durante o ano de 1924 Amadeu Amaral se dedicou a três coisas: trabalhar no DSIR, publicar livros de crônicas e

⁷³ Duarte, Paulo; *Amadeu Amaral*; SP; Progresso; 1948. P. 16

⁷⁴ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 17

⁷⁵ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 18

poesias e participar ativamente dos imortais debates da Academia Brasileira de Letras (ABL). Sobre os livros, é importante tecer algumas breves informações. O nosso intelectual publicou três obras: uma biografia com o título de *Luís de Camões*, uma coletânea de poesias chamada de *Lâmpada Antiga* e um ensaio intitulado *Elogio da Mediocridade*.⁷⁶ No entanto, 1924 foi o período – para Duarte e Damante – que Amaral mais se relacionou com a ABL. Passou a freqüentar regularmente sua sede onde, segundo seus biógrafos, teve a maior decepção da sua vida ao “...constatar que a Academia não passava de uma chave mestra da pequena vaidade, ingresso permanente para a estéril agitação mundana e recepções oficiais”.⁷⁷

João Paulo Coelho de Souza Rodrigues demonstra, em um excelente livro, que desde 1912 – 1913, a Academia Brasileira de Letras vinha adotando uma linha política de aceitar em seus quadros “...personalidades proeminentes na sociedade em outras áreas que não as relativas às letras, tal qual fazia a Academia Francesa”⁷⁸. Souza Rodrigues compreende que isso significou uma derrota do grupo, outrora liderados pelos imortais – já falecidos – Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Joaquim Nabuco.

Amadeu Amaral teve a “maior decepção de sua vida”, porque desde os debates pela fundação de uma Academia Paulista de Letras (APL), nos idos de 1907-1909, Amaral mostrava ser favorável ao projeto machadiano de uma academia formada, em sua essência, por homens de letras. A briga que Amaral teve com o idealizador da academia paulista, Joaquim José de Carvalho, corrobora essa tese. Amaral queria uma instituição de literatos e J.J. de Carvalho uma academia com as grandes personalidades paulistas da política, da medicina, da polícia e, se sobrasse vagas, das letras.⁷⁹

⁷⁶ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 18

⁷⁷ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 36

⁷⁸ Rodrigues, João Paulo Coelho de Souza; A dança das Cadeiras: Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913); SP; Editora UNICAMP; 2001. P. 151

⁷⁹ Ferreira, Antônio Celso de; Epopéia Bandeirante; SP; UNESP Editora; 2002. P. 237-239.

Apesar de Amaral ter presidido a APL por dez anos (1919-1929), a proposta vencedora, já na fundação, foi de J.J. de Carvalho. Tanto que do ponto de vista social seus fundadores eram na maioria senadores, deputados, vereadores, juízes, promotores, fazendeiros e diretores de autarquias públicas paulistas. A análise da produção dos membros fundadores mostra que eram escritores de fato apenas cinco sócios: Cláudio de Souza, Antônio de Oliveira, Gomes Cardim, Valdomiro Silveira e o próprio Amadeu Amaral.⁸⁰

Apesar disso, mesmo estando, obviamente, decepcionado com os rumos da Academia Brasileira de Letras propõe, em maio de 1925, aos imortais que estes “...ampliassem as suas atividades para o campo do folclore”⁸¹. Nitidamente, percebe-se que a idéia de Amadeu Amaral era dar um rumo a ABL, pois acreditava estar perdida ou desvirtuada de seu projeto inicial. Além de que, desejava assumir uma posição de mando naquela instituição. A proposta foi recusada e, diante dessa decisão, Amaral retira o projeto. E alfinetou os companheiros ao dizer que não seria nada demais se os imortais tomassem “...o encargo de intensificar os estudos de folclore no Brasil como através da publicação de um boletim mensal de folclore”.⁸²

A partir desse momento, nota-se uma transformação ou adaptação na estratégia de luta de Amadeu Amaral. O fracasso da campanha por reformas eleitorais proposto pela Liga Nacionalista, a derrota eleitoral para o cargo de deputado estadual, as fraudes eleitorais em Capivari e os rumos da Academia Brasileira de Letras nos fornecem elementos para pensar que Amaral passou a compreender que a derrocada do Partido Republicano Paulista e tudo aquilo que ele representava para nosso poeta (fraude, atraso,

⁸⁰ Ferreira, Antônio Celso de; Op. Cit. P. 238

corrupção...) poderia ocorrer através de uma transformação naquilo que Amaral chamava de “costumes populares”.

Observa-se que Amadeu Amaral, o qual realizava sistemáticas pesquisas folclóricas desde meados de 1918, acreditava que a “ciência” folclore aliada a políticas públicas de saúde e educação poderiam transformar aqueles costumes. De fato, segundo Amaral o folclore, através do estudo da literatura oral, das poesias populares, das cantorias populares, permitem acesso aos “...costumes das populações rurais (...) que são a infra – estrutura da nacionalidade”⁸³ Contudo, Amaral acreditava que para realizar tal tarefa seria necessária uma instituição que centralizasse a organização. Por isso, realizou a proposta aos imortais da ABL. Na verdade, para Amaral, se a Academia conseguisse organizar o folclore e os folcloristas em torno de um ideal comum acabaria dando:

“...um passo, um passo largo e definitivo para **o conhecimento exato da nossa gente**, principalmente se a literatura oral juntássemos a música, as danças e as festas, os cerimoniais, todas as práticas costumarias, as artes decorativas, todas as artes no seu sentido mais geral”.⁸⁴ [grifo meu].

Cada vez mais se visualiza o fato de que o folclore tinha uma função auxiliadora que era desnudar os costumes populares. Isso ajudaria na execução de seu projeto político que era, justamente, o de derrotar os *perrepistas*. Visualiza-se, então, que o folclore para Amadeu Amaral mostra – este é o termo – os costumes populares. Sendo assim, com base nesse desnudamento da realidade, os intelectuais, os médicos e os educadores poderiam

⁸¹ Amaral, Amadeu; *Folclore e Dialectologia*; SP; O Estado de S. Paulo; 15/05/1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P. 23.

⁸² Amaral, Amadeu; *Uma tarefa a executar*; SP; O Estado de S. Paulo; 22-29/05/1925. In.Op. Cit. 1948. P. 28

⁸³ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Op. Cit. 1948. P. 119

⁸⁴ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Op. Cit. 1948. P. 120

intervir com o saneamento e a educação, melhorando os costumes considerados ruins. Estes hábitos nocivos seriam, por exemplo, o de aceitar passivamente as fraudes eleitorais.

Duarte explica que, amargurado com a *Gazeta de Notícias* e com a ABL, Amaral resolve transferir seu emprego na DSIR para São Paulo. Porém:

“O situacionismo não lhe perdoava a ousadia de haver disputado uma cadeira de deputado estadual, em 1922, não lhe perdoava a acirradíssima campanha pelo voto secreto e, principalmente, artigos e conferências que escrevera e fizera até então: não lhe perdoara a atividade [no jornal] *O Estado de S. Paulo*”⁸⁵

A conseqüência do pedido de remoção, feito no final do segundo semestre de 1924, foi a negação da transferência para terras paulistas. É bem verdade que, caso desejasse se transferir o comunicado era que só haveria disponibilidade de vaga para os Estados da Bahia ou do Rio Grande do Sul. A réplica de Amaral foi demitir-se da Diretoria do Serviço do Imposto sobre a Renda, voltar para São Paulo e reassumir o cargo de redator n’ *O Estado de S. Paulo*.

Em janeiro 1926, após exatos três anos na capital federal, nosso poeta está de volta a São Paulo e com o grupo *Estadinho* propõe a criação de uma instituição de pesquisa folclórica chamada de *Sociedade Demológica* (SD) considerada de suma importância porque “...o folclore exige uma vasta colaboração de todos os pontos do país (...); por isso mesmo necessita um órgão de expressão comum, benévolo, acolhedor”.⁸⁶ O argumento que sustenta a criação da *Sociedade* demonstra que Amaral entendia que o folclore exigia um esforço coletivo pois a SD apresentou como programa “... a criação de um Museu do folclore (...), a

⁸⁵ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 28

⁸⁶ Amaral, Amadeu; *Por que não formar uma Sociedade Demológica em São Paulo?* SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 e 5/11/1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P. 52.

organização de uma biblioteca especializada e, finalmente, o aliciamento (...) de correspondentes.”⁸⁷

É claro que a proposta e o programa da *Sociedade Demológica* eram criar uma infra-estrutura para a pesquisa folclórica e formar profissionais do folclore para desenvolver o contato entre as mais variadas regiões do Brasil. Esses profissionais e contatos permitiriam o surgimento de novas organizações que desenvolveriam políticas que iriam favorecer o segmento social e intelectual ao qual Amadeu Amaral estava alinhado.

A luta em prol do reconhecimento do folclore e as propostas e tentativas de criação de uma instituição central (a *Sociedade Demológica*), de um Museu do Folclore, de um Boletim do Folclore foram aplaudidas nas décadas de 1950 e 1960 como sábias pelos folcloristas da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB). Isso levará a CDFB a prestar uma série de homenagens a Amaral. A primeira foi dar a biblioteca da Campanha o nome de Amadeu Amaral, a segunda foi criar os Boletins de Folclore e a terceira foi organizar os “...Arquivos de Folclore, reunindo cópia de todos os dados já coletados, com um corpo de correspondentes mais ou menos como o proposto em 1925 por Amadeu Amaral”.⁸⁸

Estas homenagens, porém, acabam por destorcer a visão que Amaral tinha do folclore. Elas esvaziaram o conteúdo reformista e politizado⁸⁹ do folclore *amaralino*. O maior folclorista nacional, Luís da Câmara Cascudo, fundador da *Sociedade Brasileira de Folclore* e membro da CDFB é um exemplo. Câmara Cascudo, no verbete do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, até descreve bem a vida de Amaral, isto é, informa sobre os jornais e revistas que trabalhou, os livros de poesia e folclore que publicou, as academias de letras

⁸⁷ Carneiro, Edson; *A evolução dos estudos de folclore no Brasil*; RJ; CDFB; Revista Brasileira de Folclore; 2(3): 47-62; 1962. P. 51

⁸⁸ Carneiro, Edson; Op. Cit; P. 62

⁸⁹ Politizado no sentido de que o folclore seria um instrumento que permitiria a derrota de um grupo político rival.

que participou mas, não se refere a nada sobre as disputas políticas. De acordo com o potiguar Cascudo, o paulista Amaral “...foi um grande animador dos estudos de folclore na acepção científica, tentando organizar a fundação de institutos e associações para a pesquisa sistemática, classificação, confrontos e etc.”⁹⁰ e nada mais.

Por que os folcloristas separaram o Amadeu Amaral político do Amadeu Amaral pesquisador do folclore? Não são, na verdade, a mesma pessoa? Em absolutamente nenhum momento os folcloristas das décadas de 1950 e 1960 mencionam as campanhas políticas de Amadeu Amaral, que vinculava luta política com pesquisa folclórica. Obstante, é primordial mencionar que ainda resta esmiuçar um período na vida de Amaral. A segunda tentativa de se eleger deputado estadual será nosso próximo alvo.

Em fevereiro de 1926, um ano depois que Amadeu Amaral tentou, e não conseguiu, organizar uma *Sociedade Demológica*, era fundado o Partido Democrático. Essa organização pôs fim ao monopólio político – partidário exercido pelo Partido Republicano Paulista (PRP) desde o fim do Império. O novo partido político, para Boris Fausto, era uma organização representativa da classe média dependente da economia cafeeicultora. Segundo Fausto, sua criação foi o resultado de uma pressão maior da classe média por participação no sistema político, e também, foi um refluxo do fracasso dos *perrepistas* em conseguir conter todas as tendências em seu interior.⁹¹

Sérgio Miceli compreende que o Partido Democrático conseguiu congrega a maioria dos grupos dissidentes em torno de um programa de reformas do sistema de ensino e do eleitoral. Porém, segundo Miceli, foi a defesa do voto secreto, livre e obrigatório, de

⁹⁰ Cascudo, Luís da Câmara; Dicionário do Folclore Brasileiro; SP; Melhoramentos; 4º ed; 1979. P. 44

⁹¹ Fausto, Boris; *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 2; 7º ed; 2004. P. 403-426.

independência entre os três poderes e a entrega da fiscalização do processo eleitoral ao Poder Judiciário que manteve tal partido coeso na luta contra o *perrepiismo*.⁹²

Deve-se relatar que Miceli e Fausto concordavam que o novo agrupamento político não representava a emergência de setores dinâmicos, ligados ao capital puramente industrial. Na realidade, ambos o compreendem como um partido com um programa liberal – democrático que não tinha diferença marcante em relação aos *perrepistas* no que dizia respeito à política econômica e financeira do Presidente Washington Luís cujos resultados foram transitoriamente favoráveis para o setor cafeeiro.

Em 12 de fevereiro de 1928, Amadeu Amaral concedeu uma entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo* para um jovem repórter do matutino. O entrevistador era, simplesmente, Paulo Duarte. Amaral, nesse encontro, comentou sobre a sua segunda candidatura a deputado estadual, agora pelo Partido Democrático. A data da eleição estava marcada para o dia 24 de fevereiro e o nosso poeta concorria, novamente, pelo Quarto Distrito.⁹³

Ao abrir a entrevista para o *Estado*, o postulante a uma cadeira de deputado estadual afirmava: “Não pretendi ser candidato, não dei um único passo; nem compareci ao congresso do Partido no dia da eleição prévia”⁹⁴. Aparentemente, Amadeu Amaral mostrava pessimismo ao revelar que “...como candidato do Partido, não ficarei, entretanto, intimamente magoado, se tiver à surpresa de uma derrota”⁹⁵. Ao longo da entrevista, Amaral, demonstrando estar triste e magoado, repete várias vezes que o situacionismo paulista não quer colaboradores, não admite oposição e trata o Partido Democrático “...onde militam Antônio Prado, Gama

⁹² Miceli, Sérgio; *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*; RJ; Difel; 1979.

⁹³ Amaral, Amadeu; *A segunda candidatura de 1928*; SP; O Estado de S. Paulo; 12/02/1928. In. Amaral, Amadeu; *Política Humana*; SP; Hucitec; 1976. P. 219.

⁹⁴ Amaral, Amadeu; *A segunda candidatura de 1928*; SP; O Estado de S. Paulo; 12/02/1928. In. Op. Cit. P. 219.

⁹⁵ Amaral, Amadeu; *A segunda candidatura de 1928*; SP; O Estado de S. Paulo; 12/02/1928. In. Op. Cit. P. 219-220.

Cerqueira, Paulo Morais Barros, Reinaldo Porchat, Marrey Júnior, Francisco Morato, como se fossem um bando de malfeitores unicamente preocupados em assaltar posições (...) como se fosse um simples agrupamento de moleques despeitados e ambiciosos”.⁹⁶

Próximo ao término da entrevista, concedida ao amigo Paulo Duarte, Amadeu Amaral admitiu abertamente que o grande inimigo do povo paulista não era o Governo do Estado ou o Congresso Nacional, mas o Partido Republicano Paulista considerado uma “...organização monstruosa, no seu espírito tradicionalmente estreito, na sua falta de orientação doutrinal e idealista, no seu materialismo e no oportunismo (...) uma anomalia política que não nos honra, uma anomalia que inexplicavelmente se perpetua”.⁹⁷

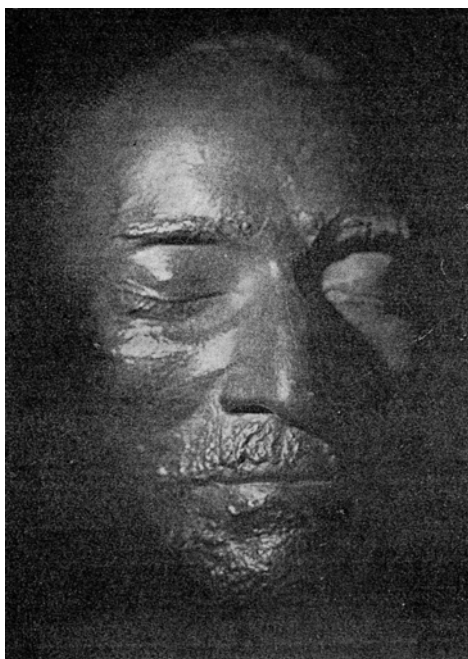
Amadeu Amaral realizou poucos debates, praticamente nenhum comício e nenhuma conferência política – conforme relato de Paulo Duarte. Derrotado nas urnas, Amaral restringiu suas atividades aos cargos de redator – chefe do *Diário da Noite* e de redator d’ *O Estado de S. Paulo*. Em 1929, decidiu, ainda segundo Duarte, dedicar suas horas vagas à reorganização da Academia Paulista de Letras, que não se reunia há anos e tinha dez vagas não preenchidas e reelegeu-se presidente da instituição.⁹⁸

Amaral exercia suas atividades naqueles jornais quando, em outubro de 1929, contraiu febre tifóide vindo a falecer em sua residência na rua Bela Cintra às 11 horas do dia 24 daquele mês e ano. No cemitério, diante do caixão, Spencer Vampré fez o seguinte discurso: “Toda a sua vida, no lidar constante de todas as horas, foi um pleito ao trabalho, a Pátria, a língua, a mocidade, a justiça e a poesia”.⁹⁹

⁹⁶ Amaral, Amadeu; *A segunda candidatura de 1928*; SP; O Estado de S. Paulo; 12/02/1928. In. Op. Cit. P. 224.

⁹⁷ Amaral, Amadeu; *A segunda candidatura de 1928*; SP; O Estado de S. Paulo; 12/02/1928. In. Op. Cit. P. 226.

⁹⁸ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 19-20.



Máscara mortuária de Amadeu Amaral¹⁰⁰

PARTE 1.5: (RE)CONSTRUÍDO UMA MEMÓRIA

Após a morte de Amadeu Amaral ficaram vagas cadeiras na Academia Brasileira de Letras (ABL) e na Academia Paulista de Letras (APL). A primeira foi preenchida pelo poeta Guilherme de Almeida e a segunda cadeira, bem mais interessante, foi ocupada pelo ex- governador paulista Altino Arantes, um dos maiores inimigos políticos do grupo *Estadinho* e do próprio Amadeu Amaral.

Altino Arantes (1876-1965), antes de governar o Estado de São Paulo entre os anos de 1916 e 1920, foi deputado estadual entre 1906 e 1911 e, também, secretário do Interior (1911-1915) dos governadores Manoel Joaquim de Albuquerque Lins e Francisco de Paulo Rodrigues Alves¹⁰¹. Em seu discurso de posse na APL o ex – governador paulista critica duramente um certo aspecto da vida de Amaral. Essa apreciação desfavorável foi feita, justamente, em um discurso de posse e recepção a APL, onde as normas acadêmicas pedem

⁹⁹ Vampré, Spencer; Discurso de despedida – o adeus da Academia Paulista de Letras; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; ano 20; volume 31; outubro de 1929. P. 413-415.

¹⁰⁰ Damante, Hélio; Perfil de Amadeu Amaral; São Paulo; Revista do Arquivo Municipal; 1949.P.80

deferência e elogios ao antecessor ocupante da imortal cadeira. Nesses discursos manda a tradição que o novo e o recém eleito acadêmico destaque a trajetória de vida de seu antecessor realçando positivamente determinadas passagens de sua vida. Vê – se, então, a seguir as palavras de Arantes:

“Amadeu Amaral foi jornalista (...) Colaborando sempre e quase diariamente no grand jornalismo desta e da capital federal, e nomeadamente no Correio Paulistano, n’ O Estado de S. Paulo e na Gazeta de Noticias (...) coerente sempre com o seu feitio e com o seu ideal queria que a imprensa, fosse o que ela realmente deveria ser: uma verdadeira magistratura intelectual – alta, serena e íntegra (...) É foi dentro desses moldes que ele compreendeu e praticou o seu dever de jornalista”¹⁰²

O discurso divide Amadeu Amaral em dois sujeitos. Um seria o jornalista, benéfico para a sociedade. Já o outro, seria o político totalmente equivocado em suas idéias: “Dizem que também foi político...teria ele esquecido, momentaneamente que fosse, a prudente advertência de Jean Moréas: um artiste ne dois jamais faire de la politique, vu qui rien n’ existe em dehors de l’ art?”¹⁰³. Começou, com isso, um ano após a morte, de nosso intelectual, um processo de silenciamento sobre o político.

O ex – governador também afirmou que Amadeu Amaral não atuou na vida política profundamente. Deste modo, para Arantes, Amaral não tinha dedicado à política o mesmo carinho e afeto que dedicou ao folclore. Segundo Altino Arantes, em discurso na Academia Brasileira de Letras, em meados de 1949, Amaral pode até ter sido político mas “Se por essas planícies requeimadas ele passou...passou a pasto lesto, na passagem célebre e distante de pássaro das alturas, que perpassa rumo a cordilheira”.¹⁰⁴

¹⁰¹ www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/03galeria/galeria.htm 13/06/2006.

¹⁰² Arantes, Altino; Discurso de recepção na Academia Paulista de Letras; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; ano 21; volume 34; setembro de 1930. P. 328-329.

¹⁰³ Arantes, Altino; Op. Cit. P. 329

¹⁰⁴ Arantes, Altino; Discurso do Sr. Altino Arantes da academia Paulista de Letras; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; ano 48; volume 78; 1949. P. 298.

Escrevendo após o fim do Estado Novo (1937-1945), tanto Paulo Duarte (em 1948), quanto Hélio Damante (em 1949) procuraram resgatar as lutas políticas de Amadeu Amaral. Dessa maneira, ambos realçam a sua incorruptibilidade, a defesa pela “democracia”, pelo voto secreto, livre e “universal” feitas por Amaral. Contudo, paradoxalmente, descrevem as campanhas políticas deslocadas das propostas, ou melhor, da finalidade que Amaral dava ao folclore. Os dois biógrafos acabaram separando o político do folclorista. Mas por que razões fizeram isso? A resposta está na compreensão do momento histórico em que escreveram ou mais precisamente no posicionamento de Duarte sobre a *ditadura estadonovista* e no significado que o folclore vai adquirir no pós – 1945.

Paulo Duarte foi, durante a Era Vargas (1930-1945), preso e expulso do país duas vezes e admitia abertamente odiar a época do Estado Novo (1937-1945). Duarte expressa maravilhosamente bem sua opinião sobre os anos Vargas nos livros *Palmares pelo avesso* (1947) e em *O espírito das catedrais* (1958). No primeiro livro conta a história da Revolta Constitucionalista de 1932 através de sua própria atuação onde, afirma que foram os paulistas os primeiros a enfrentar a “tirania de Getúlio Vargas”. Segundo Duarte este seu livro foi escrito para lembrar “...o mais belo capítulo da história de São Paulo, neste século que já vai descambando para a segunda metade. Principalmente porque, ao que parece, os paulistas estão muito deslembrados dele. Como esquecidos se mostram dos sentimentos que o inspiraram”.¹⁰⁵

Já no outro livro, Duarte narra como foi sua saga no segundo exílio (1938-1945) na Europa e nos EUA. Nesse livro, o autor nos brinda – em diversas passagens – sobre o que pensa acerca do *Brasil estadonovista*. Segundo Duarte “...a democracia não morreu, mas é inegável que esteja doente, doente talvez pelo desequilíbrio que Bérqson já precisou entre o

¹⁰⁵ Duarte, Paulo; *Palmares pelo avesso*; SP; Instituto Progresso Editora; 1947. P.8

excessivo avanço material atingido pelo homem, sem o adiantamento moral correspondente”¹⁰⁶. Após este comentário acrescenta que um erro comum às ditaduras, especialmente a brasileira seria “...a asfixia da inteligência que está para a nossa condição como esta o instinto para o inseto, sem o qual não poderá este existir”¹⁰⁷. Logo, para Paulo Duarte aquele tempo foi uma época onde as liberdades estavam cerceadas, em suma, um período de falta de compreensão e tolerância.

No período, pós – Estado Novo, a preocupação com folclore pode ser medida pela atuação da UNESCO que o concebia como um instrumento que gerava compreensão e tolerância entre os povos¹⁰⁸. Por isso, Duarte e Damante tentam transformar Amadeu Amaral em um precursor dos estudos folclóricos no Brasil. Ser um pioneiro do folclore, nesse caso, era algo positivo já que era dotar um homem de valores pacíficos e humanitários. Era, de fato, contrapor Amadeu Amaral a um período onde grassava no Brasil a ditadura do Estado Novo.

Ocorre que na ânsia de chegar a esse objetivo, acabou-se por separar folclore de política e por transformar o folclore de Amaral em algo mais neutro e cientificizado. Demonstrando, com isso, que o interesse de Amaral era institucionalizá-lo como ciência acadêmica, o que é meia verdade. Duarte, por exemplo, categoricamente afirma: “Foi Amadeu quem primeiro analisou no Brasil, com objetividade realmente científica, a poesia popular”¹⁰⁹. Nesse aspecto, ambos os biógrafos tiveram sucesso, pois as homenagens pós – morte tecidas sobre a vida e obra de Amaral ressaltam o caráter “precursor” das idéias de Amadeu Amaral em relação ao folclore e não sobre a política.

¹⁰⁶ Duarte, Paulo; O espírito das catedrais; SP; Anhambi; 1958. P. 29.

¹⁰⁷ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 29

¹⁰⁸ Vilhena, Luís Rodolfo; Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro entre 1947-1964; RJ; FGV editora; 1997. P. 75-94.

¹⁰⁹ Duarte, Paulo; Amadeu Amaral; SP; Progresso; 1948. P. 29.

Por outro lado, acreditar que os folcloristas das décadas de 1950 e 1960, estruturados em torno da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), depois substituída pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), leram passivamente as obras de Arantes, Duarte e Damante é ingenuidade. O apagamento do *folclore amaralino*, também se deu porque os folcloristas da CDFB estavam preocupados, entre outras coisas, em transformar o folclore em uma ciência acadêmica pretensamente neutra e despolitizada. Portanto, a proposta de um folclore que mostrasse os costumes populares para depois transformá-los não era alvo de interesses. Luis Vilhena¹¹⁰, em um excelente livro, afirma que o objetivo da CDFB era preservar as manifestações folclóricas e não modificá-las.

Todavia, as propostas *amaralinas* de uma instituição central organizando os folcloristas era algo interessante. Nos discursos dos folcloristas da CDFB é comum realçarem as aventuras de Amadeu Amaral nas tentativas, sempre frustradas, de organizar museus, boletins informativos e arquivos. Esses mecanismos eram fundamentais para profissionais que anseiam o “congelamento” ou o “salvamento” de manifestações populares consideradas em vias de extinção. Mas isso é assunto para o quarto capítulo.

¹¹⁰ Vilhena, Luis Rodolfo; Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro entre 1947-1964; RJ; FGV editora; 1997.

CAPÍTULO II: AMADEU AMARAL E OS DEBATES SOBRE O FUTURO DA NAÇÃO BRASILEIRA:

“Não é possível construir uma pátria grande, forte e gloriosa, sem rumar antes de tudo a uma humanidade mais sã, mais esclarecida, mais justa e mais nobre (...) É insensatez insistir em querer bons soldados, bons eleitores, bons contribuintes, bons patriotas, num país repletos de analfabetos, de doentes e de necessitados, num povo composto, pela maior parte, de indivíduos sem instrução, sem saúde e sem bem – estar, sem horizontes, sem alegria e sem alentos. Queremos cidadãos? Formemos homens. Queremos dedicações patrióticas? Façamos forças humanas. Queremos civismo? Cultivemos a moralidade geral. Queremos honestidade, coragem, abnegação, trabalho e energia? Preparemos o terreno onde devem abrolhar essas flores da cultura social. Qual o terreno? O homem. Quais os meios? O saneamento, a higiene, a creche, o ensino, o amparo moral e econômico, a justiça regular e onipresente...”

Amaral, Amadeu; *Política Humana*; São Roque; 1922.
In. Política Humana; SP; Hucitec; 1976. P. 7

PARTE 2.1: PENSAR A NAÇÃO:

Terminou o tempo em que a história se resumia a uma análise sobre os grandes homens e seus grandes feitos. Também não corresponde mais à realidade conceber o processo histórico transformando-se muito lentamente, como acontecia nas décadas de 1960 e 1970. Atualmente, não se aceita mais pensar ou falar em identidade como um sistema naturalmente concebido e culturalmente extático. Isto significa que o momento historiográfico atual favorece a concepção de que “...os homens orientam-se por estratégias móveis, por interesses e objetivos que se transformam com suas experiências históricas, permitindo-lhes reformular culturas, valores, memórias e até identidades”.¹¹¹

¹¹¹ Azevedo, Cecília & Almeida, M. R. C.; *Identidades plurais*. In. Soihet, Raquel & Abreu, Martha; Ensino de História; RJ; Casa da Palavra; 2003. P. 26

Nos dias atuais, a percepção de que os homens e mulheres se movimentam através de estratégias móveis demonstrou que as identidades podem e às vezes precisam ser “...continuamente reinventadas e reinvestidas de significados e sentidos, a partir de situações históricas específicas”.¹¹² Ou seja, toda identidade é uma construção histórica em permanente estado de tensão, pois sofre apropriações e resignificações constantemente.

Outra questão importante no que tange uma análise sobre uma identidade seria não procurar reduzi-la a uma construção de interesses políticos – financeiros. Arrisca-se o historiador ou cientista social quando concebe uma identidade, uma cultura etc como fruto de uma maquiavélica engenharia política das elites para manter a dominação.

Especificamente no Brasil, quando os intelectuais em geral pensam sobre uma identidade, seja nacional ou regional, sempre houve o desafio primaz de “resolver” a questão da diversidade presente no “povo brasileiro”. Em terras brasileiras, as diversidades culturais, econômicas, políticas, religiosas e “raciais” sempre foram vistas pelos intelectuais como um problema a ser enfrentado.

Nas últimas décadas do século XIX, sobretudo a partir de 1870, estavam em voga as então modernas teorias científicas européias. Estas forneceram instrumentos para explicar as diferenças apelando para correlações rígidas entre as leis da natureza e as culturas de uma sociedade. Desse modo, “Características físicas eram associadas a atributos morais e serviam como justificativas para o atraso social de algumas populações e para a afirmação da inviabilidade do progresso de determinados países, entre os quais o Brasil?”¹¹³ Diante tais teorias, Como ficava o futuro da nação? Quais as nossas chances de progredir? Como viabilizar o nosso progresso? Desse modo, a proposta desse capítulo será entender como a educação, o

¹¹² Gontijo, Rebeca; *Identidade nacional e Ensino de história*; In. Soihet, Raquel & Abreu, Martha; Op. Cit. 2003. P. 55.

escotismo, a eugenia e o esporte para Amadeu Amaral ajudariam a colocar nos trilhos do progresso uma gigantesca nação chamada Brasil.

PARTE 2.2: EDUCAÇÃO: EIS A SOLUÇÃO!

A educação entrou na cena política nas últimas décadas do Império. Um claro exemplo foi a proposta de renovação dos programas do ensino primário defendido por Rui Barbosa através de seu célebre parecer intitulado *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública* datado de 1882. Nesse documento, Rui Barbosa, segundo Souza¹¹⁴, elaborou um programa de ensino e demonstrou as vantagens de cada uma das matérias que deveriam compor o currículo da escola primária brasileira. Essas disciplinas eram, basicamente, a Educação Física, a Música e Canto, o Desenho, a Língua Materna, os Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais, a Matemática, a Geografia e Cosmografia, a História, a Cultura Moral e Cívica e os Rudimentos de Economia Política.¹¹⁵ No entanto, com a crise do fim do Império, a proclamação da República e a instabilidade política que se seguiu houve a impossibilidade de avanço daquela reforma.

Durante toda a Primeira República a instrução pública primária ficou a cargo do Ministério da Justiça e Negócios Internos (MJNI) e a técnico – profissional do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). O Ministério da Educação e Saúde Pública só seria criado em novembro de 1930. De um certo modo, isso fez com que a primeira fase republicana seja sempre lembrada como um período de baixo ou nenhum investimento em educação. Entretanto, isso não corresponde a realidade, já que, o governo federal, por

¹¹³ Gontijo, Rebeca; *Identidade nacional e Ensino de história*. In. Soihet, Raquel & Abreu, Martha; Op. Cit. 2003. P. 57.

¹¹⁴ Rosa de Fátima Souza é Professora Assistente Doutora do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campos de Araraquara.

exemplo, criou órgãos de natureza consultiva (estudo de assuntos, respostas a consultas etc) e administrativa (prover cargos, fiscalizar escolas, autorizar despesas extras etc) tais como, o Conselho Superior de Ensino, criado em 1911 e subordinado ao MJNI, substituído pelo Conselho Nacional de Ensino, em 1925, e o Serviço de Inspeção do Ensino Profissional e Técnico, fundado em 1926 e sob a chancela do MAIC.¹¹⁶

Jorge Nagle¹¹⁷, uma referência importante dessa parte do segundo capítulo, é partidário de uma historiografia que visualizava a Primeira República (1889-1930) como um período vazio de projetos nacionais. Interessante que essa visão, ainda muito presente em livros didáticos, procura sempre demonstrar a veracidade de suas convicções utilizando o método comparativo. Isto é, a “prova” de que a Primeira República foi vazia de projetos está na comparação com o período imediatamente antecessor, o Segundo Reinado (1840-1889) e com o predecessor, a Era Vargas (1930-1945). O primeiro como criador do Estado – Nação e o segundo período como (re)fundador do Estado – Nação brasileiro.

Esta interpretação leva a equívocos tão amplos que Nagle chega a responsabilizar a própria Constituição de 24 de fevereiro de 1891. A legislação prescrevia que as obrigações do Estado em questões educacionais se resumiam ao seguinte: “Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente (...) Animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências (...) sem privilégios que tolham a ação dos governos locais.”¹¹⁸ Sem muita clareza e objetividade o artigo gerou, na visão de Nagle, a ausência de uma política nacional de educação e, portanto, de um sistema federal de ensino com presença em todo o território

¹¹⁵ Souza, Rosa de Fátima; Militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira; Campinas; Cadernos CEDES; volume 20; número 52; novembro de 2000. S/P.

¹¹⁶ Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 2; 7ª edição. 2004. P. 267.

¹¹⁷ Professor Doutor Titular do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP, Campos de Araraquara.

¹¹⁸ Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. Op. Cit. 2004. P. 265.

nacional. Entretanto, o que ele não percebeu era que uma política de educação nacional não era implementada porque isto provavelmente seria visto uma intervenção federal em assuntos dos governos estaduais ferindo, com isso, os princípios federativos agasalhados pela Constituição de 1891.

Como informa Helena Cruz, a avaliação sobre a difusão da cultura letrada em nossa história parece ser embaçada pela “...compreensão corrente de que somos, sempre fomos e sempre seremos um país iletrado”¹¹⁹. Essa visão, também criticada por Laura Maciel, permeia análises historiográficas, justifica silenciamentos e omissões, articula avaliações e desqualificações – sempre que projetos e políticas tentam construir outros modelos de educação e ensino públicos – reforçando uma idéia de continuidade entre passado e presente. Enfim, criando uma espécie de “linha reta e contínua” sem possibilidade de mudança.¹²⁰

A concepção que esvazia de conteúdo, de debates, de idéias e de projetos toda a Primeira República não procede, tanto que, após meados da década de 1910, mais precisamente depois de 1920, a educação adquiriu uma certa centralidade política, mais do que um direito do cidadão, passou a ser concebida como uma necessidade para o progresso cultural e material da nação. A educação se tornou um dos elementos de regeneração da nação, um instrumento para a reforma social e o advento do progresso e da civilização. Exemplar foram os alertas da Liga de Defesa Nacional (1916) que apostava na educação como forma de combate ao perigo interno, ou seja, do depauperamento do caráter ao definhamento do patriotismo.¹²¹

¹¹⁹ Cruz, Helena de Faria; São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915; SP; Educ/Fapesp/Arquivo do Estado/Imprensa Oficial; 2000. P. 17

¹²⁰ Maciel, Laura Antunes; Outras memórias e histórias: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro; Niterói; Universidade Federal Fluminense; 2006. P. 1

¹²¹ Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In Op. Cit. 2004. P. 262.

Um outro exemplo da importância alçada pela educação foi a realização da Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada em 1921, e convocada pelo Governo Federal para elaborar um projeto de difusão da escola primária. O relatório dessa conferência mostrou dados impressionantes. Conforme nos detalha o próprio Nagle, a matrícula “...nas escolas primárias de todo o país era de 1.030.752 alunos – enquanto a frequência era de 678.684 – representando apenas 29% da população escolar”.¹²² Ainda segundo o relatório da dita conferência interestadual “...embora o Distrito Federal possuísse 41% da população infantil sem escola, e Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, respectivamente, 43%, 44% e 56%, Goiás apresentava 95%, juntamente com o Piauí, seguido de Alagoas com 94%”.¹²³

A crítica feita pelos conferencistas, em geral, professores e inspetores de escolas públicas, foi direcionada ao modelo de escola primária que, na época, fornecia um curso de quatro anos de duração nas zonas urbanas e de apenas três, na zona rural. O currículo era formado por Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Noções de Ciências Físicas e Naturais, Instrução Moral, Trabalhos Manuais e Ginástica. Ao primário seguia a escola complementar com dois anos de duração e acréscimo de uma ou duas línguas estrangeiras. A grande reclamação foi a de que faltava ao ensino um papel mais moralizador e progressista.¹²⁴

A década de 1920 é repleta de realizações de projetos educacionais. No plano federal, cria-se a Universidade do Rio de Janeiro (1920) e a Universidade de Minas Gerais (1927). Porém são os Estados que produzem os resultados mais concretos, reorganizando a administração escolar, aumentando a oferta de vagas nas escolas e realizando uma série de reformas que atingiram a escola primária e complementar. São elas as reformas de Sampaio

¹²² Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. Op. Cit. 2004. P. 269.

¹²³ Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. in. Op. Cit. 2004. P. 269.

¹²⁴ Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. Op. Cit. 2004. P. 269.

Dória, em São Paulo; 1920, a de Lourenço de Campos, em Minas Gerais; em 1928, a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal; em 1929 e a de Carneiro Leão, em Pernambuco; em 1930.¹²⁵

Nesse momento é necessário colocar uma pergunta: Como Amadeu Amaral se posicionava nos debates sobre o papel da educação? O autor d' *O Dialeto Caipira* acreditava que os dirigentes *perrepistas* não tinham vontade ou moral para executar projetos educacionais de longo prazo, pois esses governantes têm "...horror das atitudes francas, das responsabilidades árduas, dos empreendimentos penosos, das lutas longas e incertas"¹²⁶. Segundo Amaral quando o poder público, sob o controle *perrepista*, resolve investir em educação acaba até acertando, mas sempre erra no tipo de educação desenvolvida nas salas de aula. Amadeu Amaral considerava a educação patrocinada pelos *perrepistas* muito bacharelesca e voltada para "...formar caracteres, esquecendo demasiado o que há de mais importante no caráter, a sua espinha dorsal – a vontade".¹²⁷

Para o futuro candidato ao cargo de deputado estadual, as idéias "nobres e generosas", tão abundantes na administração pública *perrepista*, não eram suficientes para transformar os alunos em cidadãos ativos. Pelo contrário, apenas servia para criar indivíduos atormentados "...pelo sentimento doloroso da impotência irremediável, agravam a timidez e a melancolia e dão aos indivíduos o aspecto de sombras errantes e impalpáveis"¹²⁸. Deste modo, para Amadeu Amaral, tal como estava sendo construída e aplicada a educação em sala de aula acabava prolongando o "atraso" cultural e moral do "povo paulista".

¹²⁵ Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. Op. Cit. 2004. P. 264.

¹²⁶ Amaral, Amadeu; *As promessas do escotismo*; 1916. In. Amaral, Amadeu; Política Humana; SP; Hucitec; 1976. P. 149.

¹²⁷ Amaral, Amadeu; *As promessas do escotismo*; 1916. In. Op. Cit. P. 146.

¹²⁸ Amaral, Amadeu; *As promessas do escotismo*; 1916. in. Op. Cit. P. 146.

Amadeu Amaral só deslumbrou um horizonte mais viável para a educação paulista quando Sampaio Dória, um dos principais representantes da Liga Nacionalista, assumiu o cargo de diretor – geral da Diretoria do Ensino. A escolha de Sampaio Dória para esse cargo, equivalente hoje ao de secretário estadual de educação, levou Amaral, pela primeira vez a congratular um político *perrepista* (leia-se o governador Washington Luís). A nomeação de Dória, em 1920, foi comemorada com um almoço patrocinado pelos jornalistas do grupo *Estadinho*. Nessa confraternização, Amaral, já imortal da Academia Brasileira de Letras, pronunciou as seguintes palavras:

“...limitar o ensino oficial à simples rápida aquisição do alfabeto, seria simplificar demais. Seria cair numa espécie de materialismo educativo, estreito e áspero, sem nenhuma concessão aos ideais pedagógicos mais razoáveis e mais aceitos”.¹²⁹

Recusando-se a acreditar que Sampaio Dória, companheiro de luta na Liga Nacionalista, fosse patrocinar tal tipo de educação Amaral demonstrava confiar que o recém empossado diretor – geral na prática iria “...combater, ao mesmo tempo, o analfabetismo e os seus aliados mais próximos – os hábitos anti – higiênicos, a incultura do corpo, o entorpecimento mental e o indiferentismo cívico”¹³⁰. Nesse pequeno discurso, Amaral claramente visualiza o papel que a educação deveria ter, isto é, regenerativa, progressista, mas, principalmente, moralizadora dos hábitos e costumes.

Sampaio Dória com poucos meses no cargo, ainda em 1920, enviou uma *Mensagem* ao Governador Washington Luís. No documento oficial enviado em caráter de urgência, o educador da Liga Nacionalista critica a falta de universalização da educação paulista da seguinte maneira:

¹²⁹ Amaral, Amadeu; *A direção do ensino em São Paulo*; 1920. In. Amaral, Amadeu; Política Humana; SP; Hucitec; 1976. P. 96.

¹³⁰ Amaral, Amadeu; *A direção do ensino em São Paulo*; 1920. In. Op. Cit. P. 97.

“Dar instrução a alguns e não a todos é profundamente injusto; é tratar com diferença aos filhos, para os quais foi assentado o lema da igualdade; é criar o privilégio da instrução; é inconscientemente estabelecer a inferioridade de uns sobre os outros desde a meninice, e com isso fazer dominadores e servís, cidadãos ao lado de escravos, é tudo isso que não é democrático nem republicano”.¹³¹

As fontes não fornecem qual teria sido a resposta do governador paulista. O fato é que, segundo Nagle, o diretor – geral Sampaio Dória, diante da falta crônica de verbas, reduziu a escola primária para dois anos, determinou que a faixa etária alvo seria entre nove e dez anos de idade e concentrou todos os recursos disponíveis na diminuição do número de analfabetos naquela faixa etária.¹³² Sampaio Dória, nitidamente, optou, talvez, diante da falta de recursos, utilizar a educação e a escola como instrumento para alfabetizar o futuro (juventude) e não o presente (adultos).

Nesse aspecto, percebe-se que, tanto Amadeu Amaral como Sampaio Dória, partilhavam do princípio de que as oligarquias só podiam ser combatidas pelo esclarecimento que a educação proporcionava. Numa opinião até certo ponto bastante difundida, acreditava-se que as oligarquias se sustentavam graças à ignorância popular e à falta de patriotismo. Esses problemas seriam eliminados, dessa forma, pela educação, algo formador de caráter e das forças produtivas. Dessa forma, os entraves para formar uma sociedade mais democrática esbarrariam na grande quantidade de analfabetos. Por isso, o combate ao analfabetismo e/ou ignorância era prioridade para aqueles homens.

Paralelo, a essa defesa pela educação, existiu um movimento, também na década de 1920, de valorização do escotismo que pode ser visto como uma estratégia de educação ou um exemplo. O escotismo será o tema dos debates das páginas seguintes.

¹³¹ Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. Op. Cit. 2004. P. 270.

PARTE 2.3: ESCOTEIROS: UM EXEMPLO DE CIDADÃO.

No Estado de São Paulo, o projeto de educação, nos informa Rosa de Fátima Souza, abrangeu dois aspectos: a expansão da oferta de vagas mediante a criação de novas escolas e a renovação do programa de ensino, face de um mesmo processo político cujo objetivo maior era modernizar a sociedade¹³³. No início do século XX ganhou força, ainda de acordo com Souza, a prática do ensino de exercícios militares, o que gerou a formação dos Batalhões Infantis. Em 1904, estes foram regulamentados pelo regimento interno dos Grupos Escolares e das Escolas Modelos de São Paulo. Os alunos membros dos Batalhões deveriam, segundo o regimento, serem disciplinados moralmente, receberem treinamento fora do horário regulamentar das aulas, criar estandartes com nomes de heróis nacionais e desfilar em datas cívicas perante a população.¹³⁴

No entanto, ainda durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os exercícios militares entraram em franca decadência. A Inglaterra, por exemplo, havia substituído os exercícios militares pela educação física e a ginástica. No Brasil, o inspetor de ensino Mário Cardim propunha a troca dos tais exercícios e dos Batalhões Infantis pelo escotismo. Para Cardim “...está sendo praticado com grandes resultados em todos os países é substituir esses decaídos batalhões escolares pelos agrupamentos de escoteiros”.¹³⁵

Rosa de Fátima Souza argumenta que juntamente com a defesa pela aplicação do voto secreto, da erradicação do analfabetismo e da implantação do serviço militar obrigatório se intensificou nos meios educacionais e políticos a defesa do escotismo. A

¹³² Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. Op. Cit. 2004. P. 270.

¹³³ Souza, Rosa de Fátima; Militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira; Campinas; Cadernos CEDES; volume 20; número 52; 2000. S/P.

¹³⁴ ver: *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1890 – 1950*. In. Souza, Rosa de Fátima; Op. Cit. 2000. S/P.

¹³⁵ Governo do Estado de São Paulo; Anuário do Ensino do Estado de São Paulo; SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 1918. P. 191

idéia do escotismo surgiu na Inglaterra por volta de 1907, por iniciativa do general Lord Robert Stephenson Smyth Baden – Powel, cujas bases foram lançadas no livro *Scouting for Boys* (1908). A experiência inglesa se espalhou para a Europa e pelos Estados Unidos da América. Foi introduzido no Brasil, em 1910, no Rio de Janeiro e impulsionado por Olavo Bilac e Mário Cardim. Alias, a Liga de Defesa Nacional, em 1917, reconheceu a Associação Brasileira de Escoteiros (ABE) como filiada e como instituição nacional, entregando-lhe a missão de centralizar todo o trabalho do escotismo no Brasil.¹³⁶

A defesa do escotismo vinha ao encontro dos interesses visados pela Liga Nacionalista que se propunha a empreender “...a educação física do cidadão, o escotismo, as linhas de tiro e o preparo militar”¹³⁷ e, também, condizia com os interesses apregoados pela Liga de Defesa Nacional que na sua plataforma política pregava:

“...a idéia de coesão nacional, defender o trabalho nacional, difundir a instrução militar nas diversas instituições, desenvolver o civismo, o culto ao heroísmo, fundar associações de escoteiros, linhas de tiro, batalhões patrióticos, arrivar o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras, promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no país, propagar a educação popular e profissional, difundir nas escolas o amor a justiça e o culto ao patriotismo, combater o analfabetismo”.¹³⁸

Essa associação entre educação moral e cívica e escotismo facultou sua implementação, segundo Souza, em massa nas escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo. A própria Souza demonstra que, em 1917, a Diretoria do Ensino de São Paulo entrou em contato com a ABE e após entendimento mútuo ficou decidido que seria aberto

¹³⁶ Souza, Rosa de Fátima; Op. Cit. 2000. S/P.

¹³⁷ Boto, C.J.M.C.; Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos; Dissertação de Mestrado; SP; Faculdade de Ciências e Letras da UNESP; 1990. P. 229.

¹³⁸ Nagle, Jorge; A educação e a sociedade na Primeira República; SP; EDU; 1974. P. 331.

um curso de escotismo para os inspetores e diretores de Grupos Escolares e recomendações para a organização imediata de comissões distritais de escoteiros.¹³⁹

Amadeu Amaral era um entusiasta do escotismo. Antes da criação da Liga Nacionalista, isto é, em 1916, numa palestra no Salão da Lira intitulada *As promessas do escotismo*, Amaral defendia a tese de que o escotismo remodela a moral de um povo porque infla o amor dos jovens pela pátria. Segundo as palavras do palestrante:

“1 – O escoteiro tem uma só palavra, sua HONRA vale mais que a própria vida. 2 - O escoteiro é LEAL. 3 – O escoteiro está SEMPRE ALERTA para ajudar o próximo é praticar uma boa ação. 4 – O escoteiro é AMIGO de todos e IRMÃO dos demais escoteiros. 5 – O escoteiro é CORTES. 6 – O escoteiro é BOM para os animais e as plantas. 7 – O escoteiro é OBEDIENTE. 8 – O escoteiro é ALEGRE e sorri nas dificuldades. 9 – O escoteiro é ECONOMICO e respeita o bem alheio. 10 – O escoteiro é LIMPO de corpo e alma.”¹⁴⁰

Ter honra, ser leal, estar sempre alerta, ser amigo e irmão, cortes, bom, obediente, alegre, econômico e por fim limpo de corpo e alma. Essas palavras colocadas em destaque pelo próprio Amadeu Amaral, de um certo modo, resumem o tipo de cidadão republicano que nosso poeta sonhava para a sociedade paulista e brasileira.

No início da década de 1920, conforme dito páginas atrás, assumiu o cargo de responsável pela realização de uma reforma na instrução pública paulista Sampaio Dória, membro atuante da Liga Nacionalista. Dória elaborou o Decreto 3.355 de 27/05/1921, que regulamentou a Reforma da Instrução Pública. Este conjunto de medidas determinou que todos os alunos matriculados nas escolas públicas paulistas seriam considerados aspirantes a escoteiros. Dória estabeleceu que para ser escoteiro era necessária a idade mínima de dez anos, a deliberação pessoal e espontânea para a instrução e o consentimento dos pais por

¹³⁹ Souza, Rosa de Fátima; Op. Cit. 2000. S/P.

¹⁴⁰ Amaral, Amadeu; *As promessas do escotismo*; 1916. In. Op. Cit. P. 149.

carta. Os professores de ginástica das escolas normais e das escolas complementares seriam os instrutores dos escoteiros.¹⁴¹

A apoteose do movimento em prol do escotismo, para Souza, ocorreu durante as comemorações do Centenário da Independência, em 1922. A Diretoria do Ensino do Estado de São Paulo ajuizou que em todas as regiões do Estado fossem realizadas comemorações patrióticas, nas quais se reuniram cerca de cem mil escoteiros escolares. No dia 7 de setembro de 1922, escoteiros da capital e do interior, reunidos próximos ao Monumento do Ipiranga realizaram o seguinte desfile, nas palavras do jornal *Correio Paulistano*:

“A esquerda do monumento, partilhando sua declive da montanha verde, um quadro de incomparável beleza e de um significado profundamente profético sugeria aos olhos da multidão delirante de entusiasmo, toda a visão do Brasil de amanhã. Era o acampamento de escoteiros (...) Instantes depois, marchavam, entre os aplausos delirantes, os rumores das palavras e os vivas frenéticos que reboavam, eletrizando a massa popular, e vinham colocar-se no local que lhes estavam designados (...) eram doze mil crianças. Cada uma, um Brasil pequenino. Todas, o Brasil imenso, simbolizando nelas, vivo nelas, presente em sua galhardia, na beleza infantil de seu porte”.¹⁴²

Dentre as várias funções sociais e políticas do escotismo, para os intelectuais do período, estava a proposta de desenvolver no “povo brasileiro” o sentimento de patriotismo, o aparecimento de virtudes cívicas, a moralização dos hábitos e o surgimento de uma disciplina corporal. Tanto que, a regra número um dos estatutos e regulamentos da Associação Brasileira de Escotismo era: “Eugenia, na parte referente à educação física, à saúde, ao vigor e a destreza das gerações novas, homens e mulheres”.¹⁴³

¹⁴¹ Souza, Rosa de Fátima; Op. Cit. 2000. S/P.

¹⁴² *Correio Paulistano*; SP; 08/09/1922.

¹⁴³ Campos, P.D.; *Estatutos e regulamentos da Associação Brasileira de Escoteiros*; SP; Tipografia Pasquino; 1922. P. 7

PARTE 2.4: EUGENIA E ESPORTES: ALIADOS NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO DA NAÇÃO.

Desde o fim da escravidão e o advento da ordem republicana, elites dirigentes e intelectuais se deparam com o desafio de repensar a nação e as suas possibilidades de adentrar no mundo moderno com uma população formada por brancos, negros e mestiços. Nas primeiras décadas do século XX houve uma disputa entre diferentes projetos de nação ancorados, em graus variados, no saber médico e sanitário da época. É possível visualizar duas grandes correntes interpretativas, segundo Chor Maio e Monteiro.¹⁴⁴

A primeira delas atribuiu ao conceito de raça papel demiúrgico no processo de compreensão e intervenção da dinâmica social, inspirada numa visão determinista biológica que mantinha estreitos vínculos com a antropologia física oitocentista¹⁴⁵. A segunda corrente, inspirada numa interpretação médico – sanitária, era a dos sanitaristas, que alcançou uma maior proeminência durante e após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O estímulo ao nacionalismo, somado aos avanços da bacteriologia e da microbiologia, considerou que expressiva parcela da população atingida por doenças infecto – contagiosas “não era assim, mas estava assim”, lembrando a autocrítica de Monteiro Lobato na (re)análise do Jeca – Tatu.¹⁴⁶

Dessa maneira, durante a década de 1920, a problemática da diversidade cultural, social e “racial” continuou a existir. Contudo, desde meados dos anos de 1910, não era mais vista apenas sob a ótica da “raça”. A questão passou, também, a ser higiênica, ou seja, a saúde se transformou em tema de debate entre os médicos, intelectuais e políticos. O

¹⁴⁴ Maio, Marcos Chor & Monteiro, Simone; Tempos de racialização: o caso da ‘saúde da população negra’ no Brasil; RJ; Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos; volume 12; número 2; maio – agosto de 2005. Versão Impressa.

¹⁴⁵ Essa corrente teve forte ascendência no campo da medicina legal, particularmente nos trabalhos médico – antropológicos de Nina Rodrigues.

próprio Amadeu Amaral afirmava não suportar mais a tese de nossa inferioridade ser atribuída a fatores meramente raciais. Citando Amaral

“...temos milhares de escritores incharacterísticos, sem nada que nos realce (...) E, o que é ainda mais triste, o que é muito mais sério e assustador, é que não pouca parte dessa produção de pena visa deprimir deliberadamente o país, exagerando a sua produção, a sua incultura, o seu desgoverno, os seus vícios. Há mesmo um certo propósito, do lado de grande número de escritores nossos, em denegrir e amesquinhar a própria nação em bloco, na sua composição étnica, no seu destino. Aceitando, com estranha simpatia e paradoxal docilidade, obtusas teorias sociológicas de importação, mudáveis, incertas, sempre suscetíveis de retificação, sempre ameaçadas de caducidade, quase sempre eivadas de intenções estranhas ao puro interesse da verdade científica, proclama a nossa racial inferioridade com tanta abundância de argumentos e tanto calor, que se diria andarem orgulhosos de se haverem reconhecido cidadãos de uma pátria fadada a parecer na sombra de uma irremediável miséria”.¹⁴⁷

Essa argumentação pode ser colocada da seguinte maneira: Sanear ou higienizar a nação permitiria a correção e o aperfeiçoamento do “povo brasileiro”? De acordo com Lilia Schwarcz, a Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, em 1919, colocou o debate do seguinte modo:

“Não é porque somos um ensaio de nação que marchamos a retaguarda de outros povos, é porque somos ignorantes, mal educados, mal nutridos e porque temos sangue depauperado, o coração, o fígado, os intestinos, os nervos infeccionados. Mais do que a raça, mais do que a tradição, mais do que o costume, a educação é a lei que modifica a raça que faz recuar a tradição.”¹⁴⁸

Nesse contexto, a sociedade cada vez mais passa a ser concebida por médicos, políticos e intelectuais como um corpo doente e que, por isso, precisa de remédios. Esses medicamentos seriam: o saneamento e a prática de esportes. Esse é o momento em que

¹⁴⁶ O tema dos sanitaristas seriam: a expansão do aparato estatal, centralização das políticas públicas de saúde e visão crítica sobre os reducionismos climáticos e raciais.

¹⁴⁷ Amaral, Amadeu; *As promessas do escotismo*; 1916. In. Amaral, Amadeu; *Política Humana*; SP; Hucitec; 1976. P. 143.

¹⁴⁸ Schwarcz, Lilia Moritz; *O espetáculo das raças*; SP; Cia das Letras; 1993. P. 169.

começa a ganhar força no Brasil um discurso que apregoava a eugenia. Etimologicamente, o termo “eugenia” deriva do grego *eugeneia* e significa ciência que estuda condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana. O termo foi criado, em 1869, pelo inglês Francis Galton que, mais tarde, baseado no livro *A origem das espécies* de Charles Darwin, elaborou a doutrina do aperfeiçoamento da raça humana.

No Brasil, a partir dos anos de 1910 até a década de 1940, surgiram várias instituições onde se debatiam questões derivadas da eugenia e sua inserção na sociedade. Entre as agremiações de maior expressões se encontravam: a Liga de Defesa Nacional (1916), a Liga Nacionalista (1917), a Liga Pró – Saneamento (1918) e a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918).¹⁴⁹

Diversos intelectuais e cientistas do período debateram sobre a aplicabilidade da eugenia nas tropicais terras brasileiras. Os mais conhecidos foram: Juliano Moreira, diretor da Assistência aos Alienados; Maurício de Lacerda, médico e político; Renato Kehl, médico e farmacêutico; Heitor Carrilho, diretor do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro e Antônio de Austregésio, psiquiatra. Além de escritores como Monteiro Lobato, Amadeu Amaral e outros.¹⁵⁰

Lilia Schwarcz acrescenta que revistas como a carioca *Brazil Médico* e a baiana *Gazeta Médica da Bahia* começaram a discutir a aplicação de práticas eugênicas para melhorar a saúde e educação do “povo brasileiro”.¹⁵¹ A eugenia passou a ser visualizada como uma nova ciência que resolveria um antigo problema, o da diversidade. Para o médico João Henrique em 1918:

¹⁴⁹ Skdimore, Thomaz; *O preto no branco*; RJ; Paz e Terra; 1976.

¹⁵⁰ Schwarcz, Lilia; *O espetáculo das raças*; SP; Cia das Letras; 1993. Capítulo 6

¹⁵¹ Schwarcz, Lilia; Op. Cit. 1993. Capítulo 6

“...a eugenia consiste no conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando a perfectibilidade da espécie humana, não só no que respeita o físico como o intelectual. Os métodos tem por objetivos o cruzamento dos sãos, procurando educar o instinto sexual. Impedir a reprodução dos defeituosos que transmitem taras aos descendentes. Fazer exames preventivos pelos quais se determina a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, trindade provocadora de degeneração. Nesses termos a eugenia não é outra coisa si não o esforço para obter uma raça pura e forte.”¹⁵²

Esse trecho de um discurso do médico João Henrique esclarece que a eugenia podia melhorar a constituição física de nossa população. Ao adotar leis restritivas, que limitassem o cruzamento de inferiores (doentes e deficientes negros ou brancos, por exemplo) com os superiores (brancos não doentes). Mas como isso se dava? A resposta, amigo leitor, com o radical médico Renato Kehl:

“Si fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande rosa do progresso de um lado e do bem estar e do outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asilos, os mendigos que perambulam pelas ruas (...) os imorais, os loucos, a prole de gente inútil que vive do jogo, do vício, da libertinagem, da trapaça (...) A porcentagem desses últimos é verdadeiramente apavorante (...) Os médicos e eugenistas convencidos desta triste realidade procuram a solução para esse problema e de como evitar esse processo de degeneração (...) é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos (...) Após a guerra, as epidemias, as reformas médico – sociais e eugênicas entram em efervecência(...)Com esses exemplos chego a seguinte conclusão eugênica: a esterilização fará desaparecer os elementos cacoplotos de espécie humana, ou melhor, a sua proporção será reduzida, mas não se garante a perfeição, só conseguida com um processo eugênico.”¹⁵³

Lilia Schwarcz acrescenta que a eugenia – *eu*: boa, *genus*: geração – é filha direta do darwinismo social. Os darwinistas acreditavam que o progresso estaria restrito as sociedades “puras”, isto é, aquelas livres de um extenso processo de miscigenação. Para

¹⁵² Henrique, João; *Do conceito de eugenia no habitat brasileiro*. In. Schwarcz, Lilia; Op. Cit. 1993. P. 230-231.

¹⁵³ Kehl, Renato; Sem título. In.Lilia Schwarcz, Op. Cit. 1993. P. 233-234.

esses defensores do darwinismo, a busca por igualdade entre os povos e entre os cidadãos de uma nação não passa de uma ilusão romântica visto que, as “espécies humanas” tiveram evoluções totalmente diferenciadas. Desse modo, segundo o pensamento destes, não é injusto um homem branco europeu receber tratamento diferenciado de um homem negro brasileiro, por exemplo, pois ambos seriam definitivamente e irreparavelmente diferentes.¹⁵⁴

Entretanto, a própria Schwarcz esclarece que as teses eugênicas não foram aplicadas, defendidas e interpretadas de maneira idêntica nos mais diversos lugares do mundo. Isso significa que todo estudo sobre eugenia deve ser analisado em seu contexto porque as teorias eugênicas não sofreram uma cópia direta da Europa para o Brasil. De fato, em terras tropicais ela sofreu (re)significações fruto do nosso específico contexto social, cultural, político e econômico.

No Brasil, ser um eugenista não significava, necessariamente, ser um defensor da esterilização em massa, por exemplo. As teses eugênicas, em terras brasileiras envolveram desde a defesa de políticas restritivas tais como a proposta, de 1912, dos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo (FDSP). Esses membros da FDSP desejavam impedir a imigração de africanos e asiáticos. Mas também, queriam políticas inclusivas com a defesa da prática de esportes e, principalmente, da educação física – entendida como um veículo que melhoraria o nível cultural do “povo”.¹⁵⁵

Em 1º de janeiro de 1919, o jornal *O Estado de S. Paulo* relatava que o “O ano esportivo que ontem findou foi, nesta década do século XX, o mais fértil em grandes

¹⁵⁴ Schwarcz, Lilia; Op. Cit. 1993. Capítulo 6

¹⁵⁵ Schwarcz, Lilia; O espetáculo das raças; SP; Cia das Letras; 1993. Capítulo 6

acontecimentos de alcance imediato e de alcance futuro para o esporte brasileiro”.¹⁵⁶ E, no final do mesmo, em editorial, o jornal divagava sobre a importância de porquê praticar esportes:

“Dentre os requisitos, porém, exigidos do homem moderno nas conquistas pacíficas do braço e da mente, o da sua capacidade física e intelectual é o que se destaca entre todos. E dentre estes dois, o que predomina com base indispensável e necessária para a garantia dos triunfos é o da sua resistência física. Este postulado já não sofre contestação alguma no terreno da ciência ou no domínio da prática (...)reformas recentíssimas, no sentido de incrementar a educação física na mocidade, tem sido decretada na França, Inglaterra, Estados Unidos, Uruguai e Argentina e outros países”.¹⁵⁷

Em tempos de constante tensão social e permanente estado de sítio – guerra, greves operárias, epidemias etc – a generalização da prática esportiva entre os paulistas, acreditava *O Estado*, estava criando uma geração de homens e mulheres com uma nova e mais eficiente moral espiritual e aptidão física. Essa melhoria, ainda segundo o jornal paulista, já estava refletindo num substancial avanço da higiene, profilaxia e alimentação da população. E se continuasse nesse ritmo acabaria gerando, na visão dos intelectuais do *Estado*, uma “geração de atletas” que, com o tempo, terminaria ocasionando um impacto na sociedade cujos desdobramentos, mais cedo ou mais tarde, seriam sentidos no comércio, na indústria e na agricultura pátria.¹⁵⁸

A lógica era de que a prática de esportes e da educação física regenerariam toda a nação ao criarem uma outra pessoa, muito mais competitiva, rápida, ativa e alimentada. A difusão da educação física, segundo o médico Theoris da Comissão Científica da Federação Francesa de Atletismo permitiria:

¹⁵⁶ O Estado de S. Paulo; *O ano esportivo*; SP; 01/01/1919. In. Sevcenko, Nicolau; *Orfeu extático da metrópole*; SP: Cia das Letras; 1992. P. 43.

¹⁵⁷ O Estado de S. Paulo; *Sports – educação física*; SP; 6/12/1919. In. Sevcenko, Nicolau; Op. Cit. 1992. P. 45-46.

“Em resumo, a regeneração da raça [a qual] não se fará enquanto a nação compreender a necessidade de pistas, estádios (...) A infância e a mocidade precisam de ar, ar livre, e depois de alimentação racional, vinha depois uma vida muscular alegre, interessante e consciente de seus fins”.¹⁵⁹

Por isso, tentando dar sua contribuição para a melhoria “estética, cultural e física” do nosso “povo” o jornal *Estadinho* – edição noturna d’ *O Estado de S. Paulo*, criou, em 1918, a *Volta de São Paulo* uma corrida que se transformou instantaneamente num grande evento paulista. O interessante não é a corrida em si, mas os seus objetivos. O principal objetivo não era simplesmente chegar e correr, ou seja, não bastava participar da *Volta*. Segundo o jornal, o crucial era realizar uma longa preparação física da seguinte maneira:

“...prática metódica e cotidiana de uma série encadeada de exercícios físicos. Exercícios esses muito simplesmente, minuciosamente listados e explicados (...) e que portanto podiam (...)ser adotados por todo e qualquer cidadão, para serem desempenhados no próprio interior de seus lares”.¹⁶⁰

A prova instituída em 1º de maio e realizada em 14 de julho, o primeiro dia do trabalho e o segundo da Revolução Francesa, contou com o apoio do então prefeito Washington Luís. Político esse o qual, em 1919, prometeu em discurso oficial no Club Atlético Paulistano apoiar a prática desportiva. O político, fato raro, cumpriu a promessa pois poucos dias após o discurso sua excelência autorizou a contratação de professores suecos de ginástica para as escolas públicas paulistas. Repare que o digno prefeito contratou suecos, considerados o que há de melhor entre o nosso “phantheon de raças”. Tal atitude rendeu d’ *O Estado de S. Paulo*, jornal que lhe fazia severa oposição, o seguinte

¹⁵⁸ O Estado de S. Paulo; *Sports – educação física*; SP; 6/12/1919. In. Sevcenko, Nicolau; Op. Cit. 1992. P. 45-46.

¹⁵⁹ O Estado de S. Paulo; *Revistas das revistas*; SP; 14/11/1921. In. Sevcenko, Nicolau; Op. Cit. 1992. P. 47.

¹⁶⁰ Sevcenko, Nicolau; *Orfeu extático da metrópole*; SP; Cia das Letras; 1992. P. 54

comentário: “Ninguém desconhece em São Paulo o entranhado carinho com que o Sr. Washington Luís¹⁶¹ acompanha o evolver do esporte paulista”.¹⁶²

Nicolau Sevcenko mostra que apenas forçar a prática de esportes não era considerado suficiente. O fundamental era juntamente com a prática esportiva, levar educação e escola para as massas. Para os intelectuais do período, segundo Sevcenko, somente uma combinação de educação escolar, escotismo e educação física disciplinaria e ordenaria o “povo brasileiro”. O que evitaria problemas como o seguinte:

“Jogos improvisados de futebol, promovidos dentre os operários, pelas ruas e praças da cidade em seus intervalos de almoço e, principalmente, contra os garotos, moleques, vadios e vagabundos, que se entregam quase o dia inteiro, por todos os cantos da cidade, nos terrenos baldios, ruas e esquinas, aos chutes e correrias atrás das bolas de pano e papel.”¹⁶³

Nesse exato momento, o leitor pode estar se fazendo a seguinte pergunta: Onde está Amadeu Amaral? O que pensa sobre a eugenia e prática de esportes? A resposta mais breve seria a de que: Amaral acreditava que “...a eugenia constitui um soberbo exemplo de elevação de propósitos, de continuidade de ação, de ordem e método, com que não poucos terão que aprender os que fazem leis e a executam”¹⁶⁴. Deve-se fazer, agora, um outro questionamento: Como Amadeu Amaral chegou a essa conclusão? Com certeza o passeio que Amaral realizou pela fábrica de fiação, tecidos e estamparia *Maria Zélia*, do empresário Jorge Street, ajudará a responder a pergunta proposta.

¹⁶¹ O segundo ano da *Volta* foi patrocinado pelo prefeito e pela Associação Brasileira de Escoteiros.

¹⁶² O Estado de S. Paulo; *Football*; SP; 11/11/1920. In. Sevcenko, Nicolau; Op. Cit. 1992. P. 55

¹⁶³ Sevcenko, Nicolau; Op. Cit. 1992. P. 61.

¹⁶⁴ Amaral, Amadeu; *Um laboratório social*; 1920. In. Amaral, Amadeu; *Política Humana*; SP; Hucitec; 1976. P. 63.



Desenho de Amadeu Amaral por Wash Rodrigues¹⁶⁵

PARTE 2.5: MARIA ZÉLIA – UM EXEMPLO PARA A (N)AÇÃO.

Em 1920, Amadeu Amaral recebeu um convite do empresário Jorge Street para conhecer sua fábrica. O resultado da visita foi uma longa coluna publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* com o sugestivo título de *Um laboratório social*. O artigo, em questão, inicia-se com o colunista do *Estado* recebendo a visita de um amigo (não identificado) que, cujo diálogo é transcrito a seguir:

- “ – Bem, quer ver um estabelecimento industrial onde os operários e seus filhos são tratados como gente, - gente com sensibilidade, com idéias, com aspirações, com necessidades afetivas, intelectuais, estéticas...?
- Que estabelecimento é esse?
- A fábrica de fiação, tecidos e estamparia Maria Zélia”¹⁶⁶

O nosso colunista conta que dois dias depois daquele diálogo, um belo automóvel o conduziu a dita fábrica, localizada no bairro do Belenzinho à margem do ainda não poluído rio Tiête. A descrição que segue abaixo mostra um Amadeu Amaral maravilhado com o ambiente “banhado de luz” e condizente com tudo o que a higiene aconselha, pois a fábrica em geral mantinha tudo “em meticuloso estado de asseio”. Amaral se impressionou,

¹⁶⁵ Damante, Hélio; Perfil de Amadeu Amaral; SP; Revista do Arquivo Municipal; 1949. P.72.

também, com as crianças, filhos e filhas de operários, “muito limpinhos”. Segue agora a descrição, em palavras de Amadeu:

“Descemos à porta de um vasto edifício moderno sólido, simples, elegante, banhado de luz por todos os cantos. Os ladrilhos, os soalhos, as paredes, os móveis, tudo impecavelmente asseado, sob uma alusão mansa da luz. Salas amplas, com carteiras americanas, com grandes lousas, com globos terrestres, mapas e o mais, e, sentadas em filas diante professoras normalistas, diligentes e amoráveis, dezenas de crianças de sete a doze anos muito limpinhas e muito tranqüilas.

Passamos daí ao Jardim da Infância, em outro edifício, também especialmente construído, também obedecendo em tudo o que a pedagogia e a higiene aconselham, e também mantido em metuculoso, inexcédível estado de asseio.

Passamos pra o terceiro edifício, o da Creche, outro estabelecimento modelar, onde são intretidas as crianças de peito (...) Quando entramos, já eram 17 horas, e (...) Outros berços estavam a arrumar-se ou já arrumados para o dia seguinte, e o pavimento de várias salas já recebia a sua lavagem diária, a fortes jorros de água ajudados de escovadelas enérgicas”.¹⁶⁷

Prosseguindo em sua visita, o estupefato colonista do *Estado* se mostra encantado com o clube de música da estamperia, com o clube de esportes da fábrica de tecidos, mas sobretudo com “...uma farmácia com laboratório completo, na qual o morador encontra tudo que possa precisar, a preços inferiores aos das boticas comerciais”.¹⁶⁸

A farmácia e o posto médico, localizados lado a lado, eram chefiados pelo médico Proença de Gouvêa que realizava uma “magnífica e verdadeira” obra de “educação higiênica” nas famílias da fábrica. O mérito do “jovem médico”, para Amaral, estava presente em dois momentos. O primeiro diz respeito ao “...conjunto completo de informações sobre os habitantes da vila; suas medidas de estatura, envergadura e peso, seus caracteres somáticos, seus índices de acuidade sensorial, enfim, tudo quanto interessar a uma completa fiscalização da

¹⁶⁶ Amaral, Amadeu; *Um laboratório social*; 1920. In. Op. Cit. P. 57.

¹⁶⁷ Amaral, Amadeu; *Um laboratório social*; 1920. In. Op. Cit. P. 58-59.

¹⁶⁸ Amaral, Amadeu; *Um laboratório social*; 1920. In. Op. Cit. P. 60-61.

saúde”.¹⁶⁹ O outro momento do trabalho do jovem médico, que o torna um cidadão de mérito é sobre a reeducação alimentar que ele fomentou nas famílias da vila operária da fábrica *Maria Zélia*. Aqui Amadeu nos relata esse fato:

“...aconteceu que muitas criancinhas, passando todos os dias da semana entregues à creche, com perfeita saúde, saiam no sábado, gordas, mansas, magníficas, para voltarem doentes na segunda feira, e doentes, as mais das vezes, dos intestinos, mercê da alimentação irracional recebida em casa. Hoje, graças aos esforços educativos desenvolvidos sob a direção daquele médico, esses deploráveis erros vão cedendo”.¹⁷⁰

O nítido deslumbramento de Amadeu Amaral com a companhia fabril (“Nunca imaginei que houvesse tal coisa no Brasil, aqui em São Paulo, aqui a dois passos do centro, em plena capital...”) ¹⁷¹ ocorria porque tal estabelecimento industrial conseguia provar aquilo que o pensamento eugenista pregava. Isto é, que caberia a homens empreendedores e intelectualizados – como Amaral e Street – acelerar os processos de seleção e aperfeiçoamento, que funcionava, naturalmente, em um instrumento racional e social para a construção de uma nação saudável e rígida física e mentalmente. Por isso, o colunista, o poeta, o folclorista e o acadêmico Amadeu Amaral terminou o artigo conclamando que:

“...todas as pessoas cultas de São Paulo fizessem uma visita à vila Maria Zélia [e que] Visitem-na, sobretudo, os srs. Legisladores e governantes. Vão lá, sem pompa e sem preparativos, cheguem, examinem, indaguem, critiquem”.¹⁷²

Dessa maneira, nota-se que a fábrica *Maria Zélia* era a prova viva, para Amaral, de que a combinação de esportes, de saúde e de educação era capaz de embranquecer o “povo brasileiro”. Contudo, deve-se ressaltar que branquear não era somente clarear a cor da pele. No caso de Amadeu Amaral e da maioria dos intelectuais do

¹⁶⁹ Amaral, Amadeu; *Um laboratório social*; 1920. In. Op. Cit. P. 61

¹⁷⁰ Amaral, Amadeu; *Um laboratório social*; 1920. In. Op. Cit. P. 61

¹⁷¹ Amaral, Amadeu; *Um laboratório social*; 1920. In. Op. Cit. P. 63.

período seria, também, provocar um embranquecimento nas idéias e atitudes comportamentais vindas das relações sociais escravistas. Porém, lamenta Amaral, ser somente uma fábrica pois se houvesse no Brasil:

“...uma localidade, uma só, onde pela ação de uma elite esclarecida e generosa, se preocupasse dar solução prática e inteligente aos problemas de higiene social mais graves e mais incômodos destes tempos: onde tomasse a decisão inflexível de combater nos seus próprios antros a ignorância, a vadiagem, a doença, a miséria, a imprevidência, transformando-se a povoação irrequieta e desordenada numa grande colméia operosa, pacífica e satisfeita – essa localidade poderia ser e seria sem duvidam o ponto de partida de uma nova era para todo o país, e ficaria brilhando na história do continente de um brilho incomparável, capaz de fazer empalidecer constelações inteiras de velhas glórias”.¹⁷³

¹⁷² Amaral, Amadeu; *Um laboratório social*; 1920. In. Op. Cit. P. 63.

¹⁷³ Amaral, Amadeu; *Cuidar da Infância*; SP; O Estado de S. Paulo; 25/12/1920. In. Amaral, Amadeu; Política Humana; SP; Hucitec; 1976. P. 33.

CAPÍTULO III: AMADEU AMARAL E OS DEBATES SOBRE O CAIPIRA

“Camponês, caboclo, caipira, roceiro, sertanejo, capiau ... com que nomes e símbolos reais ou ilusórios essa gente rural dos sertões de ontem e de agora habita o seu imaginário e o meu, leitor?”

Brandão, Carlos Rodrigues;
Os caipiras de São Paulo; SP;
Brasiliense; 1983. P. 7.

3.1: OS CAIPIRAS.

Conforme exposto nas Considerações Iniciais esse capítulo tem por pretensão entender como Amadeu Amaral, ao lado de Monteiro Lobato e Cornélio Pires, construíram e (re)construíram, ao longo das décadas de 1910 e 1920, a imagem do caipira. Afinal, os caipiras não são apenas os habitantes do interior paulista? A resposta poderia ser: Sim e Não. Para os intelectuais paulistas daquele período, como Monteiro Lobato, Cornélio Pires e Amadeu Amaral, estudar o caipira é tentar compreender o lugar do homem rural ou do campo no futuro da nação. Isso era fundamental pois entre 70% e 80% da população brasileira, nas três primeiras décadas do século XX, viviam no interior do Brasil.

O leitor(a) não pode perder a dimensão que por trás deste debate, aqui representado por três intelectuais atuantes, se encontravam as seguintes questões: É possível melhorar a qualidade de vida do nosso povo? Qual o papel do Estado? Qual seria o exemplo do Estado de São Paulo dentro da República? e Como deveriam atuar os intelectuais?

3.2: LOBATO VERSUS PIRES – DISCUTINDO O CAIPIRA.

Em 1914, Monteiro Lobato publica o artigo *Urupês* no jornal *O Estado de S. Paulo*. No artigo, Lobato criou um personagem, seu nome “Jeca – Tatu”. O Jeca se tornou quase imediatamente um dos personagens mais famosos de nossa literatura, transformando-se em

sinônimo do homem rural tanto que, uma empresa farmacêutica difundiu, nas décadas de 1910 e 1920, um tônico (Biotônico Fontoura) através do folheto Jecatuzinho.¹⁷⁴

O Jeca também virou sinônimo de caipira e/ou caboclo. Mas, quem eram os caipiras? Do ponto de vista sócio – político designaria o agricultor posseiro, o pequeno sitiante, o agregado das fazendas, o homem livre pobre, o habitante das cidadezinhas. Todos caracterizados como falantes de uma linguagem que, em tese, misturava expressões indígenas (tupi, preferencialmente) com o português.¹⁷⁵

Inicialmente, Monteiro Lobato irá atribuir ao Jeca – Tatu, “espécie degenerada em sua origem mestiça”, a responsabilidade por todos os problemas do universo rural. Em 1914, o Jeca – Tatu era indolente, incapaz de participação na vida política e desconectado da produção fabril do mundo moderno. Citando as palavras do próprio Monteiro Lobato, o caipira e/ou caboclo Jeca – Tatu seria uma:

“...uma espécie de homem baldio, semi – nômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. A medida que o progresso vem chegando ... vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão (...) de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscarado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (...) o cabloco é uma quantidade negativa”.¹⁷⁶

Lobato, fazendeiro do interior paulista, em uma correspondência com seu amigo Godofredo Rangel, reclamou de uma determinada corrente de interpretação dos elementos nacionais, denominados por ele de “caboclistas”. Nessa carta, Lobato acusou os caboclistas de realizarem uma leitura errônea porque, em sua opinião, exaltava o interiorano brasileiro erradamente. Diz o autor do *Sítio do Pica – Pau Amarelo*:

¹⁷⁴ Skdimore, Thomaz; *O preto no branco*; RJ; Paz e Terra; 1976. P. 200

¹⁷⁵ Ferreira, Antônio Celso; *Epopéia bandeirante*; SP: UNESP editora; 2002.

¹⁷⁶ Lobato, Monteiro; *Velha Praga*; SP; O Estado de S. Paulo; 12/11/1914.

“A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos. E se por acaso um deles se atreve e faz uma entrada, a novidade, entra a ver o velho cabloco romântico já cristalizado – e até caipirinhas cor de jambo (...) O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão. Como? Dando a cada um, uma fazenda na serra para que a administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era eu estar lá na cidade a perpetuar visão erradíssima do nosso homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca (...) Em vez de índio, caboclo”.¹⁷⁷



Foto de Monteiro Lobato¹⁷⁸

Esse posicionamento de Monteiro Lobato, segundo Silvia Leite¹⁷⁹, era uma crítica direta a Cornélio Pires, escritor de origem humilde que produzia e vendia milhares de livros somente sobre a temática caipira. O próprio Lobato afirma que a crítica aos caboclistas foi realizada para “...bulir com o Cornélio Pires, que anda convencido de ter descoberto o caboclo...”¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Lobato, Monteiro; *Correspondência com Godofredo Rangel*; 20/10/1914. In. Lobato, Monteiro; *A barca de Gleyre*; SP; Brasiliense; tomo 2; 1959. P. 50.

¹⁷⁸ <http://www.memoriaviva.com.br/mlobato/index2.htm>. 14/11/2007.

¹⁷⁹ Sílvia Leite é professora de Literatura na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campos de Araraquara desde 1985 e estuda a sátira e o riso na literatura paulista.

¹⁸⁰ Lobato, Monteiro; *Correspondência com Godofredo Rangel*. 20/10/1914. In. Op. Cit. 1959. P. 51.

Cornélio Pires realizava, desde 1910, tourné pelo interior de São Paulo, Minas Gerais e Goiás com o grupo musical *Turma dos Caipiras* que entoava cantigas e contava anedotas sobre o cotidiano caipira. O sucesso das apresentações foi tanto que Pires resolveu montar programas de rádio, produzir filmes¹⁸¹ e lançar LPs¹⁸². Pires também publicou inúmeros livros dentre os quais os principais são *Musa caipira* (1910), *Quem conta um conto...* (1916), *Cenas e paisagens da minha terra* (1921), *Conversas ao pé do fogo* (1921), *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho, o queima campo* (1924), *Continuação das estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho, o queima campo* (1929) e *Sambas e Cateretês* (1932). Esses livros venderam juntos mais de trezentos mil exemplares. De acordo com Leite, Cornélio só perdia em vendas justamente para Lobato, seu principal crítico.¹⁸³



A Turma do Caipira de Cornélio Pires. Foto histórica de 1929, vendo-se da esquerda para a direita, em pé: Ferrinho, empunhando a “Puita”; Sebastião de Ortiz Camargo; Caçula e Arlindo Santana. Sentados: Mariano, Cornélio Pires e Zico Dias.¹¹

¹⁸¹ Filmes de Cornélio: *Brasil Pitoresco* (1923) e *Vamos Passear* (1934).

¹⁸² Rovai, A.; *O caipira paulista*; SP; Revista da Academia Paulista de Letras; ano 25; setembro de 1978. P. 57-75.

¹⁸³ Leite, Sívila Helena Telarolli de Almeida; *Chapéus de palha, panamás, plumas e cartolas*; SP; UNESP editora; 1996.

¹⁸⁴ <http://www.violatropeira.com.br/fotos.htm>, 14/11/2007.

O caipira de Cornélio Pires foi criado, em 1916, no livro *Quem conta um conto...* e o seu caipira é o oposto do já lendário Jeca – Tatu. Isso levou aqueles dois intelectuais a travarem uma bela disputa através das páginas de *O Estado de S. Paulo* e de seus próprios livros. Para o paulista Monteiro Lobato o caipira do também paulista Cornélio Pires era:

“...uma bonita estilização – sentimental, poética, ultra – romântica, fulgurante de piadas – e rendosa. O Cornélio vive, passa bem, ganha dinheiro gordo, com as exhibições que faz do seu caboclo (...) é o público mijs de tanto rir. O meu Urupês veio estragar o caboclo do Cornélio”.¹⁸⁵

Diante esta crítica direta Cornélio Pires brada que:

“O nosso caipira tem sido vítima de alguns escritores patricios, que não vacilam em deprimir o menos poderoso dos homens para aproveitar figuras interessantes e frases felizes como jogo de palavras. Sem conhecimento direto do assunto, baseado em rápidas observações sobre mumbavas e agregados (...) certos escritores dão campo ao seu pessimismo, julgando o todo pela parte, justamente a parte podre, apresentando-nos o camponês brasileiro coberto de ridículo, inútil, vadio, ladrão, idiota e nhampan”¹⁸⁶

Quando Pires acusa Lobato de julgar, “o todo pela parte, justamente a parte podre”, aquele se refere as suas pesquisas publicadas no livro *Conversas ao pé do fogo* (1921) onde discute o “caipira como ele é”. Através de uma apresentação em diferentes tipos, tais como: o caipira branco, o caipira caboclo, o caipira preto e o caipira mulato. Cornélio Pires afirma que o autor de *Urupês* cometeu o erro de observar apenas o caipira caboclo, registrando-o na literatura como o caipira por excelência. Desse modo, para Pires o caipira não se reduz à figura do Jeca – Tatu.

É importante lembrar que, as desavenças entre esses dois intelectuais nunca foram tão irredutíveis assim. Porque quando Cornélio Pires se refere ao caipira caboclo (mistura

¹⁸⁵ Lobato, Monteiro; *Correspondência com Godofredo Rangel*; 20/10/1914. In. Op. Cit. 1959. P. 52

¹⁸⁶ Pires, Cornélio; *Conversas ao pé do fogo*; SP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 1987. P. 3 (1ª edição, 1921).

de branco com índio) ocorre o resgate da imagem fixada por Monteiro Lobato no físico: “Cabelos grossos que não tiveram contato com o pente, a barba rala, semeada no queixo com fios espetados aqui e ali”¹⁸⁷. Nas roupas: “O traje do caboclo é repelente. Sua casa é imunda, de paredes esburacadas, cobertas de sapé velhíssimo e podre (...) A miséria envolve-lhe o lar”¹⁸⁸. No trabalho: “Geralmente os caipiras caboclos são madraços. Arranjando um cantinho no sítio do branco ou na fazenda lá ficam mumbaveando, tolerados pelos patrões (...) aos quais não prestam serviço”¹⁸⁹. E, finalmente, no comportamento são “...preguiçosos, velhacos e mantosos, barganhadores como ciganos, desleixados, sujos e esmulambados (...) são valentes, brigadores e ladrões de cavalos”¹⁹⁰.

Quanto aos demais tipos de caipiras, isto é, os brancos, os pretos e os mulatos Pires os descreve da seguinte maneira: o caipira branco descende da “melhor estirpe” dos povoadores portugueses ou de imigrantes de outros cantos da Europa. É “gentil e bem educado”, preocupa-se com a educação dos filhos, mesmo quando os pais são analfabetos. É, entre todos, o mais inteligente e o mais honrado. Já o caipira negro se caracteriza por ser trabalhador e progressista, limpo e educado, alegre e dado ao canto e a dança, sendo alguns artistas invejáveis. Por fim, os caipiras mulatos (mistura de branco com negros) são os mais vigorosos, altivos e independentes brasileiros. Este “procura elevar-se pelo trabalho” e, quando empregado é ativo e fiel, prestando-se “a todo tipo de trabalho”¹⁹¹.

Enfim, para o escritor, músico e cineasta Cornélio Pires aqueles três tipos de caipiras seriam:

¹⁸⁷ Pires, Cornélio; Op. Cit. P. 20

¹⁸⁸ Pires, Cornélio; Op. Cit. P. 23

¹⁸⁹ Pires, Cornélio; Op. Cit. P. 22

¹⁹⁰ Pires, Cornélio; Op. Cit. P. 21

¹⁹¹ Brandão, Carlos Rodrigues; Os caipiras de São Paulo; SP; Brasiliense; 1983. P. 30-31.

“...trabalhadores, fortes, tímidos em contato com os da cidade, folgazão e alegre em seu meio, de rara inteligência e argúcia, tem maleabilidade para todo serviço é dócil, amoroso, sincero e afetivo (...) e no confronto com o trabalhador estrangeiro, ele ganha em envergadura”¹⁹²

3.3: AMADEU AMARAL E O DEBATE SOBRE O CAIPIRA.

Como Amadeu Amaral se posicionava nesse debate? Cornélio Pires era seu primo e Monteiro Lobato seu amido e, também, seu sócio na *Revista do Brasil*. Amadeu Amaral foi sócio e, depois, a convite de Lobato, assumiu, juntamente com Afrânio Peixoto, em janeiro de 1921, a direção da revista. Porém, Amaral permaneceu no cargo apenas seis meses pois teve que abandoná-lo para poder participar da campanha política de 1922,

Qual seria, portanto, o posicionamento de Amadeu Amaral em relação a Monteiro Lobato e Cornélio Pires? A resposta não é das mais fáceis. Mas, podemos encontrar pistas no mais famoso livro de Amadeu Amaral. *O Dialeto Caipira* publicado, em 1920, pela Editora O Livro mas, escrito entre os anos de 1916 e 1918.¹⁹³ *O Dialeto* foi apresentado como um estudo do vocabulário, da sintaxe, da morfologia, da lexicologia e da prosódia caipira. A obra teve como fontes as investigações sobre a língua tupi realizada por Teodoro Sampaio, alguns dicionários de português arcaico, obras de folclore de Cornélio Pires, Simões Lopes Neto e Hugo Ramos de Carvalho e livros de prosa de Carlos Fonseca e Catulo da Paixão Cearense.

Amadeu Amaral tinha simpatia pelo caipira por considerá-lo como representante de um mundo ameaçado pela modernidade, isto é, pela europeização dos costumes. Conforme as palavras de Amadeu Amaral o falar caipira achava-se no final da década de 1910 “...acantonado em pequenas localidades que não acompanham de perto o movimento geral do

¹⁹² Ferreira, Antônio Celso; *Epopéia bandeirante*; SP; UNESP editora; 2002. P. 227.

¹⁹³ Duarte, Paulo; *Amadeu Amaral*; SP; Progresso; 1948.

progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas”.¹⁹⁴ Desse modo, para Amaral o dialeto dos caipiras precisava ser registrado porque se encontrava em via de ser extinto, pois

“Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida coletiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem das coisas. A população cresceu e mesclou-se de novos elementos. Construíram-se vias de comunicação por toda parte, intensificou-se o comércio, os pequenos centros populosos que viviam isolados passaram a trocar entre si relações de toda a espécie e a província entrou por sua vez em contato permanente com a civilização exterior(...)Era impossível que o dialeto caipira deixasse de sofrer tão grandes alterações do meio social”.¹⁹⁵

Até o presente momento podemos afirmar que Cornélio Pires considerava a maioria dos caipiras seres humanos fortes. Por outro lado, Monteiro Lobato os considerava motivo do atraso. Já Amadeu Amaral acreditava que eles estavam em extinção porque o progresso ou a modernidade os assimilava. Interessante, nesse momento, é marcar uma oposição que Amaral tinha com seu primo Pires. O segundo acreditava na influência da cultura africana no caipira, já o primeiro entendia:

“De algumas décadas para cá tudo entrou a transforma-se. A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra (...) Desapareceu quase por completo a influência do negro, cujo contato com os brancos é cada vez menor e cuja mentalidade, por seu turno, se modifica rapidamente”.¹⁹⁶

Um outro exemplo que marca esta diferença entre os primos Cornélio Pires e Amadeu Amaral ocorreu na maneira como o segundo analisa, estuda e qualifica um caipira descrito num popular conto paulista das três primeiras décadas do século XX. Nesse

¹⁹⁴ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 42.

¹⁹⁵ Amaral, Amadeu; O Dialeto Caipira; SP; Editora O Livro; 1920. P. 41-42.

¹⁹⁶ Amaral, Amadeu; Op. Cit. P. 41-42.

sentido, torna-se fundamental descrevermos e analisarmos o artigo de Amadeu Amaral chamado *Um Conto Picaresco*.¹⁹⁷

No artigo¹⁹⁸, Amadeu Amaral descreve a engraçada história de um roceiro que se aventura pelas agitadas ruas da capital paulista. Roceiro que, segundo o conto, é convidado por um cidadão paulistano para almoçar num restaurante da capital. A história, segundo o próprio Amaral, foi coletada e analisada por Cornélio Pires em uma de suas inúmeras palestras¹⁹⁹. Desse modo, descreveremos inicialmente a engraçada história.

“Um roceiro vem a S. Paulo e cai nas garras de um espertalhão da pior espécie. Este leva-o um dia a jantar num restaurante, onde comem á tripa forra; no fim, pretextando qualquer coisa, retira-se, deixando o caipira à sua espera. Depois de muito esperar, como o homem não volta e como lhe exigem o pagamento, o roceiro resolve explicar-se com o gerente, declarando que fora convidado e que estava desprevenido; mas o gerente não quer saber de nada, e impõe-lhe este dilema: ou paga, ou não sai. O desventurado dá largas à sua indignação contra o patife que o pos naqueles assados, e, matutando, parolando, acaba por afirmar que dará com o tal ali dentro, sem maior demora, por meio de umas mandingas que ele conhece. Pede uma agulha e um bom pedaço de linha. Dão-lhe. Dirigindo-se então a porta da rua, espeta a agulha na porta com a linha enfiada e presa por um nó, pega na linha e vai-se afastando a pouco e pouco, a esticá-la à medida que corre os dedos por ela, tudo isso debaixo de um ar de concentração e mistério. Afinal, chegando a extremidade da linha, que teve o cuidado de puxar para o lado de fora da rua, dá um salto para fora e diz adeus ao pessoal do restaurante.”²⁰⁰

Após a descrição do conto, amigo leitor(a), o que faz Amadeu Amaral? Afirma, contundentemente, que o conto em questão tem uma origem nitidamente e tão somente européia. Segundo Amaral, pode-se encontrar contos parecidos em Portugal e até mesmo na Itália. Como forma de comprovar sua tese, Amaral cita passagens histórias parecidas

¹⁹⁷ Este é mais um artigo folclórico de Amadeu Amaral que está incompleto e que, também, não foi publicado em vida.

¹⁹⁸ Amaral, Amadeu; *Um conto picaresco*; s/d; In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P. 295-298.

coletadas pelo português Teófilo Braga e pelo italiano Giordano Bruno. Nosso poeta considera que boa parte da cultura caipira tem como ancestralidade a européia cultura portuguesa. Mas isso é assunto para o capítulo quatro.

No momento o interessante é perceber que para Amadeu Amaral o caipira é praticamente branco²⁰¹ sendo o seu vocábulo composto de elementos oriundos do português usado pelo colonizador, de termos provenientes de línguas indígenas e de vocábulos importados de outras línguas por via bastante indireta. Aqui, nosso poeta se refere a vocábulos africanos, castelhanos, quéchua e ibero – sul – americanos.

3.4: DA GUINADA DE LOBATO À REFORMULAÇÃO DE AMARAL.

Conforme exposto anteriormente, em *Urupês* (1914), Monteiro Lobato atribuía preponderância às teses raciais e climáticas para a pobreza, chegando a culpar o trabalhador do campo por sua condição. Porém, no livro *O Problema Vital* (1918) o escritor refletiu sobre esse assunto de outra maneira, pois passou a acreditar numa explicação médico – científica. Dessa maneira, o problema do Jeca – Tatu não era mais uma questão de inferioridade racial, mas sim um problema médico – sanitário. O raciocínio era o seguinte: O Jeca está doente, portanto é pobre. Mas é pobre porque é doente. Elucidativa é a epígrafe do livro *O Problema Vital*: “O Jeca não é assim, está assim”.²⁰²

Essa transformação do pensamento de Monteiro Lobato aconteceu quando entrou em contato com os médicos Artur Neiva, Belisário Penna e Renato Kehl, participantes do

¹⁹⁹ Amadeu Amaral não cita data nem local da dita palestra de Cornélio Pires e, apesar de meus intensos esforços, não consegui encontrar nenhuma arguição de Pires sobre o assunto.

²⁰⁰ Amaral, Amadeu; *Um conto picaresco*; In. Op. Cit. P. 297

²⁰¹ Amadeu Amaral considerava o caipira um branco de origem portuguesa, nesse sentido, o leitor(a) deve lembrar-se que no senso comum europeu Portugal não é considerado uma nação com o mais embranquecido dos povos.

²⁰² Skdimore, Thomaz; *O preto no branco*; RJ; Paz e Terra; 1796. P. 200-203.

movimento sanitaria. Penna e Neiva chefiaram uma expedição, em 1912, patrocinada pela Inspeção de Obras Contra as Secas que percorreu extensas regiões do Nordeste e Centro – Oeste.²⁰³ Após a conclusão da expedição os médicos – sanitaria decidiram publicar os seus diários. Sendo assim, em 1916, foi lançado um livro recheado de fotografias que mostravam a miséria em que viviam os brasileiros daquelas regiões.²⁰⁴ Segundo Sílvia Leite, Monteiro Lobato mantinha relações bem próximas com Renato Kehl e Belisário Penna, tanto que *O Problema Vital* (1918) foi transformado em livro por decisão da Sociedade de Eugenia de São Paulo e Liga Pró – Saneamento do Brasil. Instituições essas que contavam com a participação dos médicos já citados.²⁰⁵

A guinada de Lobato também pode ser materializada no artigo *Jeca – Tatu: A ressurreição*, que ficou conhecido como “Jecatatusinho”. No texto, o Jeca padecia dos mesmos males que o descrito alguns anos antes em *Urupês*. Mas, após entrar em contato com a ciência, curava-se das suas moléstias se tornando um trabalhador exemplar. Lobato expressa maravilhosamente essa transformação no artigo *Início da Ação*, também contido no livro – coletânea *O Problema Vital*, onde afirma que:

“A idéia do saneamento é uma. Bastou que a ciência experimental, após a série de instantâneos cruéis que o diário de viagem de Artur Neiva e Belisário Penna lhe pôs diante dos olhos, propalasse a opinião do microscópio, e esta fornecesse à parasitologia elementos para definitivas conclusões, bastou isso para que o problema brasileiro se visse, pela primeira vez, enfocado sob um feixe de luz rutilante. E instantaneamente vimo-la evoluir para o terreno da aplicação prática (...) porque o nosso dilema é este: ou doença ou incapacidade racial. É preferível optarmos pela doença.”²⁰⁶

²⁰³ Skdimore, Thomaz; Op. Cit. P. 200-203.

²⁰⁴ Skdimore, Thomaz; Op. Cit. P. 200-203.

²⁰⁵ Leite, Sílvia H. T. A. de; Chapéus de palha, panamás, plumas e cartolas; SP; UNESP editora; 1996. Capítulo 3.

²⁰⁶ Lobato, Monteiro; *Início da Ação*; In. Lobato, Monteiro; O Problema Vital; SP; Sociedade de Eugenia de São Paulo; 1918. P. 297.

Diante dessa mudança de Monteiro Lobato como se comportou o “adversário” Cornélio Pires e o amigo Amadeu Amaral? Primeiramente, Pires defendia a alfabetização em massa, a moralização política e chegou a fazer apologia à educação escolar, à educação física e à saúde pública. Não esqueçamos que Pires foi professor de educação física em Botucatu – SP²⁰⁷. Em livros como *Quem conta um conto...* (1916) e *Conversas ao pé do fogo* (1921), Cornélio procurou mostrar aos seus leitores que o ser humano caipira precisava sofrer reformas sociais e estruturais para progredir. Entretanto, na visão corneliana, essa modernização não deveria implicar na substituição de todas as manifestações culturais dos caipiras (como a camaradagem, a alegria e a simpatia), pois tais traços culturais, segundo o escritor, estavam sendo perdidos nas grandes cidades e resgatá-los seria primordial.

Cornélio Pires nos fornece vários exemplos de como seria um caipira renovado pela educação e saúde. Alguns exemplos, encontram-se no livro *Quem conta um conto...* (1916) como o personagem João Claudino “...caboclo sério até ali, tipo trabalhador e integro, que se indigna ao presenciar o desrespeito com os mais fracos”²⁰⁸ e um outro, chamado de Jeca Ribeiro “...bom caipira remediado, amigo dos livros, jornais e almanaques da botica que o deleitavam todos as noites”²⁰⁹.

Ainda com base no livro citado acima, o autor critica o coronelismo *perrepista*. E chega, inclusive, a inverter ou nivelar os papéis afirmando que o caipira não é inteiramente manipulado visto que, consegue tirar algum proveito do injusto sistema político brasileiro. Um bom exemplo é o Quirino que sempre “arranca” dos coronéis algum bem material, especialmente durante as eleições. Na última teve a “...a coragem de votar no partido do João

²⁰⁷ Leite, Sílvia H. T. A. de; Op. Cit. 1996. Capítulo 4

²⁰⁸ Pires, Cornélio; *Quem conta um conto...*; SP; Seção de Obras d’ O Estado de S. Paulo; 1916. P. 141-142

Queixume, velho adversário do Ferruja [seu patrão], a troco de uma pala e um par de chinelas de liga”²¹⁰.

Pires procura mostrar aos seus leitores que o homem rural ou do campo, o caipira e/ou o caboclo, podem ajudar na construção do futuro da nação. Nas palavras do poeta, músico e escritor paulista “Ainda não estão perdidos (...) Para salvá-los bastam duas coisas tomadas a sério: a escola e a obrigatoriedade do ensino ... mas de verdade”²¹¹

A mudança que Monteiro Lobato deu ao Jeca – Tatu pós – 1918, o levou a escrever uma carta, não datada, para Cornélio Pires congratulando-o pelos seus livros e pelo sucesso de vendas de *As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho, o queima campo* (1924). Diz Lobato:

“...já comprei as ‘Aventuras’ e li-as e vendo dar-te um abraço e ao mesmo tempo confirmar-lhe minha admiração pela tua obra, inda não bem compreendida pela crítica. Você, Cornélio, é um dos pouquíssimos que vai ficar. Há tanta verdade nos teus tipos, tanta vida, há tanto humanismo na tua obra, há tanta beleza, e tanta originalidade em teu estilo que estás garantido, estás à prova do tempo que varre impiedosamente o que é medíocre. Um sincero abraço.”²¹²

Após a análise de Cornélio Pires é importante focamos em Amadeu Amaral e a reformulação de seu pensamento sobre o caipira. Nesse sentido, serão fundamentais dois artigos. O primeiro *O Jeca e o japonês* e o segundo, *O nosso caipira*. Ambos foram escritos para conferências realizadas em diversas cidades do Quarto Distrito Eleitoral de São Paulo, no decorrer do ano de 1922, quando foi candidato a deputado estadual com o apoio da Liga Nacionalista.

²⁰⁹ Pires, Cornélio; Op. Cit. P. 122

²¹⁰ Pires, Cornélio; Op. Cit. P. 93.

²¹¹ Pires, Cornélio; *Conversas ao pé do fogo*; SP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 1987. (1º edição, 1921) P. 26

²¹² Araújo, A.M.; *Cornélio Pires: O bandeirante do folclore paulista*; SP; Revista da Academia Paulista de Letras; número 72; ano 25; novembro de 1968. P. 128

Quando pesquisou para *O Dialeto Caipira* (1920), em meados de 1916 e 1918, Amaral acreditava que os caipiras estavam fadados à extinção porque a modernização e/ou urbanização estavam assimilando-os. Entretanto, ao que tudo indica, influenciado por Monteiro Lobato e por Cornélio Pires e pela plataforma política de sua campanha eleitoral, Amadeu reformularia o caipira. O candidato Amadeu Amaral passou a considerar o caipira um forte, pois

“...rasgou caminhos, transpôs montanhas e rios, nsangrou-se em lutas inúmeras, derrubou matos, espalhou sementeiras de lavouras e de cidades, plantou no país uma nação, criou um homem física e moralmente diferenciado, que já não era o europeu, sem ser muito menos aborígine; um homem pacífico, tenaz, resistente, desconfiado, bonachão, sagaz e delicado por natureza; um tipo que era nosso, bem nosso, adaptado a terra, simpático a terra, apegado e identificado com a terra, capaz de todas as dedicações e de todos os sacrifícios por sua terra”²¹³

De seres – humanos ameaçados de extinção a construtores da nação, manifesta-se, nesse pensamento, uma boa transformação. O que Amadeu Amaral nitidamente lamenta e propõe como candidato era a mudança do atual estado sócio – político do caipira. Conforme as palavras do próprio Amadeu Amaral:

“O desgraçado do Jeca – fundamentalmente bom, acolhedor e simples – vive atirado para os piores atascos perdidos por estas quebradas da serra, entre a mata brava. Não sabe ler. Não lhe dão boa terra, não lhe ensinam a cultivar boa terra, nem sequer lhe garantem a posse do pedaço de chão onde erguer o rancho. Médico, nem para remédio ... senão uma vez a cada cinco anos, por milagre. Ninguém lhe dá ferramentas, nem sementes. Não lhes dão estradas. Repelem-no, ridicularizam-no, empurram-no para os atoleiros do sertão. E assim, profundamente minado de doenças, profundamente encoscorado de ignorâncias e preconceitos hereditários, profundamente desalentado e descrito, sem esperanças nenhuma, refugio a que apenas se concede a graça de viver, o Jeca se dispersa, se encolhe, se aniquila e desaparece”²¹⁴.

²¹³ Amaral, Amadeu; *O nosso caipira*; 1922. In. Amaral, Amadeu; *Política Humana*; SP; Hucitec; 1976. P. 37

²¹⁴ Amaral, Amadeu; *O Jeca e o japonês*; 1922. In. Amaral, Amadeu; *Política Humana*; SP; Hucitec; 1976. P. 40

O que esse discurso de Amadeu Amaral nos mostra é que o caipira Jeca – Tatu pode se extinguir pelo fato de não ter sido preparado para os novos ou modernos tempos. Até esse momento não houve nenhuma grande mudança em relação ao pensamento *amaralino* exposto em *O Dialeto Caipira*. A verdadeira mudança era que, agora, durante a campanha, entre no mínimo quatro e no máximo seis anos após as pesquisas para *O Dialeto*, Amaral acreditava que aquela extinção, antes inevitável, pode ser evitada, desde que:

“Valorize o Jeca. Peque o Jeca, dê-lhe ensino, dê-lhe convivência, dê-lhe estradas, dê-lhe sementes, dê-lhe instrumentos de lavoura, dê-lhe roupa, dê-lhe saúde, dê-lhe esperança de aumento e, ao menos, certeza de remuneração; tirem-lhe as sezões, tirem-lhe o piolho, tirem-lhe o amarelão, o percevejo, o barbeiro, o bicho – de – pé e o berne, tirem-lhe a cabelaçã, os farrapos, a sujeira, tirem-lhe as abusões, tirem-lhe o medo à gente, e, depois disso feito, venham cá dizer que o pobre do caipira não vale nada”.²¹⁵

Na lógica de Amadeu Amaral o que não permitia a melhoria social do caipira era o preconceito das administrações públicas brasileiras, no caso paulista, comandadas pelos *perrepistas* – os grandes rivais do candidato Amaral. Para nosso intelectual, o Partido Republicano Paulista (PRP) era preconceituoso com o trabalhador nacional e virtuoso com o estrangeiro. Durante a sua primeira campanha política, Amadeu Amaral acusou o PRP de facilitar com “carinhos” oficiais e extra – oficiais, a imigração japonesa. Exemplificado em sua palestra, através da colônia Katsura, localizada na zona litorânea meridional paulista e que, em 1920, já contava com alguns milhares de habitantes.

Ainda nessa conferência, realizada no Teatro Municipal de Capivari, em 1922, conforme relato de Paulo Duarte, Amadeu Amaral informou que se fosse dado ao caipira o que é fornecido ao japonês, o primeiro seria um magnífico trabalhador, um exemplo para o mundo. Mas, o que tinha o imigrante japonês? Na visão do candidato:

²¹⁵ Amaral, Amadeu; *O Jeca e o japonês*; 1922. In. Op. Cit. P. 40-41.

“...uma direção e polícia que lhes permitem trabalhar felizes e sossegados. A colônia tem professores. Tem médicos, que não só atendem aos enfermos, como estudam, em laboratórios, as moléstias da região, em vista de uma profilaxia preventiva e combativa mais segura”²¹⁶

A mudança de opinião de Amadeu Amaral sobre os caipiras pode ser medida, também, através de seus estudos folclóricos. Anos após sua primeira campanha política (1922), precisamente sete anos depois, Amaral criticava os folcloristas que afirmavam que uma das particularidades de nossas manifestações populares é sua cantoria triste e cheia de saudade. Amaral informou crer que se temos quadras, lendas, contos ou cantigas tristes isso não ocorre porque somos um povo triste e sim porque boa parte da população reflete a falta de saúde e as insuperáveis dificuldades da vida. A prova de que isso não está ligado ao caráter do povo é que :

“...nas regiões e localidades onde há bom clima, trabalho remunerado, facilidades e garantias, o caipira deixa de ser um urupês raquítico em perpétuo parasitismo, para ser planta viçosa; deita raízes, instala-se firme na terra, próspera enche-se de filhos e netos “sacudidos”, começa a ter genealogia, abre-se em iniciativas, acalenta aspirações, e ri a bom rir (...) e luta quando é preciso”²¹⁷

O mesmo raciocínio pode ser encontrado na conferência *A poesia nativa do nosso povo* realizada no Conservatório de Música, em 17/09/1925, três anos após sua primeira campanha política. Nessa palestra, Amadeu Amaral analisou poesias, ditas pelo palestrante como sendo compostas por caipiras. Ainda segundo Amaral suas principais fontes foram poesias coletadas por seu primo, Cornélio Pires, e seu amigo, o cearense e estudioso dos sertanejos, Leonardo Mota.²¹⁸

²¹⁶ Amaral, Amadeu; *O Jeca e o japonês*. 1922. In. Op. Cit. P. 40.

²¹⁷ Amaral, Amadeu; *A poesia popular de São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04/ e 3/05/1929. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P. 154-155.

²¹⁸ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 17/09/1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. Págs. 95-121.

Durante a explanação, Amadeu Amaral procurou mostrar que a poesia caipira era riquíssima e abordava praticamente todos os assuntos do cotidiano como o amor, a traição, a religião, a morte, a esperança, a fome, a política e até as desigualdades e injustiças sociais. Uma das poesias caipiras mais famosa, para o folclorista Amaral, falava sobre esses dois últimos assuntos. Essa poesia, reproduzida a seguir, havia sido coletada por Cornélio Pires em Piracicaba – SP e por Amaral em Jaú – SP.

A vida da gente pobre
Padece, não tem altura
A vida de gente rica
Arregala e tem fartura

O rico levanta cedo,
Toma café com mistura
O pobre bebe guarapa,
Quase sempre sem doçura

A sobremesa do rico,
Marmelada e rapadura
O doce de gente pobre,
Miolo de abobra madura.

A roupa da gente rica,
Fazenda boa que dura
O trapo de gente pobre
E só remendo e costura

Gente rica fica doente,
Vem logo o doutor e cura
Quando o pobre fica doente,
O remédio é a sepultura.

Cavalo de gente rica,
Tem passo e tem armadura
A égua de gente pobre
É calombo e pisadura

O rico quer comer peixe
No mercado ele procura
O pobre agarra a vara
E sai pra noite às escuras

A perna de moça rica
E bonita e tem grossura
Cambito de moça pobre
Inda perde pra saracura

Quando gente pobre morre
Vai gozar lá nas alturas
O rico vai é pra os quintos
Fervendo na fervura.²¹⁹

Numa aproximação com Cornélio Pires, Amadeu Amaral afirma que o caipira é risonho e humorista diante das dificuldades e injustiças de nossa sociedade. Segundo Amaral, a poesia caipira, como toda poesia, é importante por que nos serve como um importante “...valor documental acerca do espírito, das tendências, dos costumes das nossas populações rurais”.²²⁰ Logo, segundo o conferencista Amaral, em 1925, estudar o universo da poesia popular é conhecer melhor populações que “...são a infra – estrutura da nacionalidade”²²¹. Por isso, o folclore e seus estudiosos são tão importantes para Amadeu Amaral.

3.5: O CAIPIRA NO FUTURO.

O *Mini Aurélio* distribuído pelo governo federal, por volta do ano 2000, a todos os alunos da rede pública de ensino da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro informa que a palavra caipira significa “Habitante do campo ou da roça, particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros”²²². Saindo dos dicionários gerais para os especializados a diferença é pequena. No famoso *Dicionário do Folclore Brasileiro* de Luis

²¹⁹ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 17/09/1925. In. Op. Cit. P. 114-115.

²²⁰ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 17/09/1925. In. Op. Cit. P. 119.

²²¹ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 17/09/1925. In. Op. Cit. P. 119

da Câmara Cascudo o caipira é uma interiorano tímido e despreparado para o convívio em sociedade pois não passa de um “Homem ou mulher que não mora em povoação, que não tem instrução ou trato social, que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público (...) Habitante do interior, canhestro, tímido, desajeitado, mas sonso”²²³

O que estas duas obras, direcionados para o grande público e publicadas anos depois de fundada a Primeira República, mostram é uma imagem do caipira como alguém que habita o campo, preferencialmente em lugarejos ligados ao setor terciário ou agrícola. Porém, não é apenas isso, os dicionários acima transmitem a idéia de que o caipira continua sendo um interiorano desconectado da modernidade (ou globalização) e sem chances de participar como sujeito de seu próprio destino.

Dos três intelectuais estudados, Monteiro Lobato, Cornélio Pires e Amadeu Amaral, Pires é o único que positiva, via de regra, o caipira de dentro para fora. Isto é, Cornélio é o único que nunca explicitou todos os caipiras como “racial” ou culturalmente inferior a qualquer outro tipo de trabalhador do mundo. Além do que, se destaca por diversificar *facialmente* o nosso caipira ao visualizá-lo como branco, negro, mulato e caboclo o que contradiz seu primo Amadeu Amaral que apaga a presença da “cultura negra” no universo caipira e até paulista!

O caipira de Cornélio Pires plenamente visualizado em seu livro *Conversas ao Pé do Fogo* (1921), com exceção da matriz cabocla, é a “família de camponeses” cujo trabalho povoou remotos recantos do sertão e construiu estradas por onde passou o “desbravador” bandeirante. Para Cornélio o caipira foi o verdadeiro colonizador e conquistador do interior, visto que, era um ser humano

²²² Ferreira, Sérgio Buarque de Holanda; *Mini Aurélio*; RJ; Nova Fronteira; 2000. P. 119

²²³ Cascudo, Luís da Câmara; *Dicionário do Folclore Brasileiro*; SP: Melhoramento; 1979. 4º ed. P. 175-176.

“De rara inteligência – não vai nisso um exagero – são incontestavelmente mais argutos, mais finos que os camponeses estrangeiros. Compreendem e aprendem com a maior facilidade; fato alias observado por estrangeiros que com eles têm tido ocasião de privar. É fato: o caipira puxador de enxada, com a maior facilidade se transforma em carpinteiro, ferreiro, adomador, tecedor de taquaras e guêmbé ou construtor de pontes...”²²⁴

Se os caipiras, para Cornélio Pires, ajudaram a construir a nossa nação, o mesmo não pensava, inicialmente, José Bento Monteiro Lobato que acreditava ser o caipira um sujeito racialmente inferior e, por isso mesmo, condenado e culpado pelo seu estado miserável. Porém, após entrar em contato com estudiosos da baracteologia e microbiologia (ver Parte 3.4, Pág: 90-91) este passou a defender a concepção sanitarista, que afirma que todo sujeito (no caso o caipira) encontrava-se na miséria e indolência por causa de enfermidades que podem e devem ser curadas e não por determinismos raciais ou climáticos.

Quanto a Amadeu Amaral este nunca verbalizou, como Lobato, uma visão explicitamente negativa sobre o caipira. Entretanto, de início acreditou que estes eram fadados ao desaparecimento por serem desprovidos de qualidades “modernas” como a alfabetização. É verdade, que ele irá reformular o seu pensamento ao passar a considerá-los como sujeitos ativos do processo histórico. Lembre-se que Amaral, por volta do ano de 1922, passou a crer em um caipira desbravador de sertões (ver. Parte 3.3, Pág: 86-88). Contudo, diferente do primo Pires, nosso imortal descarta a presença da “cultura negra” nesse debate por preconceito racial.

Por fim, o leitor(a) não pode perder a dimensão de que Monteiro Lobato, Cornélio Pires e Amadeu Amaral estavam numa “competição” para ver quem definia a imagem vencedora sobre o caipira. Nesse sentido, apesar de uma análise apressada indicar a vitória

²²⁴ Brandão, Carlos Rodrigues; Os caipiras de São Paulo; SP: Brasiliense; 1983. P. 28

de Lobato devido a consagração do personagem Jeca – Tatu, o mais correto é considerar que a imagem do caipira atual é um mosaico com a assinatura de vários intelectuais. Do Jeca aos tipos engraçados de Mazzaropi, o caipira permaneceu um roceiro matuto e atrasado (ponto para o Monteiro Lobato de *Urupês*, 1914). Além disso, se não virou branco pelo menos embranqueceu (ponto para Amadeu Amaral), mas é inegável que é visto e apresentado, até mesmo por algumas duplas sertanejas atuais, como brincalhão e divertido (ponto para Cornélio Pires).

CAPITULO IV: AMADEU AMARAL: FOLCLORE E IDENTIDADE NACIONAL.

“Cada povo deve seguir, como qualquer indivíduo, o salutar preceito do sábio grego: ‘Conhece-te a ti mesmo.’”

Amaral, A.; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921;
In. Amaral, A.; Tradições Populares; SP; Progresso; 1948. P. 67.

PARTE 4.1: SOBRE O CAPÍTULO

Conforme já foi esclarecido nas Considerações Iniciais dessa Dissertação, esse último capítulo tem por meta investigar como Amadeu Amaral associava os estudos de folclore com a formação de uma dada identidade nacional. Isto é, Amaral acreditava que o folclore criaria e/ou moldaria uma identidade nacional para o Brasil? Afim de responder a esta pergunta o capítulo em questão, último da dissertação, será dividido em mais três partes.

Na segunda parte, intitulada *O folclore como “sciência”*, será discutido por que Amadeu Amaral considerava tão importante dar ao folclore o tratamento de uma ciência ou porque ele acreditava ser fundamental dar ao folclore e aos seus pesquisadores, os folcloristas, o status de ciência e cientistas. Já na terceira parte, chamada de *Da Sociedade de Estudos Paulistas a Sociedade Demológica*, iremos discorrer sobre as instituições que Amaral tentou organizar e aquelas que o folclorista tentou direcionar para estudar o folclore.

Por fim, na quarta e última parte do capítulo, intitulada *Poesia da Viola e Poesia do Violão*, será o momento onde procuraremos identificar como Amadeu Amaral concebeu e formulou uma teoria sobre o nascimento de uma cultura nacional e, a partir desta análise, quais foram as suas conseqüências para o debate sobre a nossa identidade nacional.

PARTE 4.2: O FOLCLORE COMO “SCIÊNCIA”.

O marco fundador dos estudos de folclore no mundo se deu por volta do final da primeira metade do século XIX, quando o etnólogo inglês Willian John Thoms publicou na *The Atheneum*, de Londres, no número 982 de 22 de agosto de 1848, sob o pseudônimo de Ambrose Merton, uma carta na qual defendia a palavra *folk-lore* para designar as “antiguidades populares”. Porém, antes de W.J. Thoms criar a palavra folclore, que possibilitou o surgimento ou a invenção de outra palavra que designaria os estudiosos em folclore, ou seja, os folcloristas. Todos os pesquisadores que estudavam as “antiguidades do povo” eram chamados de antiquários.²²⁵

O antiquário, na concepção de Renato Ortiz, era basicamente um colecionador de objetos (cerâmicas, por exemplo) identificados como pertencentes aos segmentos populares. Os antiquários não se importavam com a questão temporal pois consideravam as manifestações populares como atemporais. Além disso, ainda segundo o sociólogo acima, os antiquários não apresentavam uma visão positiva do popular, já que, seu gosto por tais – “antiguidades” – era interpretado como algo bizarro ou esquisito.²²⁶

Para Ortiz, os estudiosos daquelas “antiguidades populares”, a partir de meados do começo do século XIX, serão substituídos pelos românticos, os quais irão “...transformar a predisposição negativa, que havia anteriormente em relação às manifestações populares, em elemento dinâmico para a sua apreensão”²²⁷ Em suma, os românticos transformaram as manifestações populares em algo apreciável e positivo e associaram-nas a projetos de construção de uma dada identidade nacional.²²⁸

²²⁵ Vilhena, Luís Rodolfo; Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro entre 1947-1964; RJ; FGV editora; 1997. P. 243.

²²⁶ Ortiz, Renato; Românticos e folcloristas; SP; Olho d’água editora; 1992.

²²⁷ Ortiz, Renato; Op. Cit. P. 18

²²⁸ Como exemplos podemos citar os irmãos Grimm, na Alemanha e José de Alencar, no Brasil

Contudo, deve-se ressaltar que tanto os antiquários como os românticos apresentam, além de importantes e cruciais divergências entre si, algumas características em comum sobre as manifestações populares. A mais importante era a visão da cultura popular como algo que remetia ao passado e que estava em processo de extinção por causa da urbanização, industrialização e alfabetização das nações e dos povos. Justamente por isso, deveria aquela cultura ser conservada, preferencialmente em um museu. Nesse aspecto, os folcloristas não pensam muito diferente.²²⁹

De acordo com Vilhena e Ortiz, os novos românticos são, obviamente, os folcloristas. Estes, atualmente, não são vistos como cientistas. Um dos maiores sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes, por volta dos anos de 1950/60, afirmou: “O folclore permanece hoje numa posição incomoda entre a ciência e a arte”²³⁰ Mas, e na época de Amadeu Amaral? E no período anterior? Teriam os folcloristas sido vistos como cientistas? A resposta com o próprio Amaral através do artigo *Os estudos folclóricos no Brasil*.

Amadeu Amaral começa o artigo realizando um interessante panorama sobre os folcloristas brasileiros, desde o último quarto do século XIX até meados da década de 1920. Segundo o autor, os estudos de folclore estão bem iniciados no Brasil desde cinquenta anos, pois “Celso de Magalhães, Sílvio Romero, Santa’ Ana Nery, Melo Moraes Filho, Pereira da Costa, - todos do Norte, - e Calos Von Koseritz, no Rio Grande do Sul...”²³¹ reuniram boa quantidade de lendas, contos e, principalmente, poesia.

Após estes pioneiros surgiram outros folcloristas, quase todos do Norte e do Rio Grande do Sul, como Juvenal Galeno, Rodrigues de Carvalho, Leonardo Mota, Catulo

²²⁹ Ferreira, Leonardo da Costa; Pereira da Costa: Folclore e identidade nacional; Monografia de Bacharelado; Universidade Federal Fluminense; 2000. P. 12-14.

²³⁰ Vilhena, Luís Rodolfo; Op. Cit. P. 243

²³¹ Amaral, Amadeu. *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Amaral, Amadeu; Tradições Populares; SP; Progresso; 1976. P. 1

Cearense que “...continua a tradição nordestina de uma poesia ‘popularista’ e regionalista...”²³². Além de gaúchos especialistas em folclore, dialectologia e literatura regional como “Braz Rubim, Cezimbra Jacques, Simões Lopes Neto, Romanguera Correia, P. Teschauer, Lassance Cunha, Múcio Teixeira, Alcides Maya, Roque Callage...”²³³.

No começo dos anos de 1920, acreditava Amadeu Amaral, que a produção folclórica tem se voltado mais para Minas Gerais, São Paulo e estados vizinhos, onde se destacam João Ribeiro, Gustavo Barroso, Afrânio Peixoto, Alberto Faria, os mineiros Carlos Góes e Lindolfo Gomes, Francisco Damante, Afonso E. de Freitas, Paulo Duarte e “...Valdomiro Silveira, Monteiro Lobato, Cornélio Pires, Leôncio de Oliveira, Otoniel Mota, Benedito Otávio, Paulo Setúbal, Cezidio Ambrogi e outros...”²³⁴.

De acordo com Amadeu Amaral, os folcloristas apontados acima praticam três grandes erros, que os afastam do status de cientistas. O primeiro problema é o sentimentalismo, o segundo erro é o excesso de teorizações imaginosas e, por fim, o terceiro e último é o diletantismo erudito. Nesse aspecto, torna-se necessário analisar o que significa, para Amaral, cada um desses problemas.

Sentimentalismo é quando o folclorista faz questão de mostrar ou exaltar que o “povo brasileiro” é, mesmo quando a documentação mostra o oposto, inteligente, valente, honrado e bom. Um folclorista que pratica o sentimentalismo geralmente tem uma obra cujo “...trabalho consiste essencialmente em demonstrar uma noção empírica e sentimental previamente estabelecida: a inteligência, a graça, a perspicácia de um povo...”²³⁵.

Já os folcloristas adeptos do eruditismo diletante, ocorrem em erro porque apresentam um demasiado apego aos “materiais coletados”, ou seja, este tipo de folclorista

²³² Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 1

²³³ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 2

²³⁴ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 2

falha ao tratar apenas a pesquisa como importante. Seu erro está em não desenvolver trabalhos analíticos sobre as “poesias, contos e lendas” que coletou. Contudo, Amadeu Amaral afirma que este é o menos grave dos três problemas, pois seu “trabalho de campo” pode, um dia, ser aproveitado para algum estudo de vulto.

Quanto às teorizações imaginosas, Amaral considera que o teorismo peca pela demasiada pressa em “...construir belos edifícios com materiais ainda exíguos e frágeis”.²³⁶ Isto é, estes folcloristas falham porque impõem idéias preconcebidas sobre assuntos pouco ou nada averiguados. Amadeu Amaral nos fornece alguns exemplos do quão ruim, para ele, pode vir a ser o teorismo imaginoso. Diz Amaral: “Segundo Barbosa Rodrigues, os nossos tupis descendem dos normandos; segundo Varnhagen, dos cários. Para Porto Alegre eles provêm mais é dos antigos árias”.²³⁷

Esse é o maior problema, na opinião de Amadeu Amaral. Essa é a conduta que mais distância os folcloristas da ciência, já que as vistas teóricas precedem inteiramente à coleta e o exame dos materiais. Nesse ponto do artigo, Amaral afirma que o maior absurdo que já leu de um folclorista veio de E. de Freitas, que em seu livro *Lirismo Brasileiro* defende a concepção de que a poesia brasileira tem influências dos tupinambás, bascos, chineses e até egípcios!

Entretanto, para Amadeu Amaral, apesar destes folcloristas terem suas diferenças, seus textos apresentam uma grande continuidade. Qual? Todos

²³⁵ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 4

²³⁶ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 5

²³⁷ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 5

“...são feitos por mero diletantismo ou passatempo, sem objetivo, sem método e sem seguimento; ora, por simples literatura, visto que o campo das tradições, e especialmente o da poesia popular, fornece abundante matéria para divagações e fantasias; ora, em fim, por outros intuits não só estranhos à pura investigação, como nocivos a ele por isso mesmo”²³⁸

O próprio Amadeu Amaral informa que não há “...coisa mais contraria ao espírito científico...”²³⁹ do que tais sentimentalismos, teorizações imaginosas e diletantismo erudito. Mas, porque é importante o folclorista não cometer tais erros? O que significa “espírito científico” para Amaral? Porque conferir o status de ciência ao folclore é importante para Amadeu Amaral?

O autor d’ *O Dialeto Caipira* considerava importante unir folclore com ciência porque esta última fornece um status de verdade. Numa sociedade cada vez mais crente no saber científico, ter sua imagem a ela associada é garantir aceitabilidade e credibilidade. Por isso, todo folclorista deve ter um “espírito científico”. Ou seja, deve o folclorista estudar o folclore sem sentimentalismo e idéias preconcebidas, mas com objetividade e documentação. Deste modo, pode-se conceber que para Amaral o estudioso do folclore será um cientista quando ao realizar o trabalho de campo marcar

“...escrupulosamente as regiões, os lugares, as épocas em que foram colhidos estes materiais; repete-se-lhes a forma tal qual ela se oferece; ajuntem-se-lhes quanto possível as idéias, crenças e práticas que motivaram, que os acompanharam e os explicam”.²⁴⁰

A medida que este trabalho “científico” for sendo feito por todos os folcloristas do país, em todos os cantos da nação, sem fantasias, sem consertos e sem alterações ou acréscimos por qualquer um “...como acontece com os materiais das sciências positivas, - então

²³⁸ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 3

²³⁹ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 3

²⁴⁰ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 9

poderemos facilmente esboçar com segurança a **geografia** do folclore brasileiro ao lado da sua **história**”²⁴¹ [grifos do autor]

Nítidamente Amadeu Amaral considerava que se encontrarmos e posteriormente analisarmos a geografia e a história do nosso folclore ou:

“...a distribuição dos fatos e dos produtos através do território e sua coincidência com os acontecimentos antecedentes e circunstâncias do povoamento e da vida coletiva, teremos assentado os fundamentos objetivos e fecundos de um estudo deveras interessante da psique popular”²⁴²

Logo, estariam os folcloristas sedimentando a estrada que levariam todos os demais intelectuais e cientistas ao “verdadeiro” conhecimento sobre o “povo brasileiro”. E após este choque de realidade, aqueles poderiam intervir, caso julgassem necessário, afim de melhorar o futuro da nossa nação. Desse modo, reafirma-se o que já foi dito no capítulo 1, Parte 1.4, páginas 44-45, ou seja, o folclore, na opinião e visão de Amadeu Amaral, permite a visualização dos costumes ou “psique do povo” e a partir daí transformá-los para o melhor proveito do país. Ou seja, Amadeu Amaral acreditava que somente quando os folcloristas trabalharem suas pesquisas tal como faz um cientista é que poderemos

“...chegar a conclusões sérias e positivas sobre as tão faladas influências de raças, sobre os pretensos caracteres morais de populações desta ou daquela zona ou região, e sobre tanto outros pontos acerca dos quais costuma discorrer a propósito das nossas tradições populares”²⁴³

Em suma, para Amadeu Amaral a transformação do folclore em ciência não significava atrelar os folcloristas a uma suposta neutralidade e imparcialidade acadêmica ou

²⁴¹ Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 9

²⁴² Amaral, Amadeu; *Os estudos folclóricos no Brasil*. In. Op. Cit. P. 9

²⁴³ Amaral, Amadeu; *Poesias, contos e lendas*; SP; O Estado de S. Paulo; 05/06/1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP: Progresso; 1948. P. 46.

científica. Na realidade, significava dotá-los de mais um “poder” para realizar o objetivo transformador e intervencionista que Amaral direcionava para o folclore.

PARTE 4.3: DA SOCIEDADE DE ESTUDOS PAULISTAS A SOCIEDADE DEMOLÓGICA

Amadeu Amaral começou a interessar-se pelo folclore, em 1916, quando escreveu *O Dialeto Caipira* que só seria publicado no ano de 1920. Apesar da existência do livro *Tradições Populares* (1948), uma coletânea com dezenas de artigos publicados em vida pelo autor, é mister ressaltar que a maior parte destes artigos encontram-se incompletos. Segundo Paulo Duarte entre a morte de Amaral, em 1929, e o primeiro cuidado metódico com sua obra decorreram quase vinte anos.

A guarda dos papéis estava com Duarte, mas após ser expulso do país, em 1932, e em definitivo, em 1938, toda a documentação colhida por ambos entre 1918 e 1929 acabou caindo “...primeiro, sob a guarda de seu filho, cuja vida mais ou menos inquieta e errante não permitia a contínua vigilância sobre aquele precioso acervo”.²⁴⁴ Após a morte precoce de Amadeu Amaral Júnior, os “papéis ou o que deles restava” passaram para os cuidados de uma de suas filhas, que também adoeceu. Logo “...o acervo literário de Amadeu, ficou mais ou menos abandonado (...) Quando, finalmente, se pode cuidar desses documentos, a maior parte estava deteriorada ou desaparecida”.²⁴⁵

Apesar dos problemas cabe ao historiador driblar as dificuldades e seguir adiante. Sabe-se, por intermédio de Duarte, que o interesse de Amadeu Amaral pelo folclore tornou-se, de fato, efetivo em 1918. Nesta data redigiu uma circular, remetida a todos os agentes e

²⁴⁴ Duarte, Paulo; *Amadeu Amaral*; SP; Progresso; 1948. P. 44-45.

²⁴⁵ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 45.

correspondentes d' *O Estado de S. Paulo* espalhados pelo Brasil. Abaixo se encontra transcrito, na íntegra, a circular.

“Pretendo organizar um ‘Cancioneiro Popular’ de São Paulo a exemplo do que já se tem feito em tantos outros países e aqui mesmo no Brasil, em diversos Estados. Serei, pois muito grato a V.S. se me quiser prestar o favor de, com pequeno trabalho, colher ou fazer por pessoa idônea, alguns versos desses que correm no meio do povo, entre adultos ou crianças, sejam em quadras, sejam em qualquer outra disposição.

No caso de V.S. estar disposto a prestar-me este obsequio, rogo-lhe observar as seguintes indicações:

- a) colher todos os versos, por imperfeitos que sejam, indistintamente, visto que os mais imperfeitos e destituídos de sentido podem ter um grande interesse de folclore;
- b) escrever os versos sem introduzir neles a menor modificação;
- c) declarar ao pé a localidade onde foram apanhados.

Deixo aqui, desde já, os meus cordiais agradecimentos a V.S. na esperança de renová-los na própria obra que trato de organizar”.²⁴⁶

O Cancioneiro Popular foi um dos documentos perdidos, de acordo com Duarte. Obstante, sabemos que Amadeu Amaral teve seu apelo atendido pois recebeu mais de cinco mil contribuições que parte emprestaria a Mário de Andrade e a outra a polícia do recém criado *Estado Novo* levaria da casa de Paulo Duarte, por volta de 1937-1938. Entretanto, três anos após ter remetido aquela circular, Amaral e Duarte decidiram criar uma instituição para abrigar o material, divulgá-lo e, também, para editá-lo.

O nítido sucesso do empreendimento levou, os dois, a fundarem a Sociedade de Estudos Paulistas (SEP), que se reuniu pela primeira e única vez no dia 8 de setembro de 1921. Os estatutos, redigidos por Amadeu Amaral, estabeleciam que sua finalidade seria: “...facilitar e atrair todos os estudos relativos a história, a geografia, os costumes, a linguagem, o folclore e o que mais se referir a vida espiritual do povo paulista”²⁴⁷

²⁴⁶ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 28

²⁴⁷ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 32.

Conforme relata Paulo Duarte, a Sociedade de Estudos Paulistas tinha um Presidente (Amadeu Amaral), um secretário (Roberto Moreira) e um tesoureiro (Paulo Duarte). Já os seus sócios fundadores foram:

“Julio de Mesquita, Clovis Ribeiro, Breno Ferraz do Amaral, Otávio de Lima e Castro, José de A. de Cerqueira César Neto, Felinto Lopes, Monteiro Lobato, Manequinho Lopes, Cornélio Pires, Léo Vaz, João Batista de Campos Aguirre, Vicente de Paula, Vicente de Azevedo, Joviano Pacheco, M. Lopes Oliveira Neto, Roberto Moreira, Luis Correia de Melo, Hormisdas Silva, Nestor Rangel Pestana, Julio de Mesquita Filho, Amadeu Amaral e Paulo Duarte”.²⁴⁸

Uma breve análise de seus membros mostra um quadro plural e diverso. Porém, não foi somente à pluralidade de seus membros que levou a instituição a durar poucos meses e tampouco o motivo teria sido seus objetivos por demais “elásticos”. O que fez a Sociedade de Estudos ruir foi o envolvimento de Amadeu Amaral com a campanha do voto secreto e com a sua candidatura a deputado estadual pelo Quarto Distrito eleitoral paulista, pois estas tarefas tomaram seu tempo quase que exclusivamente. Sem o envolvimento de seu mentor a Sociedade de Estudos terminou.

O malogro da Sociedade de Estudos Paulistas deixou Amadeu Amaral com um pequeno prejuízo financeiro, de acordo com um bilhete enviado para Duarte. No bilhete está escrito: “Paulo – Como a nossa Sociedade de Estudos está gorada, peço devolver as mensalidades recebidas, ficando eu responsável pelas despesas. Acho bom fazer isso, logo, pois lá se vão quatro meses (...) e não convém deixar isso sem solução”.²⁴⁹

O primeiro capítulo desta Dissertação não foi dedicado propriamente dito ao relacionamento de Amadeu Amaral com a Academia Brasileira de Letras (ABL) e conseqüentemente com a Sociedade Demológica (SD). Nesse sentido, a partir desse

²⁴⁸ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 32.

momento esta parte número três do terceiro capítulo será dedicada a mostrar como o fracasso em tentar manter a Sociedade de Estudos Paulistas e em convencer a Academia a desenvolver pesquisas sobre o folclore o levou a formular a idéia de que era imprescindível organizar uma Sociedade Demológica. Também tentarei responder por que esta instituição não obteve vida longa e próspera.

Entretanto, antes, é necessário realizarmos um *petit resumé* do que foi dito numa parte do primeiro capítulo. Nesse ficamos sabendo que Amadeu Amaral foi para a cidade do Rio de Janeiro, em 1923, após a fracassada campanha *Os fatos de Capivari*. Também foi explicitado que Amaral tentou, sem sucesso, convencer a ABL e seus imortais a voltarem suas atenções para o campo do folclore e que após receber uma negativa como resposta ele decidiu retornar para a cidade de São Paulo e tentar organizar a SD.²⁵⁰

Os três anos que Amadeu Amaral ficou na capital federal o aproximaram fisicamente da Academia Brasileira de Letras. Contudo, foi durante os anos de 1924 e 1925 que Amaral começou efetivamente uma intensa participação no dia – a – dia das comissões da ABL. Paulo Duarte afirma categoricamente que a relação desenvolvida com aquela instituição e alguns de seus membros jamais foram tranqüilos. Segundo Duarte, um exemplo que atesta como sempre foi tenso o clima entre Amadeu e a Academia aconteceu durante um concurso anual de poesia.

²⁴⁹ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 33.

²⁵⁰ Ver Capítulo I; Parte 1.4; Págs: 45-47.

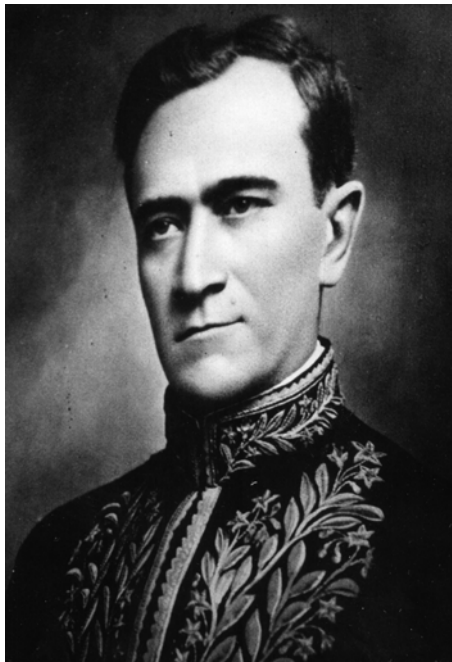


Foto da posse na ABL - 1919²⁵¹

A ABL promovia todo ano um grande concurso com a finalidade de escolher o melhor livro de poesia. A comissão encarregada de julgar os livros lançados no ano de 1924 era formada por Medeiros e Albuquerque (relator), Augusto de Lima e Rodrigo Otávio. Este último, no entanto, partiu para o estrangeiro logo após a escolha do vencedor e quem o substituiu foi Amadeu Amaral. As regras estabeleciam que somente poderia haver um vitorioso, obstante foram escolhidos como os vencedores Prado Kelly e Aristeu Seixas. A função de Amadeu era apenas de assinar o parecer escrito por Medeiros. Entretanto, ele, segundo Duarte, pede vistas afirmando: “Devo consignar as minhas duvidas sobre a legalidade da divisão do prêmio.”²⁵² Além disso, propôs que o prêmio fosse dado a Rodrigues de Abreu autor de *Sala dos Passos Perdidos*.

Duarte informa que a Academia Brasileira de Letras negou dar o prêmio à outra pessoa, mas deliberou a favor de Amadeu Amaral sobre a divisão do mesmo. Deste modo, ficou o primeiro lugar com Prado Kelly e o segundo com Seixas. Porém, o novo resultado não agradou Gustavo Barroso que desejava entregar o prêmio a Raul Machado ao que a Comissão refutou que isto era impossível porque o livro de Machado era anterior a 1924 e

²⁵¹ Digitalização a partir de original do acervo da Biblioteca Amadeu Amaral (BAA)

“...continha apenas 38 sonetos, 4 poesias e mais 15 páginas de elogios ao autor, dentre os quais ao próprio acadêmico Barroso...”²⁵³

Duarte informa que, após negar o pedido de Barroso, foi apresentado a Plenária da ABL uma proposta do conde Afonso Celso para conceder o prêmio a Bastos Tigre, que tinha apresentado um trabalho sobre uma “cartilha das mães” e mesmo com veementes protestos feitos pelos membros da Comissão, a Academia deliberou a favor de Celso. O resultado da peleja entre os mais diversos acadêmicos foi o envio de uma carta, datada de 26 de janeiro de 1926, de Amadeu Amaral para Medeiros e Albuquerque onde o primeiro escreve o seguinte:

“Meu caro Medeiros e Albuquerque. Nesta data escrevi a Coelho Neto declarando que me exonero dos cargos que ocupava na Academia, e isso é irrevogavelmente. O motivo, sabe o meu amigo qual é. Como membro da comissão de poesia, de que V. foi o sereno, competente e justiceiro relator, não posso deixar de ver na votação desta tarde uma solene, formal, disfarçável desconsideração para com os signatários dos laudos que V. redigiu.(...)É claro que o juízo da Comissão podia ser discutido e claríssimo que o plenário tem o direito de discernir das comissões. Mas a Academia não discutiu coisa alguma. A Academia, provavelmente, executada Comissão e mais alguns de seus membros não se deu ao trabalho de ler sequer os três ou quatro livros sobre os quais versavam as divergências. Entretanto, ouviu o novo laudo da Comissão, ouviu a proposta do sr. Conde de Afonso Celso, que se apartava tanto do laudo como da crítica que lhe fora feita e, discricionariamente, optou pela última. (...) Foi uma deliberação tomada em confiança, e essa confiança não recaiu na Comissão (...) Quando vamos restar contas à Academia da obrigação penosa que ela nos impusera, a Academia dá-nos uma risada na cara, atira o nosso parecer para debaixo da mesa, e premia um livro diverso— apenas porque um ilustre acadêmico lhe asseverou que esse livro é o que merecia o prêmio!”²⁵⁴

O resultado deste concurso foi a “gota d’água” para Amadeu Amaral abandonar de vez o imortal ambiente da Academia Brasileira de Letras e a própria cidade do Rio de

²⁵² Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 39.

²⁵³ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 40

²⁵⁴ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 41

Janeiro. Vale ressaltar que, neste momento, janeiro de 1926, a ABL já havia rejeitado a proposta de Amaral em transformá-la num centro nacional de coleta e pesquisa folclórica. A apresentação dessa proposta, os debates que ela suscitou e os acadêmicos que a rejeitaram e apoiaram serão o tema das linhas que virão.

Em um discurso proferido em sessão ordinária na Academia em 24 de abril de 1925 intitulado *Folclore e Dialectologia*, Amadeu Amaral teorizou sobre a importância de uma instituição que centralizasse os estudos do folclore e as pesquisas dos folcloristas. De acordo com Amaral a criação e organização de uma instituição se mostrava cada vez mais necessária porque atualmente se tem “...explorado o nosso folclore com mais atividade e mais amor”²⁵⁵ e justamente por isso, afirmava Amadeu, é impossível

“...não reconhecer que algumas dascolheitas registradas em livros ou divulgadas em revistas e jornais ainda trazem muito visíveis os traços de um pernicioso diletantismo, - um diletantismo que, parecendo querer subordinar-se ao espírito da ciência, não tem, nem verdade, nem a curiosidade científica, nem a gravidade, nem a objetividade [necessária]”²⁵⁶

A crítica feita por nosso folclorista no trecho acima está direcionada às dezenas de palestrantes, conferencistas e folcloristas em geral que ao invés de desenvolverem trabalhos folclóricos com “indicação da localidade e da data” terminam por fazer pesquisa “à ligeira” e “à solta” divertindo o público e “...incutindo nos espíritos a idéia prejudicial de que isto de folclore é simples passatempo ou quando muito boa seara de assuntos para divagações sentimentais e patrióticas nas horas vagas”²⁵⁷. Interessante que Amaral montou este artigo apresentado na ABL e um mês depois publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* logo após ouvir uma conferência do cearense Leonardo Mota (1891 – 1948) no Teatro Trianon sobre poesia

²⁵⁵ Amaral, Amadeu; *Folclore e Dialectologia*; SP; O Estado de S. Paulo; 15/05/1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP: Progresso; 1948. P. 20.

²⁵⁶ Amaral, Amadeu; *Folclore e Dialectologia*; SP; O Estado de S. Paulo; 15/05/1925. In. Op. Cit. P. 20-21

popular nordestina. Leota, este era seu apelido, foi um folclorista com profundo conhecimento do sertão nordestino e um divulgador da literatura oral dos nordestinos, com destaque especial para o anedotário e os versos satíricos sertanejos. É autor de livros como *Cantadores* (1921), *Violeiros do Norte* (1925) e *Sertão Alegre* (1928).²⁵⁸

Apesar de criticar os folcloristas e suas palestras por tratarem o folclore como mera curiosidade Amadeu Amaral não os culpa, pois para o bem ou mal estão divulgando o nosso folclore. Amaral considerava que o problema do amadorismo das pesquisas e dos pesquisadores de folclore tinha como raiz a falta de:

“um centro autorizado que os estimule, os corrija, os norteie; que lhes recolha os trabalhos, os examine e critique, distinguindo os mais valiosos, mostrando os filões a explorar e como explorá-los (...) enfim procurando imprimir ao conjunto dos esforços isolados e dispersos uma tal ou qual disciplina, útil ao rendimento do trabalho, aos interesses da investigação científica e também **à finalidade nacional que estes estudos comportam**”
[grifo meu]²⁵⁹

Perceba, caro leitor(a), que os estudos de folclore para Amaral são importantes porque possuem uma finalidade nacional ou em outras palavras um fim voltado para os interesses da nação. O que isto significa ainda não é o momento para responder. O que importa nesse momento é identificar que aquele centro, para Amaral, seria a Academia Brasileira de Letras. Mas por quê? Por que a Academia possuía os mais notáveis intelectuais de nossa nação e em seu seio estão “...os mais competentes folcloristas do país”²⁶⁰ como Gustavo Barroso, João Ribeiro, além de ter abrigado em seus quadros Sílvia Romero, por exemplo.

²⁵⁷ Amaral, Amadeu; *Folclore e Dialectologia*; SP; O Estado de S. Paulo; 15/05/1925. In. Op. Cit. P. 21

²⁵⁸ Cascudo, Luís da Câmara; Dicionário do Folclore Brasileiro; Brasília; Instituto Nacional do Livro; 1972. 3º edição. P. 494

²⁵⁹ Amaral, Amadeu; *Folclore e Dialectologia*; SP; O Estado de S. Paulo; 15/05/1925. In. Op. Cit. P. 22

²⁶⁰ Amaral, Amadeu; *Folclore e Dialectologia*; SP; O Estado de S. Paulo; 15/05/1925. In. Op. Cit. P. 24.

Na própria palestra *Folclore e Dialectologia* Amaral começa a tecer considerações sobre como deveria ser a atuação desse centro ou instituição de folclore e quais deveriam ser as suas metas. Ele chega a propor que uma seria “...reeditar, numa coleção de volumes econômicos, os escritos de Silvio Romero, Celso de Magalhães, Couto de Magalhães, Koseritz e outros iniciadores destes estudos no Brasil”.²⁶¹

Semanas após o primeiro discurso, Amaral proferiu um segundo discurso na Academia Brasileira de Letras, em sessão ordinária, com o sugestivo título de *Uma tarefa a executar*²⁶². Nesta palestra, Amadeu Amaral não procurou apenas lembrar a ABL sobre sua proposta de transformá-la em um centro folclórico, já que, ele também tece algumas considerações sobre para o que serve a “sciência” folclore. Entretanto, isso já foi analisado linhas atrás. No momento devemos continuar investindo na seguinte questão: Por que a Academia Brasileira de Letras?

Amadeu Amaral, durante a palestra, afirma conhecer outros institutos aptos para executar a tarefa de tomar o encargo de intensificar os estudos de folclore no Brasil e de lhes imprimir uma orientação mais séria, mais metódica e mais fecunda, afastando-os dessa atmosfera de “curiosidade vaga”, de “diversão inócua” e de “sentimentalismo convencional” como a Sociedade de Geografia, a Academia de Medicina e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas Amaral acreditava que somente a ABL dispõe:

²⁶¹ Amaral, Amadeu; *Folclore e Dialectologia*; SP; O Estado de S. Paulo; 15/05/1925. In. Op. Cit. P. 23.

²⁶² Não consegui achar a data do discurso, mas foi publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 22-27/05/1925.

“...dos mais autorizados mestres no assunto, com obras amplamente conhecidas e justamente apreciadas, e dispõe das luzes de todos os seus membros, perfeitamente aptos a colaborar com aqueles [os folcloristas], pois que são fortes em coisas de literatura, de erudição, de história e de linguagem, matérias estas que se acham por natureza em estreita correlação com a de se trata [o folclore]. Assim, nenhuma associação de entre as existentes, ou que se viesse a construir, estaria em melhores condições que a Academia para executar esta belíssima tarefa”.²⁶³

Além disso, é a Academia Brasileira de Letras formada por “...homens de letras, e notadamente são homens de letras de muita leitura e com certo gosto e inteligência dos métodos científicos de observação de comparação e de crítica...”²⁶⁴. Desse modo, está nítido que por apresentarem qualificação “acadêmica”, os homens de letras da ABL tinham o respaldo para preparar o solo que ficaria a disposição “...do historiador, do geógrafo, do etnógrafo, do psicologista, do sociologista, e também dos escritores e dos artistas, e ainda dos educadores...”²⁶⁵ que ao trabalharem a “poesia”, a “música”, o “movimento” (dança?), as “crenças”, e as “superstições” acabariam descobrindo o Brasil real e sobre ele atuariam “...a luz dos seus objetivos particulares”.²⁶⁶

Nesse sentido, a *tarefa* à qual o título do discurso e/ou artigo faz referência não é somente convencer a Academia a abraçar o folclore, mas fazer com que os imortais entendam que o folclore é tão importante para o passado, presente e principalmente futuro da nação que deve ser tomado nos braços pelos acadêmicos da ABL e trabalhado com afinco. Mas o que tem o folclore que o torna tão importante?

No primeiro capítulo ficou esclarecido que o folclore, para Amaral, permite mostrar ou visualizar os “costumes populares” e, com isso, transformar - pelas mãos de médicos,

²⁶³ Amaral, Amadeu; *Uma tarefa a executar*; SP; O Estado de S. Paulo; 22-27/05/1925. In. Amadeu, Amaral; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P. 28

²⁶⁴ Amaral, Amadeu; *Uma tarefa a executar*; SP; O Estado de S. Paulo; 22-27/05/1925.. In. Op. Cit. P. 30.

²⁶⁵ Amaral, Amadeu; *Uma tarefa a executar*; SP; O Estado de S. Paulo; 22-27/05/1925. In. Op. Cit. P. 30

²⁶⁶ Amaral, Amadeu; *Uma tarefa a executar*; SP; O Estado de s. Paulo; 22-27/05/1925. In. Op. Cit. P. 30.

educadores e intelectuais em geral - todos aqueles costumes considerados ruins para o progresso nacional.²⁶⁷ Porém, Amadeu Amaral acrescenta outras importantes funções para o folclore. Quais? Vejamos a seguir!

Uma dessas funções seria a de criar tradições. O Brasil é um país pobre em tradições, nos informa Amaral em seu discurso diante os imortais da ABL. É óbvio que o leitor ou leitora está se fazendo a seguinte pergunta: O que é tradição para Amadeu Amaral? Nosso folclorista não responde diretamente, mas nitidamente percebe-se que associa tradição com civismo, patriotismo e nacionalismo. Segundo Amaral, um “povo como o nosso” precisa criar uma “...cultura sistemática do sentimento nacional, cultura que não dispensa o concurso da tradição...”.²⁶⁸

Ao desenvolver uma tradição que valoriza, porque nacionaliza, a cultura do Brasil, o folclore termina prestando um serviço à nação, visto que desperta no público:

“...um vivo e carinhoso interesse por estas coisas nacionais, já fornecendo à literatura e a arte brasileira um repertório de assuntos, de sugestões e de motivos brasileiros, já, finalmente pondo à disposição dos nossos educadores um precioso instrumento de ação nacionalizadora”.²⁶⁹

Um exemplo direto, demonstrado pelo próprio Amadeu Amaral, de como os estudos folclóricos podem ter um “poder excepcional” para ajudar o país a se autoconhecer ocorre quando, uma “canção do povo”, uma “história de criança” ou uma “usança” é aprendida na escola. Segundo o nosso folclorista se esta canção, usança ou história for bem ensinada pelo professor com certeza aqueles “materiais folclóricos” acabaram gerando uma conexão do:

²⁶⁷ Ver capítulo 1, Parte 1.4. P. 44-45.

²⁶⁸ Amaral, Amadeu; *Uma tarefa a executar*; SP; O Estado de S. Paulo; 22-27/05/1925. In. Op. Cit. P. 32.

²⁶⁹ Amaral, Amadeu; *Uma tarefa a executar*; SP; O Estado de S. Paulo; 22-27/05/1925. In. Op. Cit. P. 33.

“...indivíduo com a sua terra e sua gente e as emoções e as evocações que as acompanham, sendo, as mais intimamente pessoais, são ao mesmo tempo profundamente sociais; dão-nos o sentimento agudo da nossa personalidade, no que ela tem de mais nosso e mais recôndito, e dão – nos a percepção do irresistível enlaçamento que nos conjuga ao torrão nativo (...) Nada, pois pode ultrapassar o poder, digamos, nacionalizador, da tradição”²⁷⁰

Após o discurso *Uma tarefa a executar*, Paulo Duarte acrescenta que, a resposta da Academia Brasileira de Letras foi um silêncio de mais ou menos seis meses. Somente em 5 de novembro de 1925 foi apresentado um parecer favorável à proposta de Amadeu Amaral. Este documento tinha como relatores os acadêmicos Gustavo Barroso e João Ribeiro.²⁷¹

Barroso e Ribeiro inicialmente reforçam a idéia de Amaral de que as lendas, a poesia, o romanceiro, as superstições, os jogos, as cantigas infantis e “os mitos nacionais e as rondas” tem sido coletadas da tradição oral “sem inventário metódico” e, explicam os imortais acima citados, assim sucede por falta de um “aparelho receptor” que organize a formação do folclorista. Para aqueles acadêmicos o folclore é fundamental porque ele torna visível “...a nossa porção invisível que é todavia, o que mais prepondera em nossos destinos”.²⁷²

Nesse sentido, é possível observar que estudar e coletar manifestações folclóricas, para Ribeiro e Barroso, é trazer todo um “subconsciente espiritual” produzido pelo “povo brasileiro” mais “original”. Mas, ressaltam, só será possível tornar visível à parte invisível de nossa cultura se for criada uma instituição que corrija e transforme folcloristas amadores em profissionais cuja produção “esparça e desigual” gera:

²⁷⁰ Amaral, Amadeu; *Uma tarefa a executar*; SP; O Estado de S. Paulo; 22-27/05/1925. In. Op. Cit. P. 31-32.

²⁷¹ Duarte, Paulo; *Amadeu Amaral*; SP; Progresso; 1948. P. 37

²⁷² Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 37-38

“Defeitos de tal ordem que reclamam a crítica severa que sabe respigar, escolher e joeirar, apurando a verdade escoimando-a de interpolações absurdas e inconscientes. Como, porém, instituir essa crítica sem o concurso de um órgão disciplinador e capaz? Essa tarefa pensa Amadeu, cabe á Academia (...) É uma idéia encantadora e feliz...”²⁷³

Apesar do parecer sinalizar favoravelmente para a proposta de Amadeu Amaral esta nunca foi levada adiante. Não foi encontrado nenhum documento de algum acadêmico da ABL com críticas a proposta, mas como a idéia não prosperou existem elementos para pensar que, realmente, só os folcloristas – acadêmicos Gustavo Barroso e João Ribeiro apoiaram Amadeu Amaral. Mas quem terão sido estes dois intelectuais?

Gustavo Dodt Barroso nasceu em Fortaleza – CE, em 29 de dezembro de 1888 e faleceu no Rio de Janeiro – RJ, em 3 de dezembro de 1959. Na Academia Brasileira de Letras ocupou a cadeira número 19 a partir de 8 de março de 1923. Sua obra é muito vasta, mais de 128 livros, que abrange história, folclore, ficção, biografias, memórias, política, arqueologia, museologia, economia, crítica, ensaio e poesia. Sobre folclore publicou inúmeros artigos e os livros *Terra do Sol: Natureza e costumes do Norte* (1912), *Ao som da viola* (1921), *O sertão e o mundo* (1924) e *Através dos folclores* (1927).²⁷⁴

Além disso, Barroso bacharelou-se em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro; foi redator do *Jornal do Ceará* (1908-1909), e do *Jornal do Comércio* (1911-1913); professor da Escola de Menores da Polícia do Distrito Federal (1910-1912); secretário da Superintendência da Defesa da Borracha (1913); secretário do Interior e Justiça do Ceará (1914); diretor da revista *Fon – Fon* (a partir de 1916); deputado estadual

²⁷³ Duarte, Paulo; Op. Cit. P. 37

²⁷⁴ Cascudo, Luís da Câmara; Dicionário do Folclore Brasileiro; Brasília, Instituto Nacional do Livro; 1972. 3º edição. P. 424

pelo Ceará (1915-1918); diretor do Museu Histórico Nacional (a partir de 1922) e participou do movimento integralista, mantendo-se fiel a esta doutrina até sua morte.²⁷⁵

O outro acadêmico que apoiou Amadeu Amaral foi João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes ou, simplesmente, João Ribeiro que nasceu em Laranjeiras – SE, em 24 de junho de 1860 e faleceu no Rio de Janeiro – RJ, em 13 de abril de 1934. Ribeiro se dedicou ao jornalismo e ao magistério a partir de 1881. Trabalhou nos jornais *Época* (1887-1888); *Correio do Povo* (1888-1889); entre 1895 e 1925 no *Jornal do Comércio*, *Jornal Dia e O Comércio de São Paulo*; além da revista *A Semana*, nesta ao lado de Machado de Assis, Lúcio de Mendonça e Rodrigo Otávio. Como professor deu aula no Colégio Pedro II, na cadeira de História Universal e na Escola Dramática do Distrito Federal.²⁷⁶

Na Academia Brasileira de Letras ocupou a cadeira número 31 a partir de 8 de agosto de 1898. Nessa instituição fez parte de numerosas comissões, entre as quais a Comissão do Dicionário e a Comissão de Gramática e foi um dos principais promotores da reforma ortográfica de 1907. A maior parte de sua obra é sobre filologia, a parte acerca do folclore se resume a uma série de conferências sobre este assunto realizadas na Biblioteca Nacional, em 1913 e um livro, bastante citados por diferentes folcloristas, intitulado *O Folclore – estudos de literatura popular* (1919).²⁷⁷

Além de terem apoiado a proposta de Amadeu Amaral que consistia em transformar a ABL em um centro nacional de coleta de folclore, o que tinham esses homens em comum? Amaral e Ribeiro tinham em comum os anos de dedicação aos estudos dialetais e de filologia, já Barroso, um integralista, parece ter em comum apenas o fato de também ser

²⁷⁵ www.biblio.com.br/conteudo/biografias/gustavobarroso.htm; 08/09/2006.

²⁷⁶ www.biblio.com.br/conteudo/biografias/joaoribeiro.htm; 08/09/2006.

²⁷⁷ Cascudo, Luís da Câmara; *Dicionário do Folclore Brasileiro*; Brasília. Instituto Nacional do Livro; 1972. 3º edição. P. 466.

pesquisador de folclore. Na verdade, pode-se especular que ao terem defendido a proposta de Amadeu Amaral ambos parecem estar desejando dar uma nova direção a Academia ou um novo papel para aquela instituição que seria pesquisar as manifestações populares.

No final de 1925, especificamente entre setembro – outubro, Amadeu Amaral publicou no jornal *O Estado de S. Paulo* um artigo chamado *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo* onde lamentava pela Academia Brasileira de Letras não ter acatado sua proposta, mas também, onde propõe a fundação de uma instituição que realizasse a tarefa que a Academia se negou. No início do artigo, Amaral mostra que a ABL teria feito um “bem ao país e a si mesma” se tivesse centralizado os nossos estudos de folclore, animando-os e/ou orientando-os. Porém:

“...a Academia, ou porque a minha mofina eloquência não lograsse movê-la, ou porque a matéria não lhe desperte nenhum entusiasmo, ou porque julgue que não lhe compete entrar nesse domínio, seja enfim pelo que for, nada fez nem fará no sentido indicado”²⁷⁸.

Entretanto, o próprio Amadeu Amaral informa que seu apelo não foi em vão pois, em São Paulo, existem “...alguns espíritos convencidos como eu da importância destes estudos e da conveniência que haveria em se intensificarem e disciplinarem.”²⁷⁹ Amaral acrescenta que estas demonstrações de apoio foram tão intensas que terminou por o animar “...a esperar que ainda surjam, se não no Rio, em outros pontos, associações destinadas a representar, em escala menor, o papel que eu indicava à Academia”²⁸⁰.

²⁷⁸ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 - 6/11/1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; 1948. P. 49

²⁷⁹ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 - 6/11/1925. In. Op. Cit. P. 49-50.

²⁸⁰ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 - 6/11/1925. In. Op. Cit. P. 50.

Do alto dos seus cinquenta anos de vida, Amadeu Amaral afirma estar convencido de que a Sociedade Demológica (SD) não deve ter um programa “comprido e complicado” e “muitos estatutos e publicidade” pois, segundo nosso folclorista, isso gera discussões, depois rivalidades e por fim o imobilismo e posterior fim da instituição. Para Amaral, a formula para se fazer esta *Sociedade* ter vida longa e útil seria limitando o seu programa a poucos objetivos, visto que, desse modo se proscreeve “...para sempre o erro de querer atrair ‘cavalheiros brilhantes’ que emprestam [apenas] realce exterior à associação”.²⁸¹

Durante o artigo em questão, Amadeu Amaral demonstrava excessiva preocupação com a durabilidade e a funcionalidade da instituição que deseja criar, Amaral também afirmava repetidas vezes que deveria ficar claro e nítido para todos que desejassem entrar para a Sociedade Demológica que “...há um certo número de coisas bem determinadas para se executarem; e quem não se sentir com jeito ou vontade, logo verá que nada tem que fazer lá dentro, porque não há campo onde se possa mover a seu talento as fantasias pessoais de cada um”²⁸²

Qual, porém, o programa que deve ter a Sociedade Demológica? Perguntava, no artigo, Amadeu Amaral. O próprio responde, linhas depois, que a maior dificuldade é de “natureza teórica”. O domínio do folclore, esclarece, não está bem delimitado, desse modo, ficava uma pergunta: Deve a *Sociedade* formular uma teoria sobre folclore? A resposta de Amaral foi:

“...a associação não deve preocupar-se com certos problemas teóricos (...) porque isto lhe embaçaria desde logo os movimentos na preocupação dos seus fins, que devem ser nitidamente práticos; mas é claro que cada associado, individualmente, fica livre o direito de teorizar a sua vontade, nos seus trabalhos pessoais”.²⁸³

²⁸¹ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 – 6/11/1925. In. Op. Cit. P. 51

²⁸² Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 – 6/11/1925. In. Op. Cit. P. 51.

Ao se negar a formular uma teoria sobre folclore ou que tipo de folclore devia ser debatido e coletado Amadeu Amaral nitidamente está tentando despolitizar a questão. Na verdade, percebe-se que ele tomou esta posição a fim de evitar o malogro de mais uma proposta sua. Por isso propõe que a *Sociedade* circunscreva-se única e simplesmente a coletar materiais e em arquivá-los com certa ordem e método. Amaral chega a elaborar um plano, pretensamente neutro, que serviria de guia para todos os folcloristas que se tornarem sócios. O extenso guia pode ser visto nas páginas a seguir.

²⁸³ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 - 6/11/1925. In. Op. Cit. P. 53

A seguinte sinopse parece-me satisfazer a ambos os fins:

I — POESIA, MÚSICA E DANÇA

- 1) RECITATIVO. (Certas peças em versos, destinadas de intenção poética, como as fórmulas mnemónicas, esconjuros, orações, etc., embora podendo interessar a um estudo approfondido da poesia popular, devem ser remetidas a outras secções).
- 2) CANTO EM ACÇÃO (o que se usa durante certos actos individuais ou colectivos, formando indissoluvelmente corpo com êsses):
 - a) — Cantigas de berço.
 - b) — Cantigas rituais (folias do Divino, lavagem de S. João, etc.).
 - c) — Cantigas cerimoniaes (como as de banquete, as de casamentos, as de loutor e outras, contendo geralmente alusões a pessoas, coisas e actos presentes).
- 3) CANTO-DANÇA (Danças religiosas, danças profanas, rondas infantis).
- 4) CANTO AUTÓNOMO (o que se manifesta independentemente de quaisquer práticas ou cerimónias especiais).

II — NARRAÇÕES

- 1) CONTADAS COMO VERDADEIRAS (lendas):
 - a) — de protagonistas divinos ou divinizados;
 - b) — sobre almas penadas, espíritos, séres fantásticos;
 - c) — sobre animais, plantas, coisas inanimadas, accidentes geográficos, etc.
 - d) — de protagonistas humanos;
 - e) — sobre poços, raças, acontecimentos históricos.
- 2) CONTADAS POR MERO PRAZER:
 - a) — maravilhosas (histórias de fadas, de personagens anormais, etc.);
 - b) — anecdóticas (contos escatológicos, historietas de bichos, historietas humorísticas relativas à religião e ao Além, casos ridiculos, histórias de caçadores, de mentirosos, de tipos engraçados, etc.);
 - c) — mnemónicas (compostas como para exercicio de memória) e outras.
- 3) ANEXOS:
 - a) — burlas de contadores (histórias que ficam em suspenso, casos que se repetem indefinidamente, contos-armadilhas, etc.);

- b) — fórmulas iniciais e finais de contos, fórmulas de transição;
- c) — crendices e práticas de contadores (exemplos: não contar durante o dia; horas e lugares preferidos; eufemismos para evitar a pronúncia de certos nomes).

III — LINGUAGEM POPULAR

- 1) DITADOS E PROVÉRBIOS
- 2) FRASES FEITAS (chover no molhado, cair no laço, bom como outro, casa de Gonçalo, etc.).
- 3) MODISMOS (locaes e regionais).
- 4) MOTEJOS (alusivos a nacionalidades, raças, profissões, etc.).
- 5) ARREMESSILHOS (Ex.: A como vende a farinha? — Olhe o rabicho!).
- 6) RÉPLICAS ("Nada" é peixe. — Que é isso? É chourriço. — Dobre a língua, etc.).
- 7) COMENTÁRIOS SINTÉTICOS (Ora, veja! — Esta é de floriões. — Faça cócega).
- 8) NOMES:
 - a) — alcunhas de povoados e habitantes;
 - b) — nomes de lugares e accidentes geográficos;
 - c) — nomes e alcunhas de pessoas e famílias;
 - d) — nomes próprios de animais;
 - e) — nomes próprios de coisas;
 - f) — nomes especiais de séres animados e inanimados (gato = Romão; cacete = S. Benedicto).
- 9) SIMBOLOS (marcas de propriedades, de fabrico, de posse; sinais de perigo; significados de flores, etc.).
- 10) MÍMICA (movimentos expressivos).
- 11) LINGUAGEM CRIPTOLÓGICA (de corporações, de grupos, etc.).
- 12) TRAVALLINGUAS (frases de pronúncia difficil).
- 13) ADIVINHAS (e outros problemas).
- 14) PERGUNTAS — ARMADILHAS.
- 15) FÓRMULAS IMITATIVAS E INTERPRETATIVAS (de pregões, frases latinas, vozes de animais, dobres de sinos, etc.).

IV — TÉCNICAS E ARTES

- 1) CONSTRUÇÃO (habilidades e mais dependências; capelas; embarcações; carros; molhos e monjolos).

- 2) ARTEFACTOS (tecidos, chapéus, calçados, arreios, cerâmica, rendas e bordados, instrumentos e aparelhos de caça, jóias, etc.).
- 3) DESENHO, PINTURA E ESCULTURA.

V — A CASA E A INDUMENTARIA

- 1) A CASA: móveis, utensílios, adorno; o jardim, a horta, o pomar, a criação mítica, os brinquedos.
- 2) A INDUMENTARIA: traços característicos de regiões e de classes; apetrechos de vestuário; objectos ligados ao vestuário.

VI — ACTOS COLECTIVOS

- 1) TRABALHOS (costumes relativos aos —)
- 2) CERIMÓNIAS DE PASSAGEM (batismo, casamento, enterro, visitas, etc.).
- 3) FESTAS CALENDÁRIAS.
- 4) RESPONSOS, NOVENAS, ROMARIAS (aspectos profanos e sociais).
- 5) JOGOS (de dados e cartas, esportivos, carreiras, etc.).
- 6) CAÇADAS E PESCARIAS.

VII — ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS.

VIII — CRENÇAS E OBSERVÂNCIAS.

1) RELIGIAO:

- a) — práticas relativas aos dogmas e preceitos da Igreja;
- b) — devoções especiais (Virgem Maria, Santa Cruz, os santos, os anjos);
- c) — promessas, ex-votos, milagres;
- d) — igrejas, capelas, oratórios, cruzeiros, imagens;
- e) — orações, especiais; breves, patuás, verónicas.
- f) — o inferno e o diabo.

2) MITOS.

3) MAGIA e FEITICARIA.

- 4) APARIÇÕES e outras manifestações maravilhosas (traços, duendes, animais fantásticos, assombrações, etc.).

- 5) SUPERSTIÇÕES (coisas funestas; coisas propícias; amuletos; palavras e sinais cabalísticos, etc.)..

IX — DIREITO POPULAR

(Normas e sanções estabelecidas pelos costumes para regular diversas relações da vida social. Exemplos: praxes referentes ao uso de caminhos e águas, cerimónias para fecha-

mento de negócios, regras para prevenir ou resolver questões em caçadas, pescarias, jogos, carreiras, etc.).

X — SABER POPULAR

- 1) MEDICINA E VETERINARIA (matéria médica; remédios e aparelhos; magia preventiva e curativa; benzeduras; explicação e nomes de moléstias, etc.).
- 2) AGRICULTURA E CRIAÇÃO.
- 3) ASTRONOMIA E METEOROLOGIA (idéas sobre os astros, os cometas, o bom e o mau tempo, o arco-íris, as estrelas cadentes, etc.).
- 4) ZOOLOGIA (idéas sobre a geração e a vida de animais, sobre as formas, os costumes, os instintos, sobre a origem de certas espécies; nomenclatura, etc.).
- 5) BOTANICA ("mutatis mutandis", os mesmos exemplos que para os animais).
- 6) GEOLOGIA E MINERALOGIA (idéas sobre os metais, as pedras, as terras, as águas, as montanhas, as minas). ETC.

XI — ESCRITOS

- 1) LITERATURA DE CORDEL.
- 2) FOLHAS IMPRESSAS.
- 3) MANUSCRITOS.
- 4) INSCRIÇÕES.

Como o próprio leitor(a) deve ter percebido o guia proposto apresenta limites fluidos e uma abrangência enorme. Isto, claramente, é proposital pois Amaral tem o interesse de aliciar folcloristas de todas as partes do país. Desse modo, a *Sociedade* não seria uma instituição restrita a São Paulo. No tocante ao abrangente guia, a única recomendação feita por Amaral é que os folcloristas limitem o campo da pesquisa ao seu município e que sejam fiéis e exatos em seus relatos. Segundo o autor d' *O Dialeto Caipira*

“Vale muito mais um pequeno número de apanhados meticulosamente exatos do que todo um montão de notas conjecturais e lacunosas de segunda mão, sem circunstâncias certas de lugar e de tempo”²⁸⁴

Quando Amaral estabelece que os folcloristas devem ter como critério a exatidão e a fidelidade é para que o trabalho de campo não fique apenas limitado a uma face das manifestações populares que estão sendo estudadas. Nas palavras dele mesmo “Os fatos (...) não se apresentam como **superfície**, mas como **volume**, o que quer dizer que tem várias faces”²⁸⁵ (grifos do autor). Nesse aspecto, os folcloristas brasileiros “...geralmente os encaram por uma só face, descurando as demais, muitas vezes como se não existissem”.²⁸⁶

O exemplo dado por Amadeu Amaral esclarece o assunto sobre o que significa “superfície”, “volume” e “face”. Explica Amaral que as coletâneas de poesia popular são, em sua maioria, coletadas como se fossem apenas uma mera coleção de versos. Isto é errado e significa coletar com exatidão e fidelidade apenas à *superfície*. Pesquisar o *volume* das manifestações populares e suas *faces* é compreender que a poesia popular não se separa

²⁸⁴ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 – 6/11/1925. In. Op. Cit. P. 59.

²⁸⁵ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 – 6/11/1925. In. Op. Cit. P. 59

²⁸⁶ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 – 6/11/1925. in. Op. Cit. P. 59

da música e que esta “...por sua vez está freqüentemente ligada a dança, numa troca de ações e reações: o tipo da dança determina o tipo da música, o ritmo desta e dos versos ajudam a conservar as formas de dança, etc.”²⁸⁷

Algumas páginas atrás, ao citar Amaral, foi registrado que, em São Paulo, “alguns espíritos” aplaudiram e aprovaram a idéia de uma Sociedade Demológica (SD). Mas, quem apoiou a SD? A instituição teve futuro? A resposta para a primeira pergunta não é fácil pois faltam fontes. Paulo Duarte, em livro largamente citado, insinua que o *Grupo Estadinho*²⁸⁸ o apoiou, contudo, não revela se foram todos ou uma parte dele. Amadeu Amaral só cita duas pessoas: Paulo Gonçalves e Paim Vieira.

Quase nada foi encontrado sobre estes dois homens e nada sobre que tipo de ajuda eles deram para Amaral. As poucas informações encontradas mostram que Paulo Gonçalves nasceu em Santos, em 1897 e morreu, na cidade portuária, em 1927. Ele era poeta e teatrólogo e colaborava regularmente n’ *O Jornal* de Vicente de Carvalho, amigo de Amaral, e escrevia com assiduidade nas revistas *A Cigarra* e *A Vida Moderna*²⁸⁹. É autor de inúmeras peças de teatro como *A comédia do Coração*, *O Cofre* e *As mulheres não querem algumas*.²⁹⁰ Quanto a Antônio (?) Paim Vieira a única informação obtida foi de que ele era um artista plástico nascido na data de 1895 e morto em 1988.²⁹¹

Diante a falta de fontes devemos considerar que independente de quem apoiou a Sociedade Demológica, ela nasceu como uma proposta e morreu como tal. Mas, por quê? Uma das respostas possíveis é que após ter presenciado o malogro da Sociedade de Estudos

²⁸⁷ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 – 6/11/1925. In. Op. Cit. P. 59.

²⁸⁸ Ver composição do *Grupo Estadinho* no Capítulo 1, Parte 1.3. P 29.

²⁸⁹ Sobre Vicente de Carvalho consulte o Capítulo 1, Parte 1.2, P 23 e acerca das revistas *A Cigarra* e *A Vida Moderna* consulte também o Capítulo 1, Parte 1.2, P 23-24.

²⁹⁰ www.novomilenio.inf.br/cultura/cult028.htm 15/09/2006.

²⁹¹ www.novomilenio.inf.br/cultura/cult028.htm 15/09/2006.

Paulistas e receber uma negativa da ABL, Amadeu Amaral desejava que a SD desse certo e para evitar um fim precoce achou correto evitar discussões que na sua opinião desagregavam, mas que eram fundamentais para a época, tais como: O que é folclore? Para que serve o folclore? ou Qual tipo de “povo” será alvo das coletas? O fato é que ao evitar discutir, dentro da Sociedade Demológica²⁹², estas questões ele a tornou vazia de conteúdo e sem sentido. Logo, a SD não floresceu e mais um sonho de Amadeu Amaral morreu.

Este insucesso lhe deixou marcas, já que, no final do ano de 1925, Amaral publicou um artigo, provavelmente no jornal *O Estado de S. Paulo*, chamado de *Bons sintomas e boas novas*. Infelizmente não foi identificado o mês, mas com certeza foi escrito após *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*. Em *Bons sintomas...* Amaral lamenta, profundamente, o fracasso pela não fundação da Sociedade Demológica pois,

“Com apenas dois ou três anos de ação regular, bem organizada, sem necessidade de febres e atropelos, a associação teria reunido elementos fartos, para uma série de publicações interessantíssimas, ricas de verdades exatas acerca da nossa terra e da nossa gente e mais ricas ainda de ensinamentos e sugestões para a sociologia brasileira, para todo o pensamento que lavra a gleba das questões nacionais, e também para a literatura e para a arte. Isso sem falar no interesse puramente científico, geral e inactual, da tarefa.”²⁹³

PARTE 4.4: POESIA DA VIOLA E POESIA DO VIOLÃO.

Nessa parte discutiremos como Amadeu Amaral concebeu e formulou o nascimento de uma cultura nacional. Para tal, serão de fundamental importância três artigos escritos por nosso folclorista no decorrer da década de 1920. O primeiro artigo se chama *Poesia da Viola* e foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em 21/11/1921. O segundo se intitula

²⁹² Deve-se ressaltar que Amaral discutiu aquelas questões, mas em outros momentos.

²⁹³ Amaral, Amadeu; *Bons sintomas e boas novas*; 1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P. 292.

A *poesia nativa do nosso povo* sendo lido no Conservatório de Música de São Paulo em 17/09/1925. O terceiro com o título de *A poesia popular em São Paulo* foi publicado n' *O Estado de S. Paulo* entre abril e maio de 1929.

Em *Poesia da Viola* (1921), Amadeu Amaral discute a poesia popular e, algo típico de folclorista, procura traçar suas origens (Popular ou erudita? Nacional ou estrangeira?). O importante é que na busca por aquela origem, Amaral acaba tecendo considerações sobre o “povo”. A “poesia popular brasileira”, segundo o autor, possui duas faces. A primeira é a poesia do violão praticada nas cidades e fortemente impregnada de literatura, teatro e livreiros. Esta poesia é a dos “...trovadores de esquina, dos palhaços – trovadores, dos músicos – poetas cujo talento se abre ao calor das tocadadas por tabernas de bairro e bailaricos de arrabalde”.²⁹⁴

A outra face da “poesia popular brasileira” é a poesia da viola recitada no campo e muito mais “singela e original” porque obedece, segundo Amaral, a normas “muito suas” e que pouco variam. Além disso não está impregnado por nenhum “ressaibo de literatura”. É a poesia “...dos tropeiros, dos carreiros, dos boeiros, dos trabalhadores da roça. É a poesia do fandango, das noites de S. João em roda de fogueiras, dos puxirões e bandeiras do Divino, dos resposos e dos pagodes”.²⁹⁵ A poesia da viola é a única, em São Paulo, para Amaral que “...se possa dizer genuinamente popular”.²⁹⁶

De acordo com o autor, a poesia da viola se divide em dois tipos: moda e trova. O próprio Amaral afirma que não existem grandes diferenças no tema – ambas falam de amor, festas, casamentos etc e na estrutura – ambas usam versos de cinco ou sete sílabas. A diferença se encontra na origem, pois a moda é brasileira e a trova é portuguesa. Nas palavras de Amaral: “A **nossa** poesia, como já ficou dito, é a moda. A moda é a brasileirinha filha

²⁹⁴ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Amaral. Amadeu; Tradições Populares; SP; Progresso; 1948. P. 70

²⁹⁵ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 70.

e neta de brasileiros, harmônica, integrada na paisagem: a trova é a menina lusitana de arrecadas e tamanquinhos, ou a mestiça ainda muito saída do pai.”²⁹⁷ [grifos do autor].

Neste momento do texto se torna saudável realizarmos algumas perguntas com respostas rápidas. Dessa maneira, vamos lá: Se a poesia da viola, em forma de trova, é lusitana por que Amadeu Amaral a coloca no mesmo patamar da moda? Porque a trova mesmo não sendo “exclusivamente roceira” se localiza em toda parte. Mas, porquê? Por que o “...caipira (...) as conserva; do meio dos caipiras é que, em regra, elas extravasam”.²⁹⁸

Após estas palavras, Amadeu Amaral mostra algumas poesias colidas “no coração de São Paulo”, ou seja, as cidades de Itu, Porto Feliz, Capivari, Piracicaba, Tiete, São Sebastião da Gramma e outras – todas pertencentes ao Quarto Distrito eleitoral paulista e terra natal de Amaral e de, seu primo, Cornélio Pires. Nesse sentido, após mostrar as poesias, Amaral tece a seguinte conclusão:

“Do exposto (...) se pode tirar, desde logo, dos estudos do nosso cancionero: a trova popular de S. Paulo, e portanto do Brasil, não é senão uma lenta evolução da trova popular portuguesa, quando não é a própria trova popular portuguesa conservada com ligeiríssimas alterações. Dá-se nesta matéria o mesmo que se dá com a língua. A linguagem do nosso caipira é uma adaptação da antiga linguagem popular portuguesa, da qual conserva intactos, ou quase intactos, muitos elementos arcaizados. Num e noutro caso, a nossa obra tem sido mais de nacionalização do que de criação”.²⁹⁹

Neste momento, ano de 1921, já existem elementos para se pensar que o “povo” para Amadeu Amaral é o habitante das zonas rurais, ou seja, os caipiras pelo fato deles nacionalizarem os “costumes” ou as influências estrangeiras. No caso específico da poesia popular aquela nacionalização pode ser medida pelo estado constante de mutabilidade das obras poéticas. Segundo Amaral: “Uma quadra nunca se cristaliza numa forma definitiva, sofre

²⁹⁶ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 70

²⁹⁷ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 79

²⁹⁸ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 79.

continuas alterações para melhor e para pior (...) Cada um dos seus elementos (...) se modifica sem cessar”.³⁰⁰

Amadeu Amaral considera que é através do estudo dos contos e lendas, rezas e esconjuros, advinhas e jogos infantis, parlendas e frases feitas, ditados e crendices, isto é, das manifestações do “espírito popular” que podemos descobrir o verdadeiro Brasil e/ou o que nos temos de mais nosso. Desse modo, é aquele espírito que:

“...revela-nos alguma coisa positiva acerca do caráter do povo, ajuda-nos a compreender sua mentalidade, suas tendências atuais, boas ou más, a conservar ou a corrigir, as possibilidades da sua inteligência e da sua energia, seus contentamentos e tristezas, suas aspirações modestas e suas queixas resignadas”³⁰¹

Essa característica da poesia popular, escreve Amadeu Amaral nas últimas páginas desse seu artigo, é uma razão de sobra, boa, honesta e sólida para que todos leiam e investiguem a produção folclórica no Brasil, já que “...essas tradições são a melhor porção do protoplasma espiritual em que se modela a consciência do povo”³⁰² e também, acreditava Amadeu Amaral “...porque são partículas sagradas da própria essência da nacionalidade, da alma da pátria”.³⁰³

Praticamente quatro anos após ter escrito e publicado *Poesia da Viola*, Amadeu Amaral dava uma palestra no Conservatório de Música de São Paulo, em 17/09/1925, intitulada *A poesia nativa do nosso povo*. Esta conferência foi, mais tarde, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* no decorrer do mês de outubro daquele ano. No artigo, Amaral discute o valor da poesia popular e a importância que seu estudo tem para o realce do “autêntico povo brasileiro”.

²⁹⁹ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 83

³⁰⁰ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 86

³⁰¹ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 67.

³⁰² Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 91.

³⁰³ Amaral, Amadeu; *Poesia da Viola*; SP; O Estado de S. Paulo; 21/11/1921. In. Op. Cit. P. 91

Nos últimos tempos, nos conta Amadeu Amaral, a poesia popular tem atraído toda sorte de estudiosos da “literatura popular” e isto está ocorrendo em quase todos os países do mundo. Nesse ponto, obviamente, devemos realizar uma singela, simples e rápida pergunta: Por que? Porque, segundo Amaral, a poesia popular apesar da quantidade de temas sobre o amor, religião etc, no fim, termina mostrando as misérias da “gente humilde”, as desigualdades e injustiças, os costumes e hábitos, suas crenças e atitudes e principalmente, refletem, a “mentalidade coletiva” do nosso “homem da roça”. Ou seja, a poesia popular

“...não esquece o mundo real: ao contrário, reflete a cada momento aspectos e traços do ambiente natural e social que o cerca, revelando agudas faculdades de observação particularizada, adistrita a pequenas coisas concretas e sensíveis”.³⁰⁴

No estudo ou artigo anterior Amadeu Amaral dividiu a poesia popular em da viola (rural) e do violão (urbana). Em *A poesia nativa do nosso povo*, Amaral cria a dicotomia nacional versus estrangeiro e, também, uma nova nomenclatura. Em 1925, ele trabalha com a divisão poesia tradicional versus poesia nativa. Sobre o primeiro tipo de poesia, nosso autor, afirma compor-se de cantos religiosos, mais ou menos, fielmente conservados de longa data e em grande parte ainda com um forte sabor “estrangeiro ou colonial”. Ao lado dessa corrente poética secular, Amaral acreditava que existia:

³⁰⁴ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P. 103.

“...a corrente nova, nativa, criadora, sustentada pela rústica fantasia dos poetas do sertão. Está e, para nós, a vários respeitos, a mais curiosa e a mais digna de estudo. Aí vemos o povo, não satisfeito de repetir velhas relíquias a sua memória ou de seguir passivamente a trilha das inspirações, dos motivos e das fórmulas importadas, mas dando largas a sua própria veia e fazendo coisa tipicamente brasileira, nutrida de húmus nacional, adaptada ao ambiente como as nossas bromélias, as nossas palmeiras e os nossos enrolados cipoais.”³⁰⁵

Para Amadeu Amaral, em São Paulo, quem não segue “passivamente as trilhas das inspirações” mas, faz “coisa tipicamente brasileira” são os “...numerosos poetas caipiras que compõem ao som da viola os seus toscos poemets, que depois lançam na circulação cantando-os nas reuniões e patuscadas do bairro”.³⁰⁶ Contudo, Amaral acredita ser deveras importante marcar uma outra diferença, pois existem duas. Uma, já analisada, é aquela que ocorre entre poesia tradicional e nativa. A outra se dá entre a “poesia urbana” e a “poesia de verdade”.

A poesia urbana, na opinião de Amadeu Amaral, é literária ou semi-literária e trabalha as suas canções conforme as regras da arte mais culta. Já a poesia de verdade se trata de “uma genuína floração sertaneja” com origens e “tendências próprias e autônomas”. Segundo Amaral quem quiser saber onde está a nossa poesia deve seguir o conselho de Sílvio Romero que escreveu:

³⁰⁵ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Op. Cit. P. 102

“Se vocês querem poesia, mas **poesia de verdade** entrem no povo, metam-se por aí, por estes rincões, passem uma noite no rancho, à beira do fogo, entre violeiros, ouvindo trovas ao desafio. Chamem um cantador sertanejo, um desses caboclos destorcidos, de alpercata e chapéu de couro, peçam-lhe uma cantiga. Então, sim.

Poesia é no povo. Poesia para mim é água que se refresca a alma, e esses versinhos que por aí andam, muito medidos, podem ser água mas de chafariz, para banhos mornos em bacia, com sabonete inglês e esponja. Eu para mim quero águas fartas – rio que corra ou mar que estronde.”³⁰⁷ [grifos de Amadeu Amaral]

De acordo com Amadeu Amaral a parte as questões estéticas e sentimentais, a poesia popular deve interessar-nos porque está poesia “...assume um sério valor documental acerca do espírito, das tendências, dos costumes das nossas populações rurais (...) que são a infra – estrutura da nacionalidade”³⁰⁸ Ressalta-se que o artigo antes de ser publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* foi uma conferência para o Conservatório de Música onde se estuda música clássica, mas onde estão estudantes que futuramente serão músicos e /ou musicistas. Por isso, Amaral lembra “...aos brasileiros cultos que (...) sobre a mentalidade dessa nossa gente, não podem encontrar melhor documentação do que aquela que é fornecida pela sua literatura oral, especialmente pela sua poesia”.³⁰⁹

Dirigindo-se aos alunos e mestres do Conservatório de Música, Amadeu Amaral critica a falta de estudos científicos sobre o nosso folclore, segundo o palestrante, vive-se um pleno e caótico empirismo e entre a impressão pessoal e a verificação metódica não existe conhecimento regular. É por isso que existem as mais disparatadas e diferentes opiniões

³⁰⁶ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Op. Cit. P. 109.

³⁰⁷ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In.. Op. Cit. P. 100.

³⁰⁸ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Op. Cit. P. 119.

³⁰⁹ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Op. Cit. P. 119-120.

“...acerca do pobre Jeca – um trapo, segundo alguns; uma rocha, segundo outros; ao mesmo tempo, um rebotalho humano, sorna, mole, incapaz, idiotizado, e um ser admirável, sóbrio, paciente, bom, honesto, inteligentíssimo, empreendedor, heróico...E a verdade não dá um passo adiante”.³¹⁰

Estas discussões terão fim, acreditava Amadeu Amaral, quando forem feitas investigações orientadas por métodos rigorosos, baseados na “inabalável impassibilidade científica”. Amaral acreditava e desejava convencer o Conservatório de Música de São Paulo que no dia em que realizarmos pesquisas de abrangência nacional com critérios científicos, nesse dia, segundo o conferencista, teremos dado:

“...um passo, um passo largo e definitivo para o conhecimento exato da nossa gente, principalmente se a literatura oral juntássemos a música, as danças e as festas, os cerimoniais, todas as práticas costumarias, as artes decorativas, todas as artes no seu sentido mais geral”³¹¹

Deste modo, acrescenta Amadeu Amaral, com uma larga documentação em mãos “...o folclore, permitir-nos-ia antes de mais, traçar no mapa do Brasil as zonas onde predominam certos gêneros, certos temas, certas formas, certas modalidades de poesia, de narração, de música, de desenho, de costumes etc”.³¹²

No artigo *A poesia popular em São Paulo* (1929), Amadeu Amaral retoma alguns assuntos propostos e debatidos nos dois trabalhos citados anteriormente. Um exemplo: a retomada da divisão poesia da viola versus poesia do violão. Entretanto, este artigo, propõe novas questões e debate, mais profundamente, outras. Aqui é aprofundada uma discussão sobre qual “raça” teria influenciado mais nosso folclore e, quanto à nova discussão presente

³¹⁰ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Op. Cit. P. 121

³¹¹ Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In. Op. Cit. P. 120.

³¹² Amaral, Amadeu; *A poesia nativa do nosso povo*; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925. In.. Op. Cit. P. 120.

no texto, trata-se da procura pelos fatores que mais influenciam o “povo” quando este produz nossas poesias, contos, lendas, danças, músicas etc.

Amadeu Amaral acreditava que eram três os fatores que influenciavam um “povo” durante sua “produção artística”. São eles: a raça, o meio e a época. Para Amaral as “raças brasileiras” são as clássicas, isto é, a portuguesa, a negra e a indígena. Segundo o nosso autor “A verdade é que, se nas lendas, contos, superstições e outros capítulos se percebe a ação psico – étnica do indígena e do negro, com a poesia já não se dá o mesmo”.³¹³ Deste modo, Amaral afirma categoricamente que praticamente não existe influência negra e índia na “obra poética nacional”. Em suas palavras:

“Ninguém descobriu ainda a mínima influência específica e indiscutível, do preto ou do auctóctone, quer nas suas ‘formas’ usuais, quer no seu ‘fundo de idéias’, quer nas suas ‘tendências’ orgânicas. Nem mesmo encontrou até hoje, entre as coisas que o povo canta ou recita, um simples trecho versificado autenticamente originário de uma daquelas duas fontes. E se esse trecho fosse encontrado, não teria grande valor probante. Fatos isolados e superficiais não representam ‘influência’, como verrugas e pintas da pele não tem significação sensível nas condições anatômicas ou fisiológicas de um organismo.”³¹⁴

Deve-se ressaltar e lembrar que, para Amadeu Amaral, é principalmente através da poesia popular – parte mais rica do folclore – que se descobre e se manifesta a “mentalidade” e o “espírito” popular. Logo, desconectar esta poesia da influência das “raças negra e indígena” é atribuir preponderância da “raça portuguesa” que, não custa lembrar, localiza-se na embranquecida Europa.

No entanto, Amaral considerava que aquele predomínio português saiu vitorioso não por ser a “raça forte” mais porque foi sua língua a utilizada pela população nacional.

³¹³ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P. 147

³¹⁴ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929; In. Op. Cit.. P. 147-148.

Por causa da utilização da língua portuguesa os “...versos importados tiveram de sofrer logo uma primeira adaptação à fonética, à morfologia e à sintaxe...”³¹⁵ Como resultado, segundo Amaral, surgiram alterações que “...operam modificações profundas, tentam variantes e desdobramentos, ensaiam novas composições mais ou menos afastadas dos modelos importados.”

³¹⁶

Quanto ao segundo fator que influenciou o “povo” durante sua “produção artística” se trata do meio. Este ocorre, segundo Amadeu Amaral, através do fornecimento de personagens que envolvem animais e plantas da fauna e da flora nacional. Nesse sentido, os exemplos fornecidos pelo próprio autor ajudam a compreender como o meio influenciou o nosso folclore. Vejamos:

O senhor dono da casa,
Cabeça de jacutinga,
Pramor de Deus eu lhe peço
Que corra aqui c’ uma pinga
(Barueri)

Tenho meu pandeiro novo
De couro de tamanduá
Quem toca no meu pandeiro
Tem vontade de cantá
(Tietê)

Eu me chamo tico – tico
E estou no galho trepado,
Cuide lá da sua vida,
No meu não tenha cuidado.
(Perdões)

Eu toquei minha buzina,
O cachorro pegô uiva;
Eu passei capim e mato
E também samanbaía.
(Perdões)³¹⁷

³¹⁵ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P. 149

³¹⁶ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P. 14

³¹⁷ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P.158-159.

Seguindo a lógica de Amadeu Amaral nos quatro versos acima coletados, pelo próprio, em Barueri, Tietê e Perdões – cidades do interior paulista, pode-se ver o influxo que o “meio nacional” exerce através da utilização de palavras, escritas em português, tais como: jacutinga, tamanduá, samambaia e tico – tico.

O terceiro fator que influencia o “Povo” é a época. Ou, nas palavras do autor: “...aquelas modificações de idéias e sentimentos trazidos pelos novos acontecimentos da vida geral, contribuem para a transformação do cancioneiro...”³¹⁸ Nesse sentido, Amaral concebe que “a poesia urbana” é mais suscetível a influências de época que a “poesia rural”. Porém, se estas poesias forem bem analisadas e estudadas, pode-se construir uma verdadeira coletânea de história tendo como fontes apenas poesias. Segundo Amaral, através da poesia popular e seus aliados - a dança e a música - seria possível:

“...seguir uma cronologia rigorosa e servir, de subsídio documental à história social, política econômica, mundana do país. Não há quase fato notável que neles não repercuta: perturbações públicas, lutas partidárias, carestias, epidemias, modas, desastres, mortes memoráveis etc.”³¹⁹

Visualizemos alguns exemplos fornecidos por Amadeu Amaral neste seu artigo *A Poesia popular em São Paulo* (1929). Ressalta-se que embaixo de cada verso está indicada a localização da cidade em que foi colhido o tal verso. Vamos aos exemplos!

Da guerra do Paraguai:

Eu fui combater c’ o Lopes
Ele sendo um homem crué;
Eu fiz batalhão de homens,
E ele fez muié.

(Tietê)

³¹⁸ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P 159

³¹⁹ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P 159

Da proclamação da República:

No dia 15 de novembro,
No campo da Aclamação,
Deodoro gritou – República
Ladário gritou - que não!

(Campos do Jordão)

Dos progressos modernos:

Minha gente, venham ver,
Coisa que nunca se viu;
Aeroplano andar no ar,
Telegrama andar no fio.

(Casa Branca).³²⁰

Após analisar o peso que a raça, a época e o meio tiveram em *A poesia popular em São Paulo* (1929) Amadeu Amaral irá aprofundar a questão da “raça”. Isto é, Amadeu Amaral procura esclarecer qual das três “raças” deixou mais marcas culturais em nosso folclore. Obviamente que, para Amaral, na origem ou nas raízes da poesia popular brasileira foram os embranquecidos portugueses que se sobrepujaram.

A vitória da “raça portuguesa” esta presente no universo rural, pois “O povo rural, em toda a parte, é obstinado conservador de velharias, na linguagem, como nos costumes.”

³²¹ Sendo assim, é na poesia da viola que esta conservada “...características seculares da poesia popular das regiões rurais portuguesas, de Portugal nos veio, desde os primeiros tempos de colonização.”³²² Entretanto Amadeu Amaral estabelece uma divisão, para o funcionário d’ *O Estado de S. Paulo*, as manifestações populares e as populações rurais são muito mais embranquecidas que as manifestações das populações urbanizadas. Amaral acredita que na

³²⁰ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P 160-161.

³²¹ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P 157

³²² Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P 127

autêntica cultura do Brasil, a do meio rural “As pretensas contribuições do índio e do negro são dessa espécie (...) ou tem agido como dissolventes ou são ‘agregadas’ ocasionais e superficiais”.³²³

É exatamente neste ponto que se descobre uma originalidade na obra de Amadeu Amaral, pelo menos em relação aos demais folcloristas de sua época e, também, aos antecessores. Tudo isso, porque Amaral acreditava que é na cidade que, infelizmente para ele, está se construindo uma cultura nacional. Mas, como? A resposta, como sempre, deixemos com o próprio Amadeu Amaral.

Em *A poesia popular em São Paulo* (1929), Amadeu Amaral esquematizou como o fez em *Poesia da Viola* (1921) e *A poesia nativa do nosso povo* (1925), ou seja, que “A poesia popular do Brasil como a de toda a parte compreende dois vastos domínios que se devem discriminar desde logo: o rústico e o urbano.”³²⁴ A poesia rústica ou poesia da viola tem como figura exemplar o cantor da roça e a poesia urbana ou do violão tem como figura símbolo o trovador de esquina. Segundo Amadeu Amaral:

“O primeiro é um caipira legítimo, na criação, nos costumes, nos trajes, na fala, geralmente analfabeto; o segundo um cidadão escovado, freqüentador de casas burguesas e de galerias de teatro, geralmente com tinturas de instrução.

O primeiro canta modas e bersos, isto é, composições longas e quadras soltas, intimamente ligadas – ponto importante – pela substância, pelo ritmo, pela forma, pelo destino, e costumes tradicionais da roça, hábitos de trabalho, gênero de ocupação, danças e atos religiosos, festejos profanos, etc.; o segundo canta modinhas e lundus, fados e cançonetas, barcarolas e romanças, e outras várias indrominas artificiais, que

³²³ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P. 144

³²⁴ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P 125.

nada tem com os costumes e são apreciadas em si mesma, como as peças da literatura e da arte cultivada.

A música do **caipira**, igualmente não escrita, vive na tradição e de tradição. É simples, monótona, plangente; sua gênese é inseparável do ritmo das pré – adaptadas à medida secular dos versos de sete sílabas ou, menos vulgarmente, de cinco, dispostos as mais das vezes em estrofes regulares.

A música do **trovador**, ao contrário, vária e copiosa como as modas que se sucedem, ou é pilhada ao largo patrimônio público das composições em voga, ou feita expressamente por maestrinos e amadores da cidade: música complicada, caprichosa, melódica, com grande variedade de ritmos, abrangendo versos de todas as medidas e estrofes de todos os feitios.”³²⁵ [grifos de Amadeu Amaral]

A autenticidade que Amadeu Amaral confere ao meio rural e ao caipira é justificada em função de seu pretensão isolamento e conservadorismo. Esta característica contrasta com o cosmopolitismo típico das elites e classes médias urbanizadas e o internacionalismo que caracterizava boa parte dos movimentos operários. Nesse aspecto, Amaral não difere de seus colegas folcloristas. A diferença, com os demais folcloristas, é que Amaral acreditava, desde meados de 1925, que:

“...é impossível fixar limites àquilo que se entende por populações rurais, as quais não estão separadas geralmente das populações urbanas ou urbanizadas por nenhuma circunvalação intransponível. De mais o próprio povo das cidades, e até das camadas mais cultas, apresentam os mesmos fenômenos que se encontram nas zonas rurais, embora muito menos claros, muito mais delídos e transformados por influxos pessoais e culturais e por isso exigindo do estudioso muito maior soma de perspicácia e destreza.”³²⁶

A primeira vista o amigo leitor(a) pode pensar que Amadeu Amaral mudou a linha de pensamento que vinha desenvolvendo desde *Poesia da Viola* (1921). Mas, na verdade,

³²⁵ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P 126-127

³²⁶ Amaral, Amadeu; *Por uma Sociedade Demológica em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 e 5/11/1925. In. Amaral, Amadeu; *Tradições Populares*; SP; Progresso; 1948. P 53

ele apenas expandiu ou alargou suas idéias. Segundo Amaral, a poesia popular da cidade ignora a da roça, contudo, de vez em quando lhe toma alguns “versinhos” e canta-os como música “alambicada”. Porém, isso não muda o fato de que o trovador de esquina (cidadino), acrescenta Amaral, está sempre desdenhando do roceiro nos seus cantares e não deseja com aqueles se confundir. Mas, e o roceiro? Como o cantador da roça se relaciona com a cidade?

“O primeiro cantador da roça, desde que vá morar para a cidade, substitue prazerosamente pelas últimas canções as cantigas bisonhas e monótonas do mato, e troca a viola humilde pelo violão ambicioso. O ensino, por sua vez, põe o jovem roceiro em contato com a civilização, faz-lhe desdenhar e esquecer as coisas do ‘sítio’ e preferir essa arte mais esperta e mais divertida”³²⁷

Assim, Amaral concebe que o roceiro ou cantador da roça ou caipira em contato com as manifestações artísticas urbanas abandona sua poesia rústica ou da viola e adentra na poesia urbana ou do violão. Nesse sentido, ao realizar este movimento o caipira urbanizado favorece, pouco a pouco, o surgimento de “...uma maneira de sentir um gosto, um conjunto de tendências emocionais, **acima das diferenças de classe, de raça, e de região.** É portanto elemento nacionalizador.”³²⁸ [grifos meus]

Logo, na concepção de Amadeu Amaral vai sendo extinta uma cultura autêntica – roceira, branca, caipira etc – e nascendo uma outra com divisões fluídas e/ou móveis. Tal síntese já se sente bem nisso, segundo Amadeu Amaral, que se denomina:

³²⁷ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P. 132

³²⁸ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P. 132

“...’música brasileira’ (‘flor amorosa de três raças tristes’), a qual **não especificamente do branco, nem do negro, nem do caboclo**, e tão pouco do Norte ou do Sul, mas lembra tudo isso, **com alguma predominância, de certa excessiva, de boleios e plangências negroides**, - o que se deve à sedução do pitoresco selvagem e à constante sugestão do elemento negro, que se aglomera nas cidades litorâneas.”³²⁹ [grifos meus]

Por fim, nota-se que para Amadeu Amaral o ideal seria a cultura nacional ter como símbolo a sua embranquecida, europeizada e aportuguesada poesia da viola caipira, obstante, o próprio Amaral, demonstrando resignação, admite que o símbolo e/ou a imagem mor de nossa cultura esta sendo materializado pela misturada e enegrecida música popular brasileira.

³²⁹ Amaral, Amadeu; *A poesia popular em São Paulo*; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929. In. Op. Cit. P 132

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Praticamente todos os livros didáticos que chegam as salas de professores, no início do ano letivo nas escolas públicas e privadas, à Primeira República ou *República Velha* – como preferem os mais diversos autores – é retratada como um período da nossa história vazio de projetos políticos, econômicos e culturais de alcance nacional. É o momento do *pré*, isto é, do pré – modernismo, da pré – industrialização, da pré – urbanização, do pré – sindicalismo etc.

Essa visão³³⁰ procura analisar aquela República através de métodos comparativos. Comparações que, no âmbito da história nacional, se dão com o Segundo Reinado, criador do Estado – Nação e com a Era Vargas, re(criadora) do Estado - Nação. Mas também, com outras histórias nacionais da Europa e dos EUA, áreas cujos sistemas políticos – segundo os livros didáticos – conseguiram industrializa-se, alargar a participação política e melhorar as condições sócio – econômicas das camadas populares mais desfavorecidas. O contrário do que ocorreu na época em que vigorava no Brasil a *República dos Coronéis*.

No entanto, esta forma simplista e até preconceituosa de conceber a Primeira República não se encontra aprisionada dentro dos livros didáticos dos ensinos fundamental e médio, já que existem produções acadêmicas recentes que reforçam a imagem de que nas primeiras quatro décadas republicanas nada de novo foi produzido. Em muitos textos, como os de Literatura, chega-se a afirmar que, culturalmente, à *República do Café – com – Leite* transplantou diretamente da Europa – especialmente da França – hábitos e modas sem que estas sofressem qualquer adaptação ao nosso contexto.

Com a relação à produção acadêmica da História e da Ciência Política. Estas estão repletas de análises que mitificam a Primeira República como uma época vazia de

conteúdo. Carvalho, por exemplo, em livro recente sobre a questão da cidadania no Brasil afirma que, durante aquele período, o exercício da soberania popular era “uma fantasia” e o povo nunca a levou a sério. Segundo o autor, apesar de todas as leis que as elites aprovaram afim de “...restringirem o direito do voto e de todas as práticas que deturpavam o voto dado, não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral”³³¹. Nesse sentido, a campanha realizada pela Liga Nacionalista e Amadeu Amaral a favor do voto secreto, livre e “universal” demonstram o contrário. A acusação de que a campanha não foi popular não procede, pois as quatro conferências de Amaral tiveram repercussão na imprensa paulista, suscitaram debates no legislativo municipal e estadual e até campanha política.³³²

Em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, J. M. de Carvalho chega a afirmar que a Primeira República, em algumas áreas, chegou a ser mais conservadora que o Segundo Reinado. Um exemplo: “...a Constituição republicana de 1891 retirou do Estado a obrigação de fornecer educação primária, constante da Constituição [imperial] de 1824”³³³. Conforme esclarecido, no segundo capítulo, a Carta Magna de 24 de fevereiro de 1891, seguindo os preceitos do federalismo, passou para os governos estaduais o encargo da promoção e desenvolvimento de projetos educacionais. Nesse aspecto, a década de 1920 foi farta em reformas educacionais³³⁴, o próprio Amadeu Amaral propôs algumas idéias ao colega da Liga Nacionalista Sampaio Dória, recém empossado diretor da Diretoria do Ensino do Estado de São Paulo, e este tentou e de certo modo conseguiu realizar algumas mudanças na educação paulista (ex. A divulgação do escotismo).

³³⁰ Ver: Capítulo 2; Parte 2.2; Págs: 58-59.

³³¹ Carvalho, José Murilo de; *Cidadania no Brasil: o longo caminho*; RJ; Editora Civilização Brasileira; 2006. 8º ed. P. 42

³³² Ver: Capítulo 1; Parte 1.3; Págs: 27-40.

³³³ Carvalho, José Murilo de; Op. Cit. P. 62

Obviamente, não se pretende negar, discordar ou relegar para um plano analítico inferior o fato de a Primeira República ter mantido uma extensão concentração de terras, uma economia agro – exportadora, a renda salarial dos trabalhadores em geral baixa e uma exacerbada violência política – neste aspecto a continuidade dessas mazelas até os dias atuais é um desalento. Contudo, daí a afirmar que na Primeira República “o povo não tinha lugar” e que o Brasil não passava de “uma realidade abstrata” se percorre um longo caminho.

Enfim, conforme exposto nas Considerações Iniciais, a presente Dissertação procurou a partir da trajetória de vida Amadeu Amaral, em sua relação com o contexto social do período, iluminar um pouco mais a compressão sobre a cidade e estado de São Paulo das décadas de 1910 e 1920 da Primeira República brasileira. O que evita uma distorção: a de que o contexto histórico é um pano de fundo rígido e coerente, que explica as trajetórias individuais mas não é por elas influenciado.

³³⁴ Ver: Capítulo 2, Parte: 2.2; Págs: 57-63.

CRONOLOGIA:

1 – Nascimento / Morte³³⁵:

- 1875 – Monte Mor, SP – 6 de novembro
- 1929 – São Paulo, SP 0 24 de outubro

2 – Locais de Vida³³⁶:

- 1875 / 1888 – Capivari, SP
- 1888 / 1907 – São Paulo, SP
- 1907 / 1909 – São Carlos, SP
- 1909 / 1923 – São Paulo, SP
- 1923 / 1925 – Rio de Janeiro, RJ
- 1925 / 1929 – São Paulo, SP

3 – Vida Familiar³³⁷:

- 1901 – São Carlos, SP – Casamento com Ercilia Vaz do Amaral
- 1902 – São Paulo, SP – Nascimento da filha Maria Amaral
- 1904 – São Paulo, SP – Nascimento da filha Inocência Amaral
- 1908 – São Carlos, SP – Nascimento da filha Iolanda Amaral
- 1910 – São Paulo, SP – Nascimento do filho Amadeu Amaral Júnior

³³⁵ Duarte, Paulo; Amadeu Amaral; SP: Progresso; 1948.

³³⁶ Duarte, Paulo; Op. Cit. 1948

³³⁷ Duarte, Paulo; Op. Cit. 1948

4 – Formação³³⁸:

- 1882 – Capivari, SP – Curso primário no colégio do pai.
- 1888 – São Paulo, SP – Estudos secundários no curso anexo à Faculdade de Direito

5 – Atividades Literárias / Culturais³³⁹:

- 1892 – São Paulo, SP – Publicação de sonetos no jornal *A Platéia*
- 1893 – São Carlos, SP – Publicação de sonetos no jornal *O Popular*
- 1899 – São Paulo, SP – Publicação de *Urzes*, primeiro livro de poesias.
- 1907 – São Carlos, SP – Redator do jornal *Correio de São Carlos*
- 1908 – São Carlos, SP – Diretor do Instituto Sancarlense
- 1909 – São Paulo, SP – Fundador da Academia Paulista de Letras
- 1910 / 1929 - São Paulo, SP – Redator do jornal O Estado de S. Paulo
- 1910 – São Paulo, SP – Publicação do livro de poesias *Névoa*
- 1916 – São Paulo, SP – Sócio da *Revista do Brasil*
- 1916 – São Paulo, SP – Publicação do livro *O Dialeto Caipira*
- 1917 – Santos, SP – Publicação do livro de poesias *Espumas*
- 1919 – Rio de Janeiro, RJ – Posse na Academia Brasileira de Letras
- 1921 – São Paulo, SP – Diretor da *Revista do Brasil*
- 1923 – Rio de Janeiro, RJ – Redator do jornal *A Gazeta de Notícias*
- 1924 – Rio de Janeiro, RJ – Publicação do livro de poesias *Lâmpada Antiga*
- 1925 – São Paulo, SP – Diretor do Ginásio Moura Santos
- 1929 – São Paulo, SP – Reeleito presidente da Academia Paulista de Letras

³³⁸ Damante, Hélio; Perfil de Amadeu Amaral; SP; Revista do Arquivo Municipal; 1949.

6 – Atividades Políticas³⁴⁰:

- 1903 – São Paulo, SP – Secretário da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista
- 1909 – São Paulo, SP – Publicação do artigo Tico – Tico no jornal Comércio de São Paulo contra a candidatura de Hermes da Fonseca.
- 1917 – São Paulo, SP – Secretário da Comissão do Voto Secreto e da Comissão em Defesa da Língua na Liga Nacionalista.
- 1921 – São Paulo, SP – Presidente da Sociedade de Estudos paulistas.
- 1922 – Capivari, SP – Candidato a deputado estadual com o apoio da Liga Nacionalista.
- 1925 – São Paulo, SP – Presidente da Sociedade Domológica
- 1928 – Capivari, SP – Candidato a deputado estadual pelo Partido Democrático.

7 – Outras Atividades³⁴¹:

- 1888 – São Paulo, SP – Caixeiro na loja Lion & Cia
- 1905 – São Paulo, SP – Amanuense da Repartição de Polícia
- 1910 / 1917 – São Paulo, SP – Funcionário da recebedoria de Rendas do Governo do Estado de São Paulo.
- 1923 / 1925 – Rio de Janeiro, RJ – Diretor do Departamento de Serviço do Imposto sobre a Renda do Governo Federal.

³³⁹ Duarte, Paulo; Op. Cit. 1948.

8 – Homenagens Póstumas³⁴²:

- 1930 – São Paulo, SP – Nome de praça no bairro da Bela Vista, cidade de São Paulo.
- 1976 – São Paulo, SP – Nome de escola estadual no bairro do Belém, cidade de São Paulo.

³⁴⁰ Damante, Hélio; O político persegue o poeta; SP; O Estado de S. Paulo; 30/11/1975.

³⁴¹ Duarte, Paulo; Op. Cit. 1948.

FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

Fontes Primárias de Investigação:

Livros de Amadeu Amaral:

- Amaral, Amadeu; Tradições Populares; SP; Progresso; 1948.
- Amaral, Amadeu; Política Humana; SP; Hucitec; 1976.
- Amaral, Amadeu; O Dialeto Caipira; SP; Casa editora O Livro; 1920.

Artigos de Amadeu Amaral:

- Cuidar da Infância; SP; O Estado de S. Paulo; 25/12/1920.
- Poesia do violão e poesia da viola; SP; O Estado de S. Paulo; 10/10/1921.
- Flores do campo e versos do povo; SP; O Estado de S. Paulo; 18/10/1921.
- Os fatos de Capivari n° 1 – 7; SP; O Estado de S. Paulo; 22-29/12/1922.
- Poesia de ontem e de hoje; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; volume 13 número 25-26; janeiro – junho de 1923.
- Ao eleitorado paulista em prol do voto secreto; SP; O Estado de S. Paulo; 21/04/1923.
- Uma tarefa a executar; SP; O Estado de S. Paulo; 22-27/05/1925.
- A poesia nativa do nosso povo; SP; O Estado de S. Paulo; 9-16-23/10/1925.
- Poesia, contos e lendas; SP; O Estado de S. Paulo; 5/06/1925.
- Paremiologia; SP; O Estado de S. Paulo; 20-28/10 e 5-28-30/12/1925.
- Por uma Sociedade Demológica em São Paulo; SP; O Estado de S. Paulo; 18/10 e 6/11/1925.

³⁴² Melo, Luís Correia de; Dicionário de Autores Paulistas; SP; Comissão do IV Centenário da Cidade; 1954.

- Por que formar uma Sociedade Demológica em São Paulo?; SP; O Estado de S. Paulo; 30/10 e 5/11/1925.
- Superstições do povo paulista; SP; O Estado de S. Paulo; 18/10/1925.
- Folclore e Dialectologia; SP; O estado de S. Paulo; 15/05/1925.
- A segunda candidatura de 1928; SP; O Estado de S. Paulo; 12/02/1928.
- A poesia popular de São Paulo; SP; O Estado de S. Paulo; 5-12-19-26/04 e 3/05/1929.

Fontes Secundárias de Investigação:

Principais livros e artigos sobre Amadeu Amaral:

- Damante, Hélio; Perfil de Amadeu Amaral; SP; Revista do Arquivo Municipal; 1949.
- Duarte, Paulo; Amadeu Amaral; SP; Progresso; 1948.

Outros livros e artigos sobre Amadeu Amaral.

- Almeida, Guilherme de; A poesia educativa de Amadeu Amaral; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; volume 36; número 114; 1930.
- Ataíde, Austregésilo de; Homenagem a Amadeu Amaral; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; ano 38; volume 58; julho - dezembro de 1939. P. 380.
- Arantes, Altino; Discurso de recepção ao Sr. Arantes da Academia Paulista de Letras; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; ano 21; volume 34; setembro de 1930. P. 302-331.
- Arantes, Altino; Discurso do Sr. Altino Arantes da Academia Paulista de Letras; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; ano 48; volume 78; 1949. P. 295-300.

- Azevedo, Carlos Magalhães de; Discurso pronunciado na Academia Brasileira em resposta ao de Amadeu Amaral; SP; Seção de obras do jornal O Estado de S. Paulo; 1920.
- Carneiro, Edson; A evolução dos estudos de folclore no Brasil; RJ; CDFB; Revista Brasileira de Folclore 2(3): 47-62; 1962.
- Cascudo, Luis da Câmara; Dicionário do Folclore Brasileiro; Brasília; Instituto Nacional do Livro; 1972. 3º ed.
- Cascudo, Luís da Câmara; Dicionário do Folclore Brasileiro; SP; Melhoramentos; 1979. 4º ed.
- Damante, Hélio; O político persegue o poeta; SP; O Estado de S. Paulo; 30/11/1975.
- Falcão, Rubens; Um folclorista esquecido; RJ; Tipografia Batista; 1977.
- Fernandez, Florestan; A contribuição folclorística de Amadeu Amaral; SP; O Estado de S. Paulo; 5/12/1948.
- _____; O folclore segundo Amadeu Amaral; SP; O Estado de S. Paulo; 28/11/1949.
- Holanda, Sérgio Buarque de; Amadeu Amaral; SP; Diário de Notícias; 20/02/1949.
- Mennucci, Sud; O humor na obra de Amadeu Amaral; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; volume 64; julho – dezembro de 1942.
- Ribeiro, João; Homenagem a Amadeu Amaral; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; ano 20; volume 31; setembro de 1929. P. 423-424.

- Vampré, Spencer; Discurso de despedida – O adeus da Academia Paulista de Letras; RJ; Revista da Academia Brasileira de Letras; ano 20; volume 31; setembro de 1929. P. 412-415.

Livros e artigos de Monteiro Lobato e Cornélio Pires:

- Lobato, Monteiro; A barca de Gleyre; SP; Brasiliense; 1959.
- _____; Urupês; SP; Brasiliense; 1959 (1 ed, 1914).
- _____; O problema Vital; SP; Sociedade de Eugenia de São Paulo; 1918.
- _____; Velha Praga; SP; O Estado de S. Paulo; 12/11/1914.
- Pires, Cornélio; Conversas ao pé do fogo; SP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 1987. (1º ed, 1921)
- _____; As estrambóticas aventuras de Joaquim Bentinho – o queima campo; SP; Imprensa Metodista; 1927. 3º ed.
- _____; Quem conta um ponto...; SP; Seção de obras do jornal O Estado de S. Paulo; 1916.

BIBLIOGRAFIA:

Artigos:

- Abreu, Martha; História da música popular: os folcloristas e a invenção de uma identidade nacional, racial, musical e cultural brasileira; Seminário Descobrimientos e Redescobrimientos do Brasil; Niterói; UFF; 1999.
- Araújo, A. M.; Cornélio Pires: O bandeirante do folclore brasileiro; SP; Revista da Academia Paulista de Letras; n° 72; ano 25; novembro de 1968.
- Bosi, Alfredo; *As letras na Primeira República*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 2; 7° ed. 2004. P. 295-319.
- Bourdieu, Pierre; *A ilusão biográfica*. In. Ferreira, Marieta & Amado, Janaína; Usos e abusos da História Oral; RJ; FGV editora; 1997. P. 183-193.
- Campos, P. D.; Estatutos e regulamentos da Associação Brasileira de Escoteiros; SP; Tipografia Pasquino; 1922.
- Carvalho, Jornal da Rede Alfredo de; Editorial; Florianópolis; ano 2; número 24; 10/12/2002.
- Chartier, Roger; “Cultura popular”: revisando um conceito historiográfico; RJ; Revista Estudos Históricos; volume 8; número 16; 1995 P. 180-192.
- Cruz, Helena de Faria; São Paulo em papel e tinta: Periodismo e vida urbana – 1890-1915; SP; Edusc/Fapesp/Arquivo Nacional/Imprensa Oficial; 2000.
- Cunha, Maria Clementina Pereira da; Folcloristas e historiadores no Brasil: prontos para um debate; SP; Projeto de História; 1998. P. 167-176.

- Cavalcanti, Maria Laura V. C. & Vilhena, Luís Rodolfo; Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore; RJ; Revista Estudos Históricos; volume 3; número 5; 1990. P. 75-92.
- Fausto, Boris; *A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 2; 7º ed. 2004. P. 403-426.
- Levi, Geovanni; *Sobre a micro – história*; in. Burke, Peter; A Escrita da história; SP; UNESP editora; 1997. P. 133-163.
- Levi, Geovanni; *Usos da biografia*. In. Ferreira, Marieta & Amado, Janaína; Usos e abusos da História Oral; RJ; FGV editora; 1997. P. 167-183.
- Levillain, Phillipe; *Os protagonistas anônimos da história*. In. Rémond, René; Por uma história política; RJ; UFRJ editora; 1996.
- Love, Joseph; *Autonomia e interdependência: SP e a Federação Brasileira 1889 – 1930*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 1; 7º ed. 2004. P. 53-76.
- Luca, Tânia Regina de; *Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto – representação n’ A Barca de Gleyre*. In. Gomes, Ângela de Castro; A Escrita de Si e a Escrita da História; RJ; FGV editora; 2004. P. 139-163.
- Luca, Tânia Regina de; *Direitos sociais no Brasil*. In. Pinsk, Jaime & Pinsk, Bassanezi; História da Cidadania; SP; Contexto; 2003.
- Maio, Marcos Chor & Monteiro, Simone; Tempos de racialização – o caso da ‘saúde da população negra’ no Brasil; RJ; Revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos; volume 12; número 2; maio – agosto de 2005. Versão imprensa.

- Mendes, Juliana Lopes de; A vida moderna e o pré – modernismo: A história de um periódico em tempos de transição; SP; VIII Jornada multidisciplinar: Humanidades em Comunicação; FAAC / UNESP; outubro de 2005.
- Mendes, Erasmo Garcia; Paulo Duarte; SP; Revista Estudos Avançados; ano 22; volume 8; 1994
- Maciel; Laura Antunes; Outras memórias e histórias: cultura letrada e redes de comunicação social no Rio de Janeiro; RJ; Universidade Federal Fluminense; 2006.
27 p
- Nagle, Jorge; *A educação na Primeira República*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 2/ 7° ed. 2004. P. 259-291.
- Nunes, Carlos Alberto; Pequena história da Academia Paulista de Letras: 1909-1955; SP; Revista da Academia Paulista de Letras; 1979. P. 155-231.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de; *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In. História Geral da Civilização Brasileira; RJ; Bertrand Brasil; tomo 3; volume 1; 7° ed. 2004. P. 153-190.
- Reis, Daniel Aarão; *Ditadura e sociedade: As reconstruções da memória*. In. Reis, Daniel Aarão; O golpe a ditadura quarenta anos depois; SP; EDUSC; 2004. P. 119-140.
- Rovai, A.; O caipira paulista; SP; Revista da Academia Paulista de Letras; ano 20; setembro de 1978.
- Souza, Rosa de Fátima; A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira; Campinas; Cadernos Cedes; volume 20; n° 52; novembro de 2000.

- Stone, Lawrence; O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história; SP; Revista de História: IFCH / UNICAMP; 1991.
- Sugimoto, Luís; O Dom Quixote brasileiro; SP; Jornal da UNICAMP; 7-21/03/2003.
- Thompson, E. P.; Folclore, antropologia e história social; Buenos Aires; Revista de História; ano 2; n° 2; 1992. P. 55-83.
- Velloso, Mônica; A brasilidade verde – amarela: nacionalismo e regionalismo paulista; RJ; Revista Estudos Históricos; volume 11; 1993. P. 89-112.

Teses, Dissertações e Monografias:

- Boto, C. J. M. C.; Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos; SP; Faculdade de Ciências e Letras; UNESP; Dissertação de Mestrado; 1990
- Ferreira, Leonardo da Costa; Pereira da Costa: Folclore e Identidade Nacional; Niterói; Universidade Federal Fluminense; Monografia de Bacharelado; 2000.
- Marzano, Andréa; Respeitável Público! Universo teatral, trajetória e história social da cultura no Rio de Janeiro (1839-1892); Niterói; Universidade Federal Fluminense; Tese de Doutorado; 2005.
- Santos, Raquel França dos; Antônio Maria: Visões sobre o cotidiano do Rio de Janeiro na década de 1960; RJ; Pontifícia Universidade Católica; Dissertação de Mestrado. 2003

Sites:

- <http://www.biblio.com.br/conteudo/VicentedeCarvalho/VicentedeCarvalho.htm>; 13/06/2006.
- <http://www.biblio.com.br/conteudo/CarlosMagalhaesdeAzevedo/Azevedo.htm>; 13/06/2006.
- <http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/03galeria/galeria.htm>; 13/06/2006.
- <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/gustavobarroso.htm>; 08/09/2006.
- <http://www.biblio.com.br/biografias/joaoribeiro.htm>; 08/09/2006
- <http://www.novomilenio.inf.br/cultura/cult028.htm>; 15/09/2006.
- <http://www.vilatropreira.com.br/fotos.htm>; 14/11/2007.
- <http://www.memoriaviva.com.br/mlobato/index2.htm>; 14/11/2007.

Livros:

- Abreu, Martha; O Império do divino; RJ; Nova Fronteira; 1998.
- Abreu, Martha & Soihet, Raquel; Ensino de história; RJ; Casa da Palavra; 2003.
- Brandão; Carlos Rodrigues; Os caipiras de São Paulo; SP; Brasiliense; 1983.
- Burke, Peter; A escrita da história; SP; UNESP editora; 1992.
- Burke, Peter; Cultura popular na Idade Moderna; SP; Cia das Letras; 1989.
- Bakhtin, Mikail; A cultura popular na Idade Moderna e no Renascimento; SP; Hucitec; 1987.
- Bosi, Alfredo; História concisa da literatura brasileira; SP; Cultrix; 1994.
- Cândido, Antônio; Os parceiros do Rio Bonito; SP; Duas Cidades; 1977.

- Campos, Flávio de & Miranda, Renan Garcia; A escrita da história; SP; Escala Educacional; 2005.
- Canclini, Nestor; Culturas híbridas; SP; Edusp; 1997.
- Carvalho, José Murilo de; Cidadania no Brasil: O longo caminho; RJ; Civilização Brasileira; 2006. 8º ed.
- Cunha, Maria Clementina Pereira da; Ecos da folia; SP; Cia das Letras; 2001.
- Chalhoub, Sidney & Pereira, Leonardo; A história contada; RJ; Nova Fronteira; 1998.
- Coutinho, Afrânio; Notas de teoria literária; RJ; Civilização Brasileira; 1978.
- Cruz, Heloísa de Faria; São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e variedades paulistanas 1870-1930; SP; Arquivo do Estado; 1997.
- Dean, W.; A industrialização de São Paulo (1880-1945); SP; Difel – Edusp; 1971.
- Dantas, P.; Vozes do tempo de Lobato; SP; Traço Editora; 1982.
- Dantas, M.; Cornélio Pires: criação e riso; SP; Duas Cidades; 1976.
- Duarte, Paulo; Mário de Andrade por ele mesmo; SP; Hucitec; 1985.
- Duarte, Paulo; Palmares pelo avesso; SP; Instituto Progresso Editorial; 1947.
- Duarte, Paulo; O espírito das catedrais; SP; Anhambi; 1958.
- Ferreira, Antônio Celso; A epopéia bandeirante; SP; UNESP editora; 2002.
- Ferreira, Sérgio Buarque de Holanda; Mini Aurélio; RJ; Nova Fronteira; 2000.
- Fabris, Annateresa; O futurismo paulista; SP; Perspectiva; 1994.
- Fernandez, Florestan; A sociologia no Brasil; Petrópolis; Vozes; 1977.
- Fernandez, Florestan; Folclore e mudança social na cidade de São Paulo; SP; Anhambi; 1961.

- Ginzburg, Carlo; O queijo e os vermes; SP; Cia das Letras; 1987.
- Governo do Estado de São Paulo; Anuário do Estado de São Paulo; SP; Imprensa Oficial; 1918.
- Gomes, Ângela de Castro; Essa gente do rio...; RJ; FGV editora; 1999.
- Gomes, Ângela de Castro; A Escrita da História e a Escrita de Si; RJ; FGV editora; 2004.
- Gomes, Ângela de Castro; História e Historiadores; RJ; FGV editora; 1986.
- Hobsbwan, Eric; Nações e nacionalismos desde 1780; RJ; Paz e Terra; 1990.
- Leite, Silvia Helena Telarolli de Almeida; Chapéus de palha, panamás, plumas e cartolas - a caricatura na literatura paulista: 1900-1920; SP; UNESP editora; 1996.
- Luca, Tânia Regina de; Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação; SP; UNESP editora; 1998.
- Morse, Richard M.; Formação histórica de São Paulo: Da comunidade a metrópole; SP; Difel; 1970.
- Miceli, Sérgio; Intelectuais e classe dirigente no Brasil; RJ; Difel; 1979.
- Melo, Luís Correia de; Dicionário de autores paulistas; SP; Comissão do IV Centenário da Cidade; 1954.
- Nagle, Jorge; A educação e sociedade na Primeira República; SP; EPU; 1974.
- Ortiz, Renato; Românticos e folcloristas; SP; Olho D'água; 1992.
- Pereira, Leonardo; O carnaval das letras; RJ; Biblioteca Carioca; 1994.
- Pinsky, Jaime & Pinsky, Bassanezi; História da cidadania; SP; Contexto; 2003.
- Rodrigues, João Paulo Coelho de Souza; A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913); SP; UNICAMP editora; 2001.

- Skidmore, Thomaz; O preto no branco; RJ; Paz e terra; 1976.
- Schwarcz, Lilia Moritz; O espetáculo das raças; SP; Cia das Letras; 1993.
- Scwarcz, Roberto; Os pobres na literatura brasileira; SP; Brasiliense; 1983.
- Sevcenko, Nicolau; Orfeu extático da metrópole; SP; Cia das Letras; 1992.
- Sevcenko, Nicolau; Literatura como missão; SP; Brasiliense; 1983.
- Sevcenko, Nicolau; História da vida privada: República da Belle Époque a Era do Rádio; SP; Cia das Letras; 1998.
- Thompson, E. P.; Costumes em comum; SP; Cia das Letras; 1998.
- Thompson, E. P.; A formação da classe operária inglesa; RJ; Paz e Terra; 1987.
- Ventura, Roberto; Estilo tropical; SP; Cia das Letras; 1993.
- Velloso, Mônica; Tradições populares na Belle Époque carioca; RJ; Funarte; 1988.
- Vilhena, Luís Rodolfo; Projeto e missão: O movimento folclórico brasileiro entre 1947-1964; RJ; FGV editora; 1997.